

COMISSÕES
EM AÇÃO
COMISSÕES
EM AÇÃO
COMISSÕES
EM AÇÃO
COMISSÕES
EM AÇÃO

COMISSÕES
EM AÇÃO
COMISSÃO
EM AÇÃO
COMISSÕES
EM AÇÃO

DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE
DIREITOS HUMANOS E MINORIAS



Câmara dos
Deputados

Brasília | 2015



DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E MINORIAS

Mesa da Câmara dos Deputados
55ª Legislatura – 2015-2019
1ª Sessão Legislativa

Presidente
Eduardo Cunha

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão

2º Vice-Presidente
Giacobo

1º Secretário
Beto Mansur

2º Secretário
Felipe Bornier

3ª Secretária
Mara Gabrilli

4º Secretário
Alex Canziani

Suplentes de Secretário

1º Suplente
Mandetta

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3ª Suplente
Luiza Erundina

4º Suplente
Ricardo Izar

Diretor-Geral
Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida

Secretário-Geral da Mesa
Mozart Vianna de Paiva



Câmara dos Deputados
Comissão de Direitos Humanos e Minorias

DIREITOS HUMANOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM 2014

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E MINORIAS

Centro de Documentação e Informação
Edições Câmara
Brasília | 2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA LEGISLATIVA

Diretor: Afrísio Vieira Lima Filho

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

Diretor: Adolfo C. A. R. Furtado

COORDENAÇÃO EDIÇÕES CÂMARA

Diretora: Heloísa Helena S. C. Antunes

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES

Diretor: Sílvio Avelino da Silva

Projeto gráfico, capa e diagramação: Daniela Barbosa

O conteúdo e a revisão do texto desta publicação são de responsabilidade da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação – Cedi

Coordenação Edições Câmara – Coedi

Anexo II – Praça dos Três Poderes

Brasília (DF) – CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-5809; fax: (61) 3216-5810

editora@camara.leg.br

SÉRIE

Comissões em ação

n. 44

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)

Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.

Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Direitos humanos na Câmara dos Deputados em 2014 [recurso eletrônico] : relatório da Comissão de Direitos Humanos e Minorias. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

152 p. – (Série comissões em ação ; n. 44)

1. Brasil. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias, relatório, 2014. I. Direitos humanos, Brasil. I. Título. II. Série.

CDU 342.532(81)(047)

SUMÁRIO

Composição.....	11
Equipe Técnica da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – 2014	13
Introdução: realização de um plano de trabalho.....	15
Números de 2014	21
Principais inovações legislativas para os Direitos Humanos.....	21
Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) – Lei 12.986/2014.	21
PEC do Trabalho Escravo – Emenda Constitucional Nº 81/2014.	24
Marco Civil da Internet – Lei nº 12.965/ 2014.	24
Lei Menino Bernardo – Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014.	25
Exploração sexual de crianças e adolescentes como crime hediondo – Lei Nº 12.978/2014.....	26
Inclusão de nome indígena ou africano no RG – Projeto de Lei nº 803/2011, pendente de deliberação pelo Senado.	28
Matérias aprovadas pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.....	28
Instituto de Política de Direitos Humanos do MERCOSUL – Projeto de Decreto Legislativo 1.292/2013	28
Crédito rural aos atingidos por barragens e para comunidades tradicionais – Projeto de Lei 4.620/2012	29
Educação em língua indígena – Projeto de Lei 5.954/13.	30
Desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais – Projeto de Lei nº 7.447/2010.	31
Fim da revista pessoal vexatória em presídios – Projeto de Lei nº 7.764/2014.	31

Emendas ao orçamento da União.....	32
Atividades da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.....	33
Memória, Verdade e Justiça.....	35
Retomada dos trabalhos da subcomissão parlamentar “Memória, Verdade e Justiça”	36
Homenagens à resistência democrática na data que marcou os 50 anos do golpe militar de 1964.....	37
Assinatura de protocolo de intenções para a análise do DNA dos restos mortais do cemitério de Perus.....	37
Homenagem aos primeiros deputados cassados pela ditadura	38
Continuidade nas buscas de corpos de vítimas da chacina no Parque Nacional do Iguaçu.....	39
Apuração sobre as nebulosas circunstâncias da morte do educador Anísio Teixeira	40
Audiência conjunta para ouvir coordenador da Comissão Nacional da Verdade.....	41
AI 5 Nunca Mais – Ato político de encerramento do Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade	42
Fórum Parlamentar Nacional debate com sociedade civil mobilização após relatório da CNV.....	43
Direito humano à alimentação.....	44
Mostra “Alimentar o Mundo, Cuidar do Planeta”	47
Seminário Internacional Direito Humano à Alimentação Adequada e Agricultura Familiar	47
Ato Público em Defesa da Agricultura Familiar e da Alimentação Adequada	51
Diversidade e combate ao preconceito	55
Diversidade religiosa	57
Direitos dos povos ciganos.....	58
Apoio à formalização dos direitos de povos e comunidades tradicionais.	59
Conscientização sobre o autismo.....	64
Hanseníase: apoio às medidas legislativas.	66

Compromisso contra o racismo no futebol	67
Constrangimento a estrangeiros	68
Povos indígenas	68
Audiência pública conjunta debate demarcações e conflitos indígenas.....	71
Denúncias e ações sobre conflitos fundiários envolvendo indígenas.....	73
Projeto amplia a educação em língua indígena até o ensino superior	73
Câmara e Senado debateram a saúde indígena no Amapá	74
Defensores de Direitos Humanos	76
Ambientalista assassinado.....	76
Atentados contra ativistas ambientais.....	77
Homenagem a Dom Tomás Balduino	79
Direito à informação – Julian Assange	80
Direitos das Mulheres	80
Um dia após evento da CDHM, Ministério da Saúde publica norma sobre parto humanizado.....	81
Fases da Violência Contra a Mulher	82
Audiência pública debate exploração sexual de mulheres em Pedrinhas	85
Cuidadores.....	87
Violência contra prostitutas	89
Sexo-diversidade, orientação sexual e identidade de gênero	90
11º Seminário Nacional LGBT do Congresso Nacional.	90
Observatório da Violência Homofóbica	97

Criminalização da homofobia	98
Direito humano à saúde.....	100
Impactos da radiação	100
Relatório da CDHM e do CFM apontam problemas no SUS	102
Saúde indígena.....	104
Doenças evitáveis.....	106
Segurança pública e sistema penitenciário	109
Seminário Caminhos da Paz	111
Extermínio de jovens negros.....	112
Cláudia Silva Ferreira	112
Rafael Braga Vieira	113
Diligência para verificar investigações sobre jovem assassinado por policial	113
Federalização da segurança pública	114
Rebeliões de presos em Cascavel (PR)	115
Denúncia contra submissão sexual de mulheres de presos	115
Pelo fim da revista vexatória em presídios	116
Sistema prisional do Distrito Federal e visita à penitenciária da Papuda	117
Linchamentos são repudiados pela CDHM.....	119
Chacina no Pará	119
Justiça preocupada com a onda de violência	120
Atingidos por grandes obras e pela mineração	121

Impactos sociais e ambientais do modelo minerador	123
Mineroduto causa danos a comunidade em Minas	125
Atingidos por barragens no Paraná	129
Responsabilização de empresa que contaminou o Vale do Ribeira e Santo Amaro da Purificação com metais pesados.....	132
Criança e adolescente	135
Adoção.....	135
Vinculação horária da programação da TV aberta à classificação indicativa	136
20 anos do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	137
Cooperação Internacional	141
Haiti: CDHM recebe denúncia de senador	141
Solidariedade contra a violação dos direitos humanos dos saharauís	141
Vietnam	143
Moçambique.....	144
Prevenção e tratamento da AIDS na África.....	144
Desaparecimento de 43 Estudantes no México.....	145
Outros temas	147
Termo de compromisso de candidatos com pauta de direitos	147
Fusão entre as maiores empresas do ramo de bebidas	147
Parceria institucional: prestação de contas da PFDC destaca fiscalização da educação básica.....	148
Atendimentos	151

COMPOSIÇÃO

Presidente: Assis do Couto (PT/PR)

1º Vice-Presidente: Nilmário Miranda (PT/MG)

2ª Vice-Presidente: Janete Capiberibe (PSB/AP)

3ª Vice-Presidente: Antônia Lúcia (PSC/AC)

TITULARES	SUPLENTES
PT	
Assis do Couto – PT/PR	Janete Rocha Pietá – PT/SP
Nilmário Miranda – PT/MG	João Paulo Lima – PT/PE
Padre Ton – PT/RO	Luiz Couto – PT/PB
PMDB	
Antônia Lúcia – PSC/AC	Professor Setimo – PMDB/MA
Henrique Afonso – PV/AC	Manuela D’ávila – PCdoB/RS
PSDB	
Erika Kokay – PT/DF	Arnaldo Jordy – PPS/PA
Keiko Ota – PSB/SP	Marcos Rogério – PDT/RO
PSD	
Enio Bacci – PDT/RS	Walter Tosta – PSD/MG

TITULARES	SUPLENTES
PP	
Jair Bolsonaro – PP/RJ	Vicente Arruda – PROS/CE
PR	
Anderson Ferreira – PR/PE	Pastor Eurico – PSB/PE
PSB	
Janete Capiberibe – PSB/AP	Luiza Erundina – PSB/SP
DEM	
Renato Simões – PT/SP	1 vaga
SD	
Domingos Dutra – SD/MA	Takayama – PSC/PR
PTB	
Dr. Carlos Alberto – PMN/RJ	Pastor Marco Feliciano – PSC/SP
Bloco PV, PPS	
Jean Wyllys – PSOL/RJ	Roberto de Lucena (*) – PV/SP*
PROS	
Liliam Sá – PROS/RJ	Ronaldo Fonseca – PROS/DF
PSC	
1 vaga	Filipe Pereira (*) – PSC/RJ*
PTC	
Otoniel Lima – PRB/SP	Valmir Assunção – PT/BA

EQUIPE TÉCNICA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS – 2014

Andréia de Andrade Taborda

Breno Santos Borba

Carlos Magno Zuqui

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

Clotildes de Jesus Vasco

Eduardo Tramarim

Fernando Luis Brito da Silva

Juarez Alves Martins

Letícia Gobbi

Márcio Marques de Araújo

Maria da Consolação Soares

Marina Basso Lacerda

Patrícia Soransso

Rafael Henrique Barzotto

Simone Machado de Mendonça

Tatiana Tannús Grama

Vanderlucia Bezerra da Silva



Propostas apresentadas pela sociedade civil durante audiência pública embasaram o plano de trabalho elaborado pelo presidente da CDHM, deputado Assis do Couto.



INTRODUÇÃO: REALIZAÇÃO DE UM PLANO DE TRABALHO

A presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, no ano de 2014, atuou baseada num Plano de Trabalho discutido abertamente com a sociedade e aprovado pelo Plenário do colegiado. Retomando sua tradição de diálogo e respeito à pluralidade de movimentos sociais, o documento foi construído a partir de uma audiência pública aberta, no dia 19 de março, da qual participaram representantes da sociedade civil, e na qual se pronunciaram dezenas de entidades.

Nas ações do colegiado, foram considerados os conceitos de direitos humanos historicamente consagrados e presentes na Declaração Universal, em tratados internacionais ratificados pelo Brasil, na Constituição da República e na legislação brasileira. Tais instrumentos contemplam as diferentes posições de sujeito, sejam elas de gênero, etnia, identidade, orientação sexual ou quaisquer outras.

A primeira prioridade legislativa estabelecida no Plano de Trabalho foi a aprovação do Projeto de Lei que transformou o Conselho Federal dos Direitos do Cidadão no Conselho Nacional de Direitos Humanos. A proposta, uma das principais metas do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos, transformou-se na Lei 12.986/2014. O novo Conselho ganhou poderes de elaboração de políticas, de monitoramento e de fiscalização e já está em funcionamento.

Outra prioridade legislativa de 2014 foi a Proposta de Emenda à Constituição sobre o Trabalho Escravo. Fruto de anos de esforços de parlamentares e da sociedade civil, a matéria foi enfim aprovada e promulgada. A regulamentação do texto, entretanto, ainda é objeto de disputa no âmbito do Poder Legislativo.

Não se efetivou, porém, outra prioridade normativa, que seria a regulamentação da Lei nº. 12.764/2012, que estabelece a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Esta Política possui um conjunto de diretrizes, entre as quais se

destacam a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com esse transtorno, o estímulo à sua inserção no mercado de trabalho e o incentivo à formação e capacitação de profissionais especializados. A CDHM tem sido agente de promoção de políticas públicas para esse segmento. Em 2014 não foi diferente, o colegiado realizou audiência pública em comemoração ao Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo e acompanhou a tramitação na Casa dos projetos sobre a área.

O Plano de Trabalho estabeleceu cinco eixos de atuação para 2014: mulheres; direito à memória, à verdade e à justiça; soberania e segurança alimentar e nutricional – direito humano à alimentação; diversidade e combate ao preconceito, à violência e a intolerância; e direitos humanos na implantação de grandes obras.

As diferentes formas de violência contra a mulher: sexual, familiar, racial e mesmo pelo sistema de segurança pública estiveram na pauta da Comissão em 2014. O resultado mais visível das ações do colegiado foi a publicação, pelo Ministério da Saúde, de portaria sobre o parto humanizado e violência obstétrica. Isso se deu dois dias depois de um qualificado Seminário sobre o tema na Comissão, no qual o órgão do Poder Executivo participou. Atendendo às reivindicações apresentadas pelo Seminário, a Portaria do MS nº 371, de 7 de maio de 2014, estabelece diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido no momento do nascimento.

Memória, Verdade e Justiça

A Subcomissão parlamentar “Memória, Verdade e Justiça”, que atuou no âmbito da CDHM, retomou seus trabalhos em 2014 e realizou diversos eventos públicos, com o objetivo de lembrar feridas abertas pelo aviltamento dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar, analisar seus efeitos perversos sobre instituições e cidadãos, ajudar na elucidação de denúncias e evitar o esquecimento desses fatos pela sociedade, para que tais violações nunca se repitam.

O colegiado manteve vivo o compromisso de convalidar a responsabilização pelos crimes imprescritíveis contra a humanidade praticados naquele período da história do país. Nesse sentido, dois momentos se destacaram. O primeiro, em abril, quando a CDHM e a Subcomissão homenagearam os deputados cassados pela ditadura e a resistência democrática, na data dos 50 anos do golpe militar de 1964; o outro foi em 12 e 13 de dezembro, quando tiveram lugar três eventos: ato público denominado AI 5 Nunca Mais, de encerramento do Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade e para lembrar o 46º ano da edição do AI 5 – Ato Institucional nº 5; o Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos; e uma audiência pública com o coordenador da Comissão Nacional da Verdade para debater o relatório final da CNV.

Somando-se aos esforços para a superação da fome, da miséria e da desnutrição, bem como da soberania e segurança alimentar, em harmonia com as necessidades de distribuição de renda, inclusão social e do respeito ao meio ambiente, a CDHM organizou uma série de eventos sobre agricultura familiar e o direito humano à alimentação: a Mostra “Alimentar o Mundo, Cuidar do Planeta”, o Seminário Internacional Direito Humano à Alimentação Adequada e Agricultura Familiar e o Ato Público em Defesa da Agricultura Familiar e da Alimentação Adequada, no qual foi divulgada uma carta aberta com as pautas do setor. Os eventos ocorreram em alusão ao Ano Internacional da Agricultura Familiar, instituído pela FAO.

Como se poderá ler neste relatório, inúmeros atos em prol do respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, à diversidade religiosa e contra o racismo foram realizadas em 2014. De todas as ações, citamos algumas.

A primeira, a aprovação, pela CDHM, do Projeto de Lei nº 7.447/2010, sobre o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais. O projeto é uma reivindicação importante desses grupos culturalmente diferenciados e que ocupam territórios como condição para sua reprodução física, cultural, social e econômica. Seu objetivo é criar condições de desenvolvimento que ao mesmo tempo protejam as formas de vida particulares.

A segunda, a conquista do compromisso, mediado pelo presidente da CDHM, deputado Assis do Couto (PT-PR), entre lideranças indígenas de todo o país e os Presidentes da Câmara, Henrique Eduardo Alves, e do Senado, Renan Calheiros, de não incluir na pauta de votação, em 2014, a PEC 215, que, na visão dos indígenas, bloquearia a previsão constitucional de demarcação de suas terras. Esse acordo com os dirigentes do Congresso Nacional pacificou a relação com os povos indígenas naquele momento de grande tensão. Também é importante mencionar que a emenda ao orçamento da União de autoria da CDHM com o maior valor, R\$ 200 milhões, foi destinada à realização do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

Combate à violência contra a criança e o adolescente

No que diz respeito ao combate à violência, dois avanços importantes merecem ser assinalados. A aprovação da Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, que veda o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes; e a aprovação da lei que conceitua como hediondos os crimes de exploração sexual de crianças e adolescentes. São medidas indicativas de que o Poder Legislativo e a sociedade brasileira avançam no sentido de rejeitar a violência contra as crianças.

Uma prioridade legislativa prevista no Plano de Trabalho recebeu importante avanço embora não tenha sido realizada. Trata-se do compromisso, de líderes partidários e do presidente da Câmara, de votação, pelo plenário da Câmara, do Projeto de lei nº 4.471, de 2012, que prevê o fim dos autos de resistência. Esses autos permitem, em tese, a dispensa de instauração de processo investigatório aos casos de mortes que derivem do uso, por parte de agentes policiais, “dos meios necessários para defender-se ou vencer” a oposição ao cumprimento de prisão. Entende-se que a medida não se adapta à ordem constitucional vigente e aos direitos humanos. O compromisso de votação ocorreu durante mobilização de movimentos sociais com apoio da CDHM. O projeto atende a uma reivindicação histórica do movimento negro e de outras organizações de direitos humanos, que apontam pesquisa do Mapa da Violência, segundo a qual a maior parte das vítimas

dos autos de resistência é de jovens negros. Os autos de resistência também são considerados por estudiosos um dos principais “entulhos” da ditadura de 1964, uma lei que tem dado cobertura à prática de execuções extrajudiciais por forças de segurança.

A CDHM também se dedicou a promover os direitos humanos na implantação de grandes projetos de infraestrutura, hidrelétricas, mineração e efeitos da monocultura em grandes territórios. Nesse sentido, mediou conflitos rurais no Paraná, debatendo os impactos da hidrelétrica do Baixo Iguaçu naquele estado, na mineração no Vale do Ribeira (SP e PR), em Santo Amaro da Purificação (BA) e em Conceição do Mato Dentro (MG). Percebemos a necessidade de um novo modelo de mineração no país, mais atento aos interesses dos cidadãos das áreas afetadas, que seja sustentável ecologicamente e adote padrões de respeito a normas de saúde e de segurança do trabalho – reivindicação que foi apresentada por centenas de sindicalistas e recebida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiências públicas.

Além de ações previstas no referido Plano de Trabalho, a Comissão realizou numerosas outras, sendo algumas apresentadas neste relatório, abrangendo vários campos de políticas públicas, como, por exemplo, a promoção e defesa do direito humano à saúde. Cumprimos nosso dever de legislar, mas não nos limitamos a ele. Fizemos da Comissão de Direitos Humanos e Minorias um efetivo espaço de acolhimento da cidadania, pela Câmara dos Deputados, de demandas de coletivos e de cidadãos em busca da satisfação de seus direitos, sem preconceitos de qualquer espécie. Promovemos o debate sobre esse tema constitutivo do núcleo central do sistema normativo contemporâneo – os direitos e os deveres humanos – na perspectiva de ampliar a compreensão sobre suas manifestações e sua universalidade, e de construir entendimentos para superar os atuais desafios em nosso país.

Ao completar duas décadas de atuação da CDHM – instalada em abril de 1995 – podemos afirmar, legitimados pelos trabalhos aqui relatados e por inúmeras outros no âmbito de suas atribuições regimentais, que a Comissão foi coerente com sua tradição, esforçando-se junto aos outros poderes da República e à sociedade civil no sentido de contribuir para a afirmação, a efetivação

e a expansão autênticas dos direitos humanos, e, portanto; para a consolidação de um Brasil melhor, mais democrático, buscando, no dizer do pensador Boaventura de Souza Santos, “lutar pela igualdade sempre que as diferenças discriminem e lutar pelo direito às diferenças sempre que a igualdade descaracterize as pessoas”.

Deputado Assis do Couto

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Março de 2014 a fevereiro de 2015

NÚMEROS DE 2014

Reuniões Deliberativas	15
Audiências Públicas	25
Seminários	04
Atos Públicos	07
Fórum Legislativo Nacional de Direitos Humanos	01

PRINCIPAIS INOVAÇÕES LEGISLATIVAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

Importantes avanços normativos para os Direitos Humanos foram conquistados em 2014 com a aprovação, pelo plenário da Câmara dos Deputados, de leis favoráveis a esses direitos. Além de participar na tramitação de quase todas essas matérias, a CDHM também atuou por meio de seus representantes durante votações no plenário, seja nas articulações seja na defesa dos projetos.

Estas foram as principais matérias aprovadas com incidência na área.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS (CNDH) – LEI 12.986/2014.

A criação de um novo conselho era uma das principais diretrizes do 3º Plano Nacional de Direitos Humanos e, mesmo antes, já se ressentia de sua necessidade, tendo em vista as limitações do

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), instituído em 1962. A matéria tramitava há 15 anos, mas o projeto de lei que criou o novo CNDH foi aprovado na CDHM em março e pelo Plenário da Câmara em junho. O novo órgão colegiado é integrado por representantes do Executivo, Legislativo e entidades da sociedade civil ligadas à defesa dos direitos humanos. Foi conferido ao órgão maior representatividade e novas atribuições.

Ao CNDH cabe velar pelo efetivo respeito aos direitos humanos por parte dos poderes públicos, dos serviços de relevância pública e dos particulares. A ele compete promover medidas necessárias à prevenção, repressão, sanção e reparação de condutas e situações contrárias aos direitos humanos, inclusive os previstos em tratados e atos internacionais ratificados no País, e apurar as respectivas responsabilidades; fiscalizar a política nacional de direitos humanos, podendo sugerir e recomendar diretrizes para a sua efetivação; expedir recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos; acompanhar o desempenho das obrigações relativas à defesa dos direitos humanos resultantes de acordos internacionais, produzindo relatórios e prestando a colaboração que for necessária ao Ministério das Relações Exteriores, dentre outras atribuições.

A Lei também atribuiu prerrogativas ao CNDH, para que possa realizar sua missão. O Conselho pode requisitar informações, documentos e provas; pode requisitar força policial, inclusive o auxílio da Polícia Federal e ainda requerer aos órgãos públicos serviços necessários ao cumprimento de diligências ou à realização de vistorias, exames ou inspeções, além de ter acesso a bancos de dados de caráter público ou relativo a serviços de relevância pública.



Promulgação da PEC do Trabalho Escravo, no Plenário do Senado Federal, em 5 de junho, com a presença de parlamentares, autoridades públicas e representantes da sociedade civil.

PEC DO TRABALHO ESCRAVO – EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 81/2014.

A emenda estabelece o confisco de propriedades em que existir trabalho escravo. De acordo com o novo texto constitucional, as áreas podem ser urbanas ou rurais, e serão destinadas à reforma agrária ou a programas de habitação popular, sem qualquer indenização do proprietário.

A aprovação da PEC atende a uma das principais reivindicações da sociedade civil mobilizada em torno dos direitos humanos. Proposta em 2001 no Senado Federal foi aprovada em primeiro turno na Câmara no ano do episódio que ficou conhecido como Chacina de Unaí: em 28 de janeiro de 2004 três auditores e um motorista do Ministério do Trabalho e Emprego foram assassinados quando faziam uma fiscalização no município mineiro. Foram anos de mobilização da sociedade civil, incluindo manifestações, dois abaixo-assinados com centenas de milhares de assinaturas e numerosos atos públicos. Em 22 de maio de 2012 a PEC do Trabalho Escravo foi aprovada em segundo turno. Após sua aprovação no Senado, foi promulgada, em 05 de junho de 2014.

Entretanto, a proposição ainda depende de regulamentação por lei.

MARCO CIVIL DA INTERNET – LEI Nº 12.965/ 2014.

Reivindicada por movimentos sociais ligados à democratização da mídia e da comunicação, a lei estabelece princípios, diretrizes e outras normas para o uso da rede. A lei estabelece como fundamento do uso da internet no Brasil os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais.

A “Constituição da Internet” no Brasil tem como princípios a garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento; a proteção da privacidade; a proteção dos dados

peçoais; a responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades; a preservação da natureza participativa da rede; entre outros.

A neutralidade de rede está prevista no marco. Pela neutralidade, empresas são proibidas de discriminar os usuários – tornando mais lento o acesso a alguns sites ou aplicativos ou vendendo o acesso por produtos (apenas e-mail ou apenas redes, por exemplo). Na era da informação, essa é uma condição para o acesso a outros direitos.

O marco civil brasileiro foi internacionalmente reconhecido como exemplo de regulação democrática para o setor.

LEI MENINO BERNARDO – LEI Nº 13.010, DE 26 DE JUNHO DE 2014.

A Lei, apelidada de Lei da Palmada, e depois de Lei Menino Bernardo – em homenagem ao menino assassinado supostamente pelo pai e pela madrasta – proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes na educação de crianças e adolescentes. Assim como as outras normas aprovadas no ano, essa Lei era uma reivindicação antiga das organizações militantes pelos direitos da infância.

A Lei estabelece que a criança e o adolescente tem o direito de serem educados e cuidados sem uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. As normas são dirigidas aos pais, aos integrantes da família ampliada, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Essas pessoas, quando utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, poderão ser encaminhadas a tratamento psicológico ou psiquiátrico e a cursos ou programas de orientação. A criança deverá,

por sua vez, ser encaminhada a tratamento especializado. As medidas serão aplicadas pelo Conselho Tutelar.

Como se vê, o foco da Lei não é a punição. Seu objetivo é a criação de uma cultura de promoção da dignidade da criança e do adolescente. Tanto que estabelece que os poderes públicos difundam formas não violentas de educação e disciplina de crianças e de adolescentes. Prevê a promoção de campanhas educativas permanentes para a divulgação do direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos; a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

A Lei prevê ainda que as famílias com crianças e adolescentes com deficiência terão prioridade de atendimento nas ações e políticas públicas de prevenção e proteção.

EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO CRIME HEDIONDO – LEI Nº 12.978/2014

A Lei classifica como hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável. Agora, esses crimes terão um tratamento mais severo. Quem os praticar não poderá se beneficiar de anistia, graça e indulto, nem de fiança e liberdade provisória. A pena será cumprida inicialmente em regime fechado, e as regras para progressão do regime são mais rigorosas.



INCLUSÃO DE NOME INDÍGENA OU AFRICANO NO RG – PROJETO DE LEI Nº 803/2011, PENDENTE DE DELIBERAÇÃO PELO SENADO.

A proposta, aprovada pelo Plenário da Câmara em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça em maio de 2014, atende ao respeito à identidade afrodescendente e indígena dos brasileiros e é importante elemento no combate ao racismo. Pelo projeto, todos os que desejarem podem incluir no nome completo nomes/sobrenomes de origem indígena ou afrodescendente que tiverem.

MATÉRIAS APROVADAS PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

Os projetos a seguir relacionados foram aprovados durante o ano de 2014 pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Todos eles favorecem o exercício de direitos e a afirmação de valores e de identidades. Tendo em vista a natural demora no processo legislativo, a Comissão mostrou celeridade na apreciação e compromisso com a aprovação de conteúdos positivos para os direitos.

INSTITUTO DE POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS DO MERCOSUL – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO 1.292/2013

O Projeto, aprovado em abril pela CDHM, está pendente de deliberação pelo Plenário. O organismo criado pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL em 2009, com sede permanente na cidade de Buenos Aires, tem como principais funções a cooperação técnica, pesquisa, treinamento e coordenação de apoio de políticas regionais sobre direitos humanos.

De acordo com o Relator na CDHM, deputado Henrique Afonso (PV-AC), o pleno funcionamento do Instituto de Política de Direitos Humanos contribuirá para o fortalecimento do sistema de proteção dos direitos humanos regional, onde há muito a avançar na defesa da pessoa humana. O Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) tem ainda o objetivo de contribuir para o fortalecimento do Estado de direito nos Estados Partes, mediante o desenho e seguimento de políticas públicas em direitos humanos, e contribuir para a consolidação dos Direitos Humanos como eixo fundamental da identidade e desenvolvimento do Mercosul.

CRÉDITO RURAL AOS ATINGIDOS POR BARRAGENS E PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS – PROJETO DE LEI 4.620/2012

A CDHM aprovou o Substitutivo do deputado Luiz Couto (PT-PB) ao Projeto de Lei 4620/2012, prevendo, como beneficiários do crédito rural, os atingidos por barragens, os produtores rurais extrativistas não predatórios e os indígenas, assistidos por instituições competentes; as comunidades quilombolas; ribeirinhas e quebradeiras de coco babaçu, e assentados da reforma agrária; pessoas físicas ou jurídicas que, embora não conceituadas como produtores rurais, dediquem-se às seguintes atividades vinculadas ao setor. O projeto ainda depende de deliberação das Comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania.

A Lei da Política Agrícola já prevê que a produção de alimentos de origem agrícola e pecuária possam ser financiados por meio do crédito rural. Inclui entre seu público os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

As populações tradicionais foram reconhecidas pelo Decreto Presidencial nº 6.040, assinado em 7 de fevereiro de 2007. Além da posse da terra, as comunidades têm direito às políticas públicas que impulsionem seu desenvolvimento socioeconômico. Como expõem os autores do projeto – deputados Amauri Teixeira (PT-BA), Benedita da Silva (PT-RJ), Janete Rocha Pietá (PT-SP), Luiz

Alberto (PT-BA), Vicentinho (PT-SP), Edson Santos (PT-RJ), “a forma de cultivo tradicional e artesanal destas comunidades devem ser preservados como fatores de identidade de grupos. Porém, é papel do Estado brasileiro prover estas atividades geradoras de recursos que garantam a sua sustentabilidade e sobrevivência”.

Já a previsão de inclusão dos atingidos por barragens como beneficiários foi incluída na CDHM, pelo relator do projeto, deputado Luiz Couto (PT-PB), que argumentou a necessidade de contemplar esse “segmento social já tão penalizado”.

EDUCAÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA – PROJETO DE LEI 5.954/13.

A CDHM aprovou Projeto de Lei, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que assegura às comunidades indígenas a utilização de sua própria língua em toda a formação, da educação básica ao ensino superior. Os processos de avaliação educacional também deverão respeitar as particularidades culturais das comunidades indígenas. A previsão já existe na Constituição, mas ainda não está regulamentada.

De acordo com o relator, deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a “educação indígena bilíngue”, ministrada preferencialmente por professores indígenas em escolas indígenas das próprias aldeias e comunidades, possibilita que o ensino escolar preserve as particularidades socioculturais de cada etnia, fundamental para a manutenção da organização social, costumes, línguas, crenças religiosas e tradições de cada grupo”.

No final de 2014, a proposta aguardava deliberação das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – PROJETO DE LEI Nº 7.447/2010.

A CDHM aprovou o Projeto de Lei, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA), que define a responsabilidade do poder público federal e estadual na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, entendidos como grupos culturalmente diferenciados e que ocupam territórios como condição para sua reprodução física, cultural, social e econômica. A proposta ainda depende de deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ato público da CDHM, com a participação de parlamentares e cerca de 300 representantes de comunidades e povos tradicionais, pediu urgência na aprovação do projeto.

De acordo com o relator, deputado Domingos Dutra (SD-MA), o projeto se justifica pela necessidade de oferecer um tratamento global “às políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais e contribuir para sua continuidade ao longo do tempo”. Como ele ponderou, “anos de mobilização dos povos e comunidades tradicionais junto à sociedade e ao Congresso Nacional, inúmeros debates, audiências públicas, discussão de proposições, ou seja, todo o esforço de sustentação e sobrevivência desses grupos encontra agora no Parlamento um aliado, ao apreciar um projeto que atende demandas históricas, ao mesmo tempo em que respeita a forma de gestão do poder público em suas diferentes esferas”.

FIM DA REVISTA PESSOAL VEXATÓRIA EM PRESÍDIOS – PROJETO DE LEI Nº 7.764/2014.

A CDHM aprovou o Projeto de Lei, de autoria da senadora Ana Rita (PT-ES), que suprime tratamentos degradantes na revista pessoal de visitantes de presos, funcionários públicos de segurança e prestadores de serviços em estabelecimentos prisionais e estabelece que a revista seja feita através

do uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-X ou similares. A revista manual se torna exceção, prevista em alguns casos, sempre mediante contato físico superficial sobre a roupa da pessoa visitada, realizada por pessoa do mesmo sexo e de forma individual.

De acordo com o relator, deputado Nilmário Miranda (PT-MG), a revista por meio do desnudamento, toque nas genitálias ou esforços físicos repetidos, é justificada na probabilidade de o visitante portar materiais, objetos ou substâncias proibidos. Entretanto, levantamento realizado pelo Núcleo Especializado de Situação Carcerária durante os meses de fevereiro, março e abril dos anos 2010, 2011, 2012 e 2013, revelou que apenas 0,03% das pessoas revistadas em penitenciárias do Estado de São Paulo são flagradas carregando itens considerados proibidos como drogas e celulares. Em nenhum caso, aconteceu flagrante de armas. Assim, a justificativa do risco mostra-se frágil. Por isso, em face da atual tecnologia disponível, não há mais razões para fazer uso de técnicas tão arbitrárias e degradantes.

O projeto ainda deve ser apreciado pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

EMENDAS AO ORÇAMENTO DA UNIÃO

Cada comissão permanente da Câmara tem direito a apresentar cinco emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e quatro ao Orçamento da União na sua respectiva área temática. A CDHM valorizou o processo orçamentário buscando priorizar ações de políticas públicas voltadas para os direitos humanos.

Várias propostas de emendas foram recepcionadas tanto de entidades da sociedade civil quanto de órgãos governamentais executores de programas no setor. Colocadas em votação, as emendas

relacionadas a seguir foram aprovadas pelo voto do plenário da Comissão. A seleção das propostas foi realizada priorizando áreas que possuem a maior carência de recursos na realização dos projetos. O critério foi reforçar áreas importantes na promoção e defesa dos Direitos Humanos.

A emenda de maior valor, R\$ 200 milhões, foi destinada à Funai, ligada ao Ministério da Justiça, para realização do Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

Também foram aprovadas três emendas cada uma no valor de R\$ 20 milhões:

- à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para ações abrangentes como centros de referência, direitos da população em situação de rua e direito à memória e à verdade.
- à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, para o enfrentamento e promoção da igualdade racial.
- à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, para promoção da autonomia e enfrentamento à violência.

ATIVIDADES DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) começou seus trabalhos em março retomando sua tradição de diálogo e respeito com os movimentos sociais. Todos os que atuam na área foram convidados para uma audiência pública, realizada em 19 de março de 2014, que contou com a presença de lideranças da sociedade civil, na qual se pronunciaram mais de 30 entidades. O conjunto de propostas apresentadas resultou num plano de trabalho que contemplou a diversidade de demandas e ações, servindo como orientação para a CDHM.



Ato Público

em memória à resistência ao Golpe de 1964, pela
defesa da democracia e para a reinstalação da
Comissão Parlamentar da Verdade

Instituições Mutiladas

Resistência e Reconstrução Democrática

1964-2014



A Comissão esteve sempre atenta aos fatos da conjuntura importantes para os direitos humanos. Sempre que um episódio emblemático para a cultura dos valores e deveres humanos ocorreu, ou sempre que o colegiado foi demandado para isso, por deputados membros, por organizações sociais ou cidadãos, o colegiado parlamentar ofereceu uma resposta à sociedade.

Os critérios adotados para a escolha dos temas tratados seguiram as atribuições regimentais da CDHM e os padrões universais de valores e direitos, estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, em tratados universais ratificados pelo Brasil, na Constituição Federal e no nosso arcabouço legal.

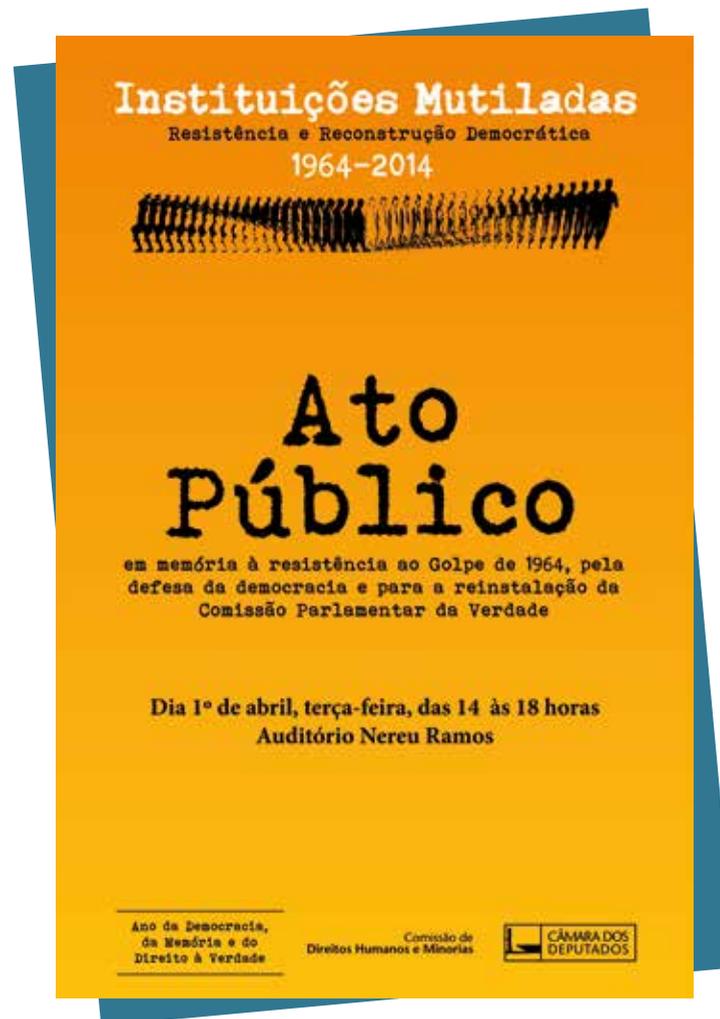
MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

A Subcomissão Parlamentar “Memória, Verdade e Justiça”, presidida pela Deputada Luiz Erundina (PSB-SP), criada em 2012 e retomada em 2014, para contribuir no esforço nacional de resgate da memória histórica e de mobilização, com vistas a obter a realização da justiça de transição nos casos dos crimes imprescritíveis durante a ditadura de 1964. O direito à justiça de transição está consagrado internacionalmente como condição de garantia dos direitos humanos e reparação de violações ocorridas. A Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça, encaminhou à CNV todo o seu acervo de informações sobre violações cometidas por agentes do Estado no período compreendido pela Lei 12.528. A Subcomissão teve o objetivo, também, de fiscalizar e contribuir com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

A CNV foi instituída pela Lei 12.528, de 18 de novembro de 2011, e teve seu relatório final apresentado em 10 de dezembro de 2014. A finalidade da CNV foi apurar as graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. O colegiado, sob o comando da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), promoveu ao longo do ano importantes atividades que estão relacionadas a seguir:

RETOMADA DOS TRABALHOS DA SUBCOMISSÃO PARLAMENTAR “MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA”

A Subcomissão Parlamentar da CDHM, que teve intensa atuação em 2012, foi desativada em 2013, em razão de mudança de orientação política da Comissão. Marco da reinstalação da Subcomissão, em 1º de abril de 2014, a CDHM realizou um Ato Público de solidariedade àqueles que resistiram e lutaram contra o regime militar. No evento, parlamentares presentes manifestaram a vontade política de rever a Lei da Anistia, com o objetivo de obter justiça e a devida responsabilização daqueles que praticaram crimes imprescritíveis contra a humanidade, como a tortura, assassinato e ocultação de cadáveres de opositores políticos na ditadura civil-militar. Em reunião plenária, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) foi reconduzida à presidência da Subcomissão e foram empossados os demais deputados que a constituíram: deputados Domingos Dutra (SD-MA), Nilmário Miranda (PT-MG), Luiz Couto (PT-PB), Janete Capiberibe (PSB-AP), Padre Ton (PT-RO), Antônia Lucia (PSC-AC), Janete Rocha Pietá (PT-SP), Manuela D’Ávila (PCdoB-RS), Renato Simões (PT-SP), Erika Kokay (PT-DF), Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Pastor Eurico (PSB-PE).



HOMENAGENS À RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA NA DATA QUE MARCOU OS 50 ANOS DO GOLPE MILITAR DE 1964

A Câmara dos Deputados, com o apoio da CDHM, por ocasião dos 50 Anos do golpe de Estado de 1964, promoveu Sessão Solene e a exposição “Instituições Mutiladas, Resistência e Reconstrução Democrática (1964/2014)”. No evento, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), autora do pedido de sua realização, defendeu a revisão da Lei da Anistia (6683/79). A deputada disse que o país descumpre sentença da Corte Interamericana da Organização dos Estados Americanos (OEA) que determinou ao governo brasileiro a revisão da Lei. Erundina salientou que o Congresso brasileiro atuou sob pressão ao aprovar a Lei. Atendendo à proposta da Subcomissão, o presidente da Câmara, deputado Henrique Alves (PMDB-RN), assinou Ato da Mesa Diretora que proclamou 2014 como Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade.



ASSINATURA DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES PARA A ANÁLISE DO DNA DOS RESTOS MORTAIS DO CEMITÉRIO DE PERUS

A CDHM assinou, em 26 de março, protocolo de intenções com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para unir esforços pela análise por especialistas do DNA dos restos mortais exumados da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, localizado em Perus, no município de São Paulo. O protocolo também foi assinado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

A “Vala de Perus” como ficou conhecida, foi descoberta no final da década de 70 por movimentos sociais e parentes das vítimas do regime militar. Em 1990, a então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (PSB-SP), determinou a abertura da vala, onde foram descobertas 1.049 ossadas não identificadas. A assinatura do protocolo, na CDHM, ocorreu na data de 24 anos da descoberta do local com os corpos.

HOMENAGEM AOS PRIMEIROS DEPUTADOS CASSADOS PELA DITADURA

Ato público promovido pela CDHM e sua Subcomissão Parlamentar homenageou os primeiros 41 deputados de oposição cassados por atos discricionários da ditadura civil-militar na data dos 50 anos da edição dos Atos 1 e 2, pelos quais os mandatos foram usurpados. Assinados em 10 de abril de 1964, os atos representaram a cassação de 10 por cento do total de deputados da Câmara dos Deputados à época. Parlamentares de vários partidos e representantes da sociedade civil presentes ao evento destacaram o nome daqueles que foram calados no despertar do regime autoritário e fizeram coro em defesa da democracia. Sobre os Atos de 1964, a presidente da subcomissão e requerente do evento, deputada Luiza Erundina (PSB-SP), afirmou que a “soberania do povo” foi violada. A violência institucional foi além dos 41 iniciais, e culminou num total de 173 deputados federais cassados pela ditadura.





CONTINUIDADE NAS BUSCAS DE CORPOS DE VÍTIMAS DA CHACINA NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

Em audiência pública realizada em 21 de maio, requerida pelo Deputado Assis do Couto (PR-PR), a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República garantiu a continuidade da busca de corpos das vítimas da chacina ocorrida no Parque Nacional do Iguaçu (PR), cometida por agentes da repressão durante o regime militar. A Chacina do Parque, que vitimou cinco brasileiros e um argentino, em 1974, foi considerada pela Comissão Nacional da Verdade como um dos episódios mais misteriosos entre os casos de mortes e desaparecimentos políticos registrados naquele período. Os restos mortais de cinco militantes, todos integrantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) nunca foram encontrados.

A audiência pública contou com a presença de especialistas, entre eles a jornalista Juliana Dal Piva, que entrevistou por diversas vezes o coronel do Exército Paulo Malhões, antes mesmo de o oficial do Exército depor à Comissão Nacional da Verdade, revelando o funcionamento dos centros de tortura clandestinos e o destino do corpo do ex-deputado Rubens Paiva, morto durante a ditadura. O coronel Malhões cumpriu à época da “Chacina do Parque” 14 missões sigilosas àquela região do Paraná. A jornalista concedeu entrevista exclusiva à CDHM em que aponta para revelações nas entrevistas com o coronel do Exército. As circunstâncias da morte do coronel Paulo Malhões mereceram posicionamento em nota pública do presidente da CDHM, deputado Assis do Couto (PT-PR), que pediu aos órgãos competentes efetividade na investigação para apurar a autoria e os motivos da morte do oficial da reserva.

APURAÇÃO SOBRE AS NEBULOSAS CIRCUNSTÂNCIAS DA MORTE DO EDUCADOR ANÍSIO TEIXEIRA

Em 28 de maio, nova audiência pública da CDHM, requerida pela Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), apurou as suspeitas circunstâncias da morte de Anísio Teixeira. Um dos principais formuladores da educação brasileira, Anísio Teixeira, foi encontrado morto em 14 de março de 1971, num fosso de elevador, no Rio de Janeiro. Apesar de a perícia ter afirmado, à época, que a morte foi acidental, há indícios de que o educador teria sido assassinado pela repressão em razão de suas convicções. A subcomissão parlamentar aprovou requerimento em que solicita à Academia Brasileira de Letras (ABL) a confirmação da existência de documento escrito pelo acadêmico Afrânio Coutinho, que se supõe seja revelador sobre as circunstâncias nebulosas que envolvem a morte de Anísio Teixeira. O documento estaria guardado no cofre da ABL para vir a público somente em 2021, segundo vontade expressa de Afrânio Coutinho. A subcomissão procurou contribuir, com a audiência pública e depois dela, no sentido de reconhecer a relevância de Anísio Teixeira para a educação no Brasil. Esse trabalho foi realizado em parceria com a Comissão da Verdade da Universidade de Brasília Anísio Teixeira, que leva o nome do autor do projeto da UnB e seu primeiro reitor.



Patrícia Soransso

AUDIÊNCIA CONJUNTA PARA OUVIR COORDENADOR DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

Audiência pública conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, no dia 12 de dezembro, requerida pela Deputada Luiza Erundina (PSB-SP), pelo Deputado Renato Simões (PT-SP) e pelo Senador João Capiberibe (PSB-AP), ouviu o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, um dia depois da entrega do relatório final CNV aos chefes dos três Poderes da República. Dallari afirmou na ocasião que o relatório final é um documento político e sugeriu diálogo entre os parlamentares e os militares. Para o coordenador, a atitude dos militares do não-diálogo, de não abrir arquivos ou prestar informações, e de não reconhecerem as violações, são todas atitudes que geram insegurança social. Dallari também respondeu às críticas de que o relatório final da Comissão Nacional da Verdade foi conservador ao nomear apenas 434 vítimas da ditadura, quando existem indícios de mais de mil mortos, se forem enumeradas

as mortes de indígenas e camponeses. O coordenador afirmou que fez uma escolha ao dar preferência a um documento prudente, preciso e consistente, que não cedesse ao que é impreciso e ideológico. “Foi uma opção metodológica pelo rigor na seleção. Mas temos conhecimento da morte de indígenas e camponeses, contemplamos essa questão no volume 2, para refletir e abrir uma nova fronteira que tenha continuidade”.

O senador João Capiberibe (PDB-AP), presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça do Senado, afirmou que existe a necessidade de reconhecimento do passivo das Forças Armadas com a sociedade, como apontou a CNV. “Ficamos de retomar o diálogo no sentido desse reconhecimento após a publicação do relatório”, disse o senador em referência a



Luís Macedo

conversas com o ministro da Defesa, Celso Amorim. “Esse reconhecimento não é pessoal (dos comandos das Forças Armadas), mas institucional”, destacou. Capiberibe disse que esse será um dos encaminhamentos proporcionados pela audiência pública conjunta.

AI 5 NUNCA MAIS – ATO POLÍTICO DE ENCERRAMENTO DO ANO DA DEMOCRACIA, DA MEMÓRIA E DO DIREITO À VERDADE

No Ato político de encerramento do Ano da Democracia, da Memória e do Direito à Verdade, em 12 de dezembro, o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Assis do Couto (PT-PR), destacou o dever da Câmara de contribuir na apuração da memória histórica do país. O parlamentar afirmou: “esta Casa tem o dever de contribuir na permanência da memória histórica. É importante lembrar que o Congresso Nacional foi ferido gravemente pela ditadura de 1964. A Casa foi fechada pela força bruta da tirania, e assim permaneceu por nove meses. 173 representantes eleitos foram expurgados arbitrariamente naquele período”.

Assis do Couto lembrou que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias desempenhou um papel relevante ao longo deste ano para fixar a memória sobre a resistência democrática na ditadura. “Criamos a Subcomissão da Verdade, Memória e Justiça, responsável pela produção, em conjunto com a Consultoria Legislativa, de um livro, de duas exposições e da realização de importantes debates sobre o tema”. O presidente da CDHM lembrou ainda o papel de-



sempenhado nessas atividades pela deputada Luiza Erundina (PSB-SP), presidente da subcomissão, a quem homenageou.

Líder indígena Sônia Guajajara sobre a mobilização da sociedade civil após o relatório da CNV



Patrícia Soransso

Livros *Brado Retumbante* e *Um homem torturado: nos passos de Frei Tito de Alencar*

O evento contou ainda com o lançamento dos dois volumes do livro “*Brado Retumbante*”, do escritor e jornalista Paulo Markun, e do livro “*Um homem torturado: nos passos de frei Tito de Alencar*”, escrito por Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

FÓRUM PARLAMENTAR NACIONAL DEBATE COM SOCIEDADE CIVIL MOBILIZAÇÃO APÓS RELATÓRIO DA CNV

Representantes de órgãos de Estado e da sociedade civil buscaram entendimentos sobre mecanismos para estender as investigações sobre crimes praticados no período da ditadura militar e resgatar a verdade após o encerramento oficial da Comissão Nacional da Verdade. Esse foi o objetivo maior do Fórum Legislativo de Direitos Humanos, realizado no dia 12 de dezembro, que se concentrou na reflexão sobre as conclusões e recomendações do relatório da CNV.

No evento, requerido pela Deputada Luiza Erundina (PSB-SP) e pelo Deputado Renato Simões (PT-SP), foi apresentado o Relatório de Violações de Direitos no Campo entre 1946-1988, produzido pela Comissão Camponesa da Verdade, e apresentado pela

sua representante, Nicinha Porto, e pelo coordenador do trabalho e da área de Memória e Verdade da Secretaria de Direitos Humanos, Gilney Viana.

Nicinha Porto, afirmou que o relatório final da CNV apresentou avanços, mas ressaltou que, do resultado obtido, há uma percepção de “invisibilidade dos camponeses e das camponesas (que foram mortos).” Ela entregou à CDHM o trabalho de resgate da memória realizado pela Comissão Camponesa da Verdade, em que constam 70 casos de mortes representados por região e por estado. O relatório da comissão camponesa apresenta ainda fatos sobre a repressão a entidades sindicais do campo, como a Contag.

Ainda na reunião, o secretário executivo do GT dos Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade, Sebastião Lopes Neto, disse que o Golpe Militar de 1964 teve o objetivo de impedir a participação de trabalhadores na política. Para ele, empresas públicas e privadas que se envolveram nos crimes de repressão da ditadura devem pagar uma indenização coletiva à sociedade brasileira. Sônia Guajajara, da coordenação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, defendeu a instalação de uma comissão da verdade indígena para investigar as violações sofridas pelo seu povo. Para ela, as recomendações sobre os povos indígenas estão diluídas no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO

A agricultura familiar é o principal mecanismo para se garantir o direito humano à alimentação adequada, previsto desde 2010 na Constituição da República. O setor produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no planeta, desde produtos in natura até os agroindustrializados. No Brasil, produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo, 60% do leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos.



A agricultura familiar não está ligada somente à segurança alimentar. Relaciona-se a variadas maneiras de interação do homem com a produção agrícola e com o meio ambiente. A agricultura familiar acessa formas de saber, de organização do trabalho, de cultivo de sementes e de tecnologias não ligadas aos modelos homogeneizadores de produção. A promoção da agricultura familiar é promoção da diversidade.

São mais de 500 milhões de agricultores familiares no mundo. No Brasil, existem mais de 4 milhões de estabelecimentos rurais desse tipo. Cerca de 74% da mão de obra empregada no campo atua na agricultura familiar, que mobiliza as economias locais. O setor responde por 33% do Produto Interno Bruto da agropecuária brasileira e 10% do PIB nacional. E tem, inclusive, participação na balança de exportações.

A Câmara dos Deputados é parceira na criação das condições que a vêm favorecendo. Podemos citar a lei que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar; a lei que trata do atendimento da alimentação escolar; e a lei que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar para posterior distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar ou formação de estoques estratégicos.

Reconhecendo o valor e a importância da agricultura familiar, camponesa e indígena para a efetividade do direito humano à alimentação, as Nações Unidas declararam 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. A celebração do Ano foi articulada, no mundo inteiro, por governos, agências internacio-



nais de desenvolvimento e organizações sociais do campo. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados contribuiu com a mobilização e com o debate sobre o tema no âmbito do Poder Legislativo, com uma série de eventos especiais, requeridos pelo presidente do colegiado, Deputado Assis do Couto (PT-PR).

MOSTRA “ALIMENTAR O MUNDO, CUIDAR DO PLANETA”

A Mostra ocorreu durante uma semana, no Espaço Mário Covas da Câmara dos Deputados, entre os dias 24 e 28 de novembro. Foram expostas tecnologias e produtos da agricultura familiar, com participação da Embrapa, da Contag, da Conab e da Cooperativa Central do Cerrado.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E AGRICULTURA FAMILIAR

De acordo com os palestrantes do Seminário, ocorrido no dia 26 de novembro, mudanças na legislação podem promover avanço da agricultura familiar. Além da questão legislativa, o redesenho para ampliar o espaço da agricultura familiar no país requer redefinir diretrizes



Patrícia Soransso

das políticas públicas para o setor, ampliar o compromisso com as reformas política e agrária, e mobilizar os agricultores para evitar o retrocesso das conquistas obtidas, afirmaram especialistas e membros do governo federal.

“Se não avançarem as leis (do setor cooperativista), que são dos anos 70, vamos passar dificuldades nos próximos anos”, afirmou Luiz Possamai, presidente da União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias, no Seminário “Direito Humano à Alimentação Adequada e Agricultura Familiar: intervenções da sociedade civil e do Governo”. “Não tem lei cooperativista que nos reconheça”, complementou Possamai. O produtor e cooperativista lembrou que a legislação que dá as diretrizes da produção familiar é posterior às leis que estruturam a agricultura brasileira. Para ele, é preciso alterar a legislação mais antiga. Luiz Possamai lembrou ainda que é preciso regulamentar a Lei que estabelece diretrizes para a agricultura familiar (11.326/06), aprovada durante o governo Lula.

Julian Perez, professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, afirmou que a tendência à concentração de mercado pelas grandes empresas da produção de sementes e processamento de alimentos pode ser revertida a partir da rediscussão da legislação. “Vivemos um totalitarismo na agricultura. O produtor familiar não encontra insumos, assistência técnica e tem dificuldades em comercializar seu produto”, advertiu.

O professor afirmou ser necessário promover um esforço parlamentar para rediscutir os PLs em pauta no Congresso que tratam da questão do abastecimento alimentar.



Patrícia Soransso

De acordo com o especialista, o sistema agroalimentar mundial produz alimentos suficientes para alimentar a população do planeta. Mas apontou paradoxos: “É um sistema que não alimenta, ou alimenta mal. No mundo, a cada oito pessoas, uma passa fome. No Brasil, mais de 50% da população está acima do peso.”

Iridiani Seibert, da Via Campesina, e Willian Matias, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), pediram maior compromisso dos parlamentares com as reformas estruturais do país, principalmente a reforma política e a reforma agrária.

“A reforma política é necessária para que possamos contar, no futuro, com um Congresso com representação proporcional maior da agricultura familiar”, afirmou Iridiani.



Patrícia Soransso

Para Írio Conti, representante do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), as propostas legislativas contemplam diferentes pontos de vista e o Congresso é espaço para o diálogo. O palestrante advertiu para a necessidade de organização e mobilização dos agricultores familiares como forma de impedir retrocessos em conquistas alcançadas nas últimas décadas.

Írio Conti destacou ainda que a agricultura familiar hoje toma uma dimensão cultural, pois se tornou “estilo de vida” para uma grande quantidade de pessoas que a praticam.

Juliana Casemiro, do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar, destacou a importância da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, programa que atende 44 milhões

de crianças e jovens no país. A Lei exige a aquisição de 30% dos alimentos produzidos pela agricultura familiar. Ela explicou que o Fórum defende a ampliação desse percentual. No entanto, existem municípios que nem mesmo atendem o mínimo. “Existem barreiras para a compra, como (a exigência de) documentos, assistência técnica e uma legislação sanitária pensada para (a estrutura) de grandes empresas.”

Lilian Rahal, da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do Ministério de Desenvolvimento Social, elencou duas outras formas de aquisição alimentar pelo governo federal, além do Programa Nacional de Alimentação Escolar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Compra Institucional, por meio de cestas de alimentos e compras diretas.

João Marcelo Intini, diretor de política agrícola da Conab, disse ser preciso redesenhar a arquitetura de políticas públicas do governo federal de enfrentamento da pobreza e pela segurança alimentar. “Temos outra sociedade hoje, diferente daquela de doze anos atrás. É preciso rever a questão do abastecimento, repensar o Programa de Aquisição de Alimentos, rever processos e formas de relacionamento.”

Rosana Miranda, do Ministério das Relações Exteriores, destacou o reconhecimento internacional obtido pela agricultura familiar neste ano que a celebra. A diplomata lembrou sobre o que falou o papa Francisco aos delegados de 172 países participantes da Conferência Internacional sobre Nutrição, realizada em Roma. O papa afirmou que as questões alimentares estão sujeitas às manipulações econômicas. Pediu tratamento da alimentação e da nutrição como questões públicas globais. O pontífice disse que a luta contra a fome e pelo alimento como direito vem sendo derrotada pela prioridade dada ao mercado e à proeminência do lucro, que reduziu a comida a algo que é comprado, vendido e sujeito a especulação.

Um projeto educacional diferenciado para a formação técnica de jovens na agricultura familiar foi apresentado no Seminário. A Campanha Escola Família Agrícola – rede CEFAS utiliza a “pedagogia da alternância”, método criado na França, que busca solucionar a questão do ensino regular

nas cidades, que pode levar os estudantes camponeses a repudiar a terra. A rede de EFAs no país permite aos jovens receber, de forma alternada, duas semanas de conhecimentos gerais e técnicas voltadas para a realidade agrícola na escola e duas semanas na propriedade rural. O trabalho da rede CEFAS foi apresentado pelo seu representante Marco Antonio Geffer.

ATO PÚBLICO EM DEFESA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

No ato, ocorrido também no dia 26 de novembro, lideranças e parlamentares destacaram a importância da agricultura familiar. Foi divulgada **Carta Aberta**, elaborada em conjunto pelos participantes do Seminário, que pede políticas públicas adequadas para o setor.

CARTA ABERTA DO SEMINÁRIO “DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E AGRICULTURA FAMILIAR”

26 de Novembro de 2014

Os participantes do evento, realizado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados em atendimento ao Requerimento n. 110/2014, de autoria do dep. Assis do Couto, em parceria com os movimentos sociais e agentes públicos ao final relacionados, concluíram:

1. CONSIDERAÇÕES:

- a. Dados divulgados recentemente pela FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) apontam que, no mundo, 805 milhões de pessoas sofrem com a fome, 161 milhões de crianças com menos de cinco anos têm atraso no crescimento por causa da desnutrição, 99 milhões de crianças têm baixo peso e 51 milhões de crianças sofrem de emagrecimento agudo.
- b. Reunidos em Roma na semana de 17 a 21 de novembro de 2014, representantes de 170 países, incluindo o Brasil, renovaram seu compromisso no combate à fome. Firmaram a “Carta de Roma”, que, entre outros pontos, considera a eliminação da desnutrição em todas as suas formas como um imperativo de saúde, ético, político, social e econômico. Isso demanda que não se encare o alimento simplesmente como mercadoria – é o que afirmou o Papa Francisco, participante da Conferência, para quem a “luta contra a fome e a desnutrição é dificultada pela prioridade do mercado e da preeminência de lucro, o que reduz a comida em um bem qualquer, sujeita à especulação financeira”.

- c. O Brasil está vencendo a batalha. Com dimensões continentais, quase duzentos milhões de habitantes e uma produção aproximada de 200 milhões de toneladas de alimentos, o país viu nos últimos anos a fome ser eliminada. Mesmo sendo um exportador de alimentos para mais de 160 países, há poucos anos o Brasil figurava no vergonhoso mapa da fome da FAO. O anúncio da superação desse problema precisa ser celebrado, mas os problemas estruturais na produção de alimentos saudáveis, como a concentração de terra, não podem ser esquecidos. Também é necessário prestar atenção aos movimentos realizados pelo mercado, que impedem a superação de entraves econômicos, políticos e sanitários à produção e comercialização da agricultura familiar, fato responsável pela diminuição da oferta de alimentos ao consumidor e pelo aumento da inflação.
- d. A superação da fome no Brasil está diretamente relacionada à virtude da nossa agricultura familiar associada às políticas econômicas de geração de trabalho, renda, emprego e de valorização do salário mínimo. Programas sociais, a exemplo do Bolsa Família, e outros de acesso a alimentos, como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), e um conjunto de normas avançadas constituem instrumental que poucos países dispõem para lutar pela produção de alimentos saudáveis e, como consequência, contra a fome e a desnutrição e a prevalência do sobrepeso e obesidade.
- e. A degradação ambiental e a desvalorização do trabalhador estão relacionadas a um modelo de desenvolvimento baseado na monocultura. Já o modelo de diversidade da produção praticado pela agricultura familiar, camponesa e indígena é mais apto a proteger e manejar o meio ambiente de forma responsável, e ao mesmo tempo contribuir para o crescimento sustentável socialmente inclusivo e diverso. Além de ser, essa forma de produção agrícola, a principal fonte de produção de alimentos saudáveis, representando 70% dos alimentos consumidos no Brasil e no mundo e, portanto, promotora da soberania alimentar.
- f. Os entraves ao modelo de desenvolvimento baseado na diversidade e na inclusão encontram-se também no sistema eleitoral, do que se revela necessária uma reforma política, sobretudo no financiamento de campanhas – levando-se em conta o poderio econômico das corporações agroalimentares (principais financiadoras das eleições de 2014) –, a fim de ampliar a representação no parlamento de trabalhadores, movimentos populares e minorias.
- g. Existem desafios, ao iniciarmos um novo ciclo na erradicação da pobreza, da fome, má nutrição e na promoção da alimentação saudável. Sugerimos uma agenda afirmativa para o aprofundamento das políticas públicas que levem em conta o fortalecimento da Agricultura Familiar.

2. AGENDA DE AÇÕES PROPOSTA PELO SEMINÁRIO

- a. MAIS ACESSO À TERRA:
 - » Avançar nas desapropriações para assentar as famílias acampadas ou mobilizadas na luta pela terra, em áreas improdutivas ou onde se pratica o trabalho escravo, ou que não cumpram sua função social;
 - » Regularizar as modificações promovidas na Lei Complementar n. 93, de 1998, em especial para definir os critérios referentes à renda e ao patrimônio máximo para acesso ao Crédito Fundiário;

- » Reconhecer e garantir a demarcação de terras indígenas e quilombolas que estão em conflito ou em processo administrativo ou judicial;
 - » Reconhecer e garantindo tratamento especial aos agricultores familiares em desapropriações, assentamentos ou reconhecimento de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
- b. MAIS ACESSO AO CONHECIMENTO E AOS BENS CULTURAIS:
- » Regular a Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326, de 2006) e a Lei do Pronatec Campo (Lei n. 12.513, de 2011), para criar uma política de educação profissional da agricultura familiar;
 - » Reconhecer, como política de Estado, a educação por alternância, que respeita as necessidades dos agricultores familiares, promovendo a permanência do jovem no campo;
 - » Desenvolvimento da política dos pontos de cultura nas áreas de agricultura familiar e camponesa, e nas de comunidades tradicionais;
 - » Garantir o direito às sementes e aos conhecimentos tradicionais.
- c. MAIS ACESSO À PRODUÇÃO COM TECNOLOGIA, À COMERCIALIZAÇÃO JUSTA E AO CONSUMO CONSCIENTE:
- » Regular a Lei n. 11.326, de 24 de Julho de 2006, criando uma política nacional de reconhecimento, apoio e incentivo às cooperativas da agricultura familiar e economia solidária (desoneração fiscal e tributária, apoio à gestão, investimento, subvenções);
 - » Viabilizar e efetivar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, e viabilizar o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos;
 - » Segurança jurídica para a conservação, cultivo, disseminação, troca e comercialização de sementes crioulas;
 - » Fortalecer, desburocratizar e ampliar o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, particularmente em relação às aquisições da agricultura familiar;
 - » Garantir o apoio financeiro à gestão por parte das entidades de agricultura familiar que trabalham com o PAA e PNAE;
 - » Retomar a discussão e o diálogo com a sociedade civil visando à construção de uma política nacional de abastecimento alimentar;
 - » Fortalecimento das políticas públicas para a agroindústria camponesa;
 - » Implementação, que há anos se arrasta e enfrenta resistência do mercado, do SUASA – Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária;
 - » Universalização das iniciativas de assistência técnica que dialoguem com conhecimentos e práticas locais e tradicionais e que atendam igualmente homens e mulheres;

- » Promover a aproximação da Embrapa com os agricultores familiares em suas bases, transferindo e adaptando tecnologias que aprimorem a produção;
 - » Direcionar atenção especial da ANATER à agricultura familiar;
 - » Universalizar as políticas públicas para garantia do envolvimento, do protagonismo e da geração de trabalho e renda para mulheres e jovens;
 - » Crédito especial para grupos produtivos de mulheres.
- d. MAIS ACESSO À INFRAESTRUTURA E A SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS:
- » Ampliação e qualificação das ações de apoio às estradas vicinais no PAC 3;
 - » Qualificação e ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida voltado para a população rural;
 - » Efetivar o acesso aos meios de comunicação (telefonia móvel e acesso à internet) no meio rural;
 - » Efetivar a prestação de serviços de saúde no meio rural;
 - » Respeitar as particularidades da agricultura familiar, mantendo e ampliando o número de escolas do campo.
 - » Garantir e ampliar o acesso à água, por meio do fortalecimento do P1MC+2 (Programa Um Milhão de Cisternas) e sua execução pela sociedade civil.
- e. MAIS RESPEITO AOS MOVIMENTOS, ÀS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO, INDÍGENAS, E ÀS COMUNIDADES TRADICIONAIS:
- » Efetivação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
 - » Combate à criminalização de lideranças, organizações populares e movimentos sociais;
 - » Estabelecimento de parcerias com os movimentos e organizações sociais para elaboração, execução e monitoramento (controle social) das políticas públicas;
 - » Aprovação da Política Nacional de Participação Social;
 - » Fortalecimento estrutural e político do MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) para dar condição e base de coordenar as políticas para a agricultura familiar no Brasil frente aos desafios para os próximos quatro anos.

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS:

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONFESOL – Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CRESOL – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
OXFAM no Brasil
SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União
UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
VIA CAMPESINA
Frente Parlamentar da Agricultura Familiar
Frente Parlamentar da Agroecologia
Frente Parlamentar da Extensão Rural
Frente Parlamentar da Segurança Alimentar e Nutricional

DIVERSIDADE E COMBATE AO PRECONCEITO

Os direitos humanos contemplam a necessidade de igualdade com respeito às diferentes identidades. Conflitos no mundo inteiro indicam a necessidade de fortalecer os mecanismos de respeito, tolerância e convivência. O Brasil não está imune a esses embates. Inúmeras violações à diversidade étnica, religiosa e de concepções de mundo têm ocorrido. Cabe às instituições e às pessoas comprometidas com os preceitos humanistas contribuir para promover essa a cultura de paz e a convivência respeitosa. A CDHM abordou o tema, conforme as demandas ocorridas ao longo do ano.



DIVERSIDADE RELIGIOSA

A CDHM promoveu, em 20 de maio, ato público com centenas de membros da comunidade afro-religiosa, em defesa do respeito, da liberdade de expressão, diversidade e convivência entre as diferentes confissões religiosas. Lideranças e fieis da Umbanda e do Candomblé exigiram respeito aos seus cultos religiosos.

O movimento Toque dos Adjás protestou contra a decisão de juiz no Rio de Janeiro que, numa sentença, manifestou preconceito ao não reconhecer os cultos afro-brasileiros como religiões. Em nota oficial, a CDHM criticou a decisão e apelou ao autor para que a reconsiderasse.

Nota pública – Em defesa do respeito e da liberdade de expressão religiosa

Cada ser humano tem o direito de pensar, crer e se expressar livremente conforme sua convicção. Todas as Constituições brasileiras desde a Proclamação da República expressam a total liberdade de expressão religiosa, o que pressupõe o direito de afirmar publicamente o que se crê, mesmo que sua crença contrarie a opinião ou religião alheia. A expressão pública da liberdade religiosa é assegurada pelo Estado. Garantir como legítimas todas as manifestações de crença é praticar o respeito e a tolerância, que nada mais são do que a aptidão humana para a convivência com opiniões e críticas divergentes.

Negar a existência de uma crença equivale a empobrecer o amplo espectro da matriz religiosa em que convivem inúmeros brasileiros. Como expressão do processo civilizatório, o Estado laico tem o dever de criar condições para que o cidadão exerça seu direito à liberdade de crença. Ao agente do Estado é vedado praticar discriminação religiosa em suas leis, decisões judiciais ou políticas públicas.

A negação da própria condição de religião ao Candomblé e à Umbanda, como ocorreu recentemente em decisão proferida pelo magistrado Eugênio Rosa de Araújo, da 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro, nos autos de Ação Civil Pública n. 2014.51.01.004747-2, enfraquece a democracia e pode encorajar graves violações dos direitos humanos.

Como Presidente deste colegiado parlamentar, reafirmamos nosso compromisso pela eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseadas no culto religioso ou convicção, em consonância com a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU), aprovada em 1981.

Deputado Assis do Couto

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

DIREITOS DOS POVOS CIGANOS

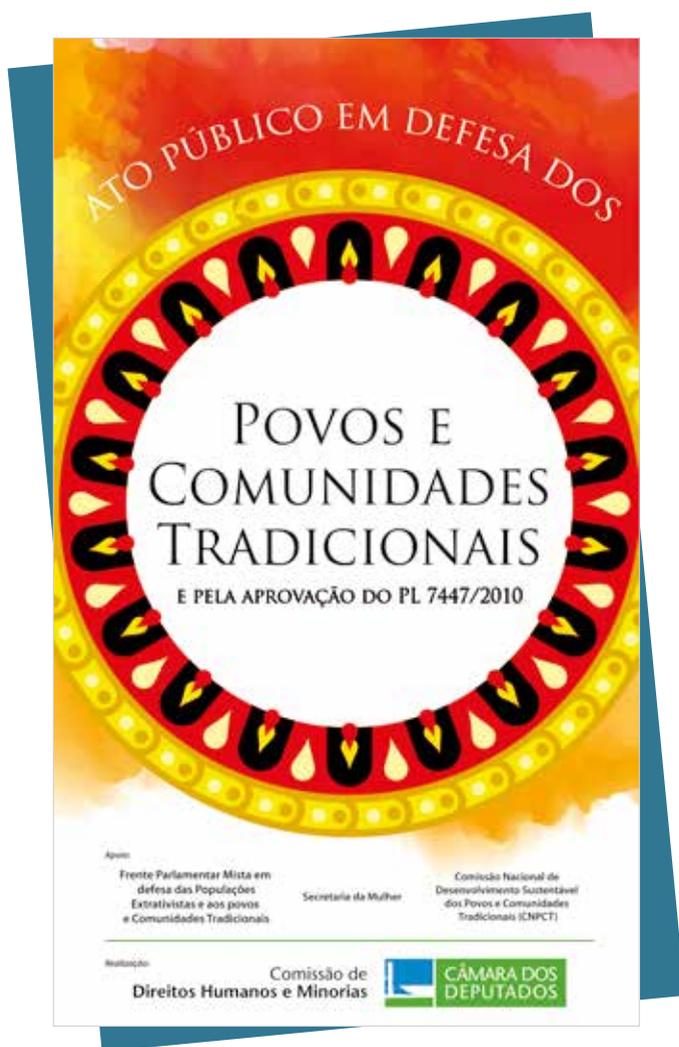
Em audiência pública realizada pela CDHM, em 22 de maio, para discutir a preservação da cultura do povo cigano no Brasil, lideranças da comunidade se uniram para apresentar reivindicações e relatar melhorias conquistadas. Entre os pedidos dos ciganos está a consolidação de um documento oficial contendo as propostas específicas para a comunidade apresentadas nos últimos anos. Para a deputada Érika Kokay (PT-DF), autora do requerimento de audiência pública, é preciso avançar na proposta de criação do Estatuto Nacional dos Povos Ciganos.

A deputada destacou ainda a necessidade de criar políticas públicas para o reconhecimento da cultura e sociedade cigana pelo Estado brasileiro. Érika afirmou que a comunidade cigana está isolada e vulnerável, e precisa de políticas públicas e leis afirmativas que a torne mais sujeita de direitos. “Trabalhamos para que o cigano não precise esconder que é cigano. Queremos que sejam respeitados. Nosso objetivo é criar o Estatuto Nacional dos Povos Ciganos”.

A deputada destacou que a proposta receberá o nome de “Estatuto Esmeralda”, em referência à menina cigana, presente ao evento, que disse ser o maior sonho de sua vida poder estudar.

O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Luciano Mariz Maia, destacou que políticas públicas seriam mais eficientes, no caso dos ciganos, caso o país dispusesse de estatísticas da quantidade e localidade onde vivem. O procurador diz que o IBGE vem sendo provocado desde 1999 a apresentar essa contagem. No entanto, até hoje o órgão não encontrou formas de recensear essa população. A comunidade cigana estima que sejam em 800 mil hoje no país. O procurador destacou ainda a importância de inserir os ciganos no sistema educacional e estabelecer parcerias de produção econômica para que esse povo se fixe em determinado território.

As lideranças ciganas pediram ainda melhorias no acesso ao atendimento básico de saúde, a regularização fundiária das terras onde estão fixados, a educação dos agentes policiais para os costumes ciganos e emendas orçamentárias voltadas para projetos destinados à comunidade.



A diretora de comunidades tradicionais da Seppir do Distrito Federal, Patrícia Ahualli, destacou a preocupação do Governo distrital em atender às comunidades ciganas que se estabelecem em seu território. Entre as medidas estão uma política de acesso à educação, por meio do Projeto Tenda Escola, o acesso à alimentação adequada através da oferta de cestas-alimentação, o cadastramento de famílias no cadastro único para recebimento de Bolsa-Família e outros programas sociais, e o trabalho que vem sendo feito para transferência de terras desocupadas da União para a fixação de comunidades ciganas.

Luana Arantes, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, destacou um projeto em estudo que prevê a inserção das comunidades ciganas em versão específica do Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Duas comunidades ciganas que se fixaram em terras do Distrito Federal (Sobradinho e Santa Maria) compareceram à audiência trajando roupas típicas e brindaram os presentes com danças daquele povo.

APOIO À FORMALIZAÇÃO DOS DIREITOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

Representantes do povo bantu, yoruba, jeje e cigano reafirmaram, em audiência pública ocorrida no dia 23 de abril e requerida pela Deputada Érika Kokay (PT-DF), a importância da aprovação do Projeto de Lei 7.447/10, de autoria do deputado Luiz Alberto (PT-BA) – aprovado pela CDHM meses após o evento. O PL estabelece diretrizes e objetivos para as políticas

públicas de desenvolvimento sustentável e inclusão social desses povos e comunidades. De acordo com os representantes presentes ao evento, uma vez aprovado e convertido em Lei, será instrumento para o pleno exercício da cidadania, para a preservação da dignidade e poderá ser utilizada contra discriminações de qualquer espécie.

“A Lei vai nos dar a tranquilidade de cultuar nossa fé. Tardiamente viemos cobrar nossos direitos”, afirmou a yalorixá Vera Soares. “Somos discriminados na escola, no hospital, no trabalho. Municípios não querem receber nosso povo. Que segurança existe hoje para nós se a maioria do nosso povo é analfabeta?”, desabafou o cigano Elias Alves.

Demandas por maior segurança e por garantias de cidadania plena como essas pontuaram a audiência pública promovida pela CDHM em 23 de abril. A elas vieram a somar outras, como o de reparação aos povos negros pelo que foi expropriado no período da escravidão ou mesmo o do direito ao mapeamento de espaços sagrados dos povos tradicionais.

Sem garantias de exercício pleno da cidadania essa diversidade e tradição do “Brasil plural” corre o perigo da extinção. “Não adianta elogiar a diversidade do país se o Governo não promover o fortalecimento dessa diversidade.”, destacou Silvano Silva, representante da Secretaria Especial de Políticas e Promoção da Igualdade Racial. De acordo com a técnica, a legislação precisa ser encorpada. “Um decreto pode ser derrubado por outro governo. Daí a importância da Lei. Da transformação de uma política desse governo em uma política de Estado”.



O Decreto 6.040, a que se referiu Silvano, de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Faz parte de um pequeno rol de legislações adotadas como política de governo a favor da afirmação dessas comunidades.

Nesse rol constam portarias e decretos que tratam da agenda e regularização fundiária de terras dos povos quilombolas. Consta ainda o Decreto 5.051, de 2004, que ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Por ele, é garantida a efetiva proteção dos direitos de propriedade e posse às terras tradicionalmente ocupadas pelos povos tradicionais. Falta, porém, uma Lei que garanta a manutenção no tempo dos direitos desses povos sob qualquer governo democrático.

“Quanto maior a sustentação legal, melhor”, disse Quener Santos, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Além de defender o fortalecimento da legislação sobre a questão, o técnico afirmou que é importante dar visibilidade aos povos tradicionais. Uma das medidas do Ministério nesse sentido é promover rótulos aos produtos produzidos pelos povos tradicionais. Assim, já existe o selo quilombola e, nos próximos meses, será lançado o selo indígena.

A deputada Janete Pietá (PT-SP) lembrou que o Projeto de Lei, por envolver a questão da terra, terá pela frente a barreira da numerosa bancada ruralista no Congresso. “Mas há chances de aprovação, com muito embate”, afirmou a parlamentar. Autor do projeto, o deputado Luiz Alberto (PT-BA) lembrou que o PL tramita em caráter terminativo nas comissões. Uma vez aprovado na CDHM, seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça.

“O Brasil tem pressa na aprovação do Projeto que reconhece e consolida direitos dos povos tradicionais”.

A frase da deputada Érika Kokay (PT-DF) buscou sintetizar o interesse comum dos vários parlamentares e cerca de 300 representantes de comunidades e povos tradicionais que lotaram as

dependências do auditório Nereu Ramos, durante a realização do Ato Público em favor da aprovação do PL 7447/10 na Câmara.

Declarações do presidente da Comissão de Constituição e Justiça e também do relator do PL sustentaram a esperança dos representantes de comunidades tradicionais de que o Projeto seja aprovado ainda este ano na Câmara, porque tramita pelas comissões em caráter conclusivo e já foi aprovado em todas as instâncias, inclusive nesta Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

Além de garantir ter protocolado seu parecer pela constitucionalidade da proposta, o relator Alessandro Molon (PT-RJ) afirmou que “fortalecer povos e comunidades tradicionais é também dar um passo em direção à preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável”. O presidente da CCJC, deputado Vicente Cândido, pediu o retorno dos representantes à Câmara quando o PL estiver em pauta para ser votado na CCJC. Ele lamentou o fato de vários deputados defensores de propostas favoráveis às comunidades tradicionais não terem sido reeleitos na última eleição.

Para o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) é importante a conversão do PL em Lei “porque decretos podem ser facilmente revogados por outro Presidente da República.” Hoje o tema é regulado pelo Decreto 6040/07, que criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A iniciativa de tornar Lei essa proposta, deve ampliar a eficácia às políticas públicas, impelindo o Poder público a assegurar a esses povos a manutenção de seus próprios modos de viver e formas de expressão.

O deputado Padre Ton (PT-RO) aproveitou o Ato Público para anunciar que será realizado manifesto em favor da aprovação da PEC 320/14, que prevê a criação de quatro vagas adicionais, permanentes e exclusivas para os povos indígenas no Parlamento. Ele pediu às comunidades que mantenham permanente pressão pela aprovação de propostas populares sobre os deputados eleitos para os próximos quatro anos.

Os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Fernando Ferro (PT-PE) destacaram a necessidade de resistência frente à emergência do preconceito verbalizado por grupos intolerantes ao longo das últimas eleições contra os direitos conquistados pelos diversos segmentos da diversidade racial e de gênero brasileira.

O deputado Luis Antonio (PT-BA), autor da proposta em discussão, agradeceu o apoio obtido e comentou sobre o resultado das últimas eleições parlamentares que, de acordo com o parlamentar, contrariou a expectativa criada pelas manifestações de junho de 2013. “A mudança veio para pior”, afirmou.

Além do apoio ao PL em favor dos povos e comunidades tradicionais, os representantes condenaram a proposta da PEC 215/00, que estabelece que os critérios e procedimentos de demarcação de terras indígenas serão regulamentados por Lei, e a tramitação em regime de urgência do PL 7735/14, que pretende regular o acesso aos recursos genéticos da biodiversidade e aos conhecimentos sobre eles desenvolvidos por pequenos agricultores, povos indígenas e tradicionais. “O PL está tramitando sem consulta a nossas populações”, afirmou o pescador baiano Carlos Alberto.

O PL pretende substituir a Medida Provisória 2186-16/01 sob a justificativa de desburocratizar o desenvolvimento de pesquisas e produtos baseados nos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A reivindicação vem principalmente de pesquisadores, da indústria e das organizações de grandes produtores rurais.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou microrganismos existentes em florestas, rios e outros ambientes naturais. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

“Essa Casa tem sido utilizada para aprovar projetos de opressão contra os povos tradicionais”, protestou o pescador baiano, lembrando ainda da aprovação da Lei do Novo Código Florestal.

Representantes indígenas, afrodescendentes, pescadores, caiçaras, ciganos e a comunidade pomerana estiveram presentes ao evento.

CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O AUTISMO

A CDHM realizou audiência, em 16 de abril, com o objetivo de debater o Dia Internacional de Conscientização sobre o Autismo, criado pela Organização das Nações Unidas em 2007. Na sétima edição, a audiência debateu o atual grau de conscientização e o grau de cumprimento das leis criadas para o desenvolvimento dessa comunidade. O requerimento foi do deputado Luiz Couto (PT-PB).

Alguns depoimentos emocionados de pais e mães ativistas da causa autista comoveram os que presenciaram a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir o autismo e a conscientização social para quem tem necessidades especiais. Entre os presentes, muitas crianças autistas da Escola Classe 416 Sul de Brasília, unidade de referência no ensino de autistas.

Foi o caso do depoimento de Adriana Monteiro, diretora jurídica do Movimento Orgulho Autista Brasil. Com discurso emotivo, mãe de uma filha com o transtorno, ela disse que não existe pessoa com autismo severo que chegue à idade adulta sem sofrer algum tipo de violência. Adriana disse desconhecer na prática as melhorias que estão previstas em Lei, como a proteção contra abusos, direito a acompanhamento especializado, tratamento específico de saúde ou criação de espaços para tratamento do autismo. Questionou também o tratamento de autistas em Brasília em unidades de tratamento de pessoas portadoras de deficiência mental. Adriana pediu para que a lei deixe o papel e apresente resultados práticos.

O presidente da CDHM, deputado Assis do Couto (PT-PR), lembrou que a regulamentação da Lei 12.764/12 integra a agenda da comissão para este ano. A pauta foi apresentada pelo parlamentar

à ministra Ideli Salvatti, da Secretaria de Direitos Humanos e ao ministro de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini.

Fernando Cotta, presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil, destacou que um autista sem tratamento morre socialmente. Ele disse que até o momento a entidade não foi procurada pelo Governo para opinar sobre a regulamentação legal.

Regiane Nascimento, que atua pelo Movimento em São Paulo, disse que poucas pessoas na sociedade sabem reconhecer características próprias do autismo. Ela apresentou um avanço conquistado naquele Estado. Uma ação civil pública condenou o estado a custear o tratamento de autistas. “Nem todos sabem”, disse ela.

Gilberto Sebrão Junior, também do Movimento em Santa Catarina, lembrou o drama dos pais de autistas. “São guerreiros, vivem dificuldades extremas, de preconceitos e portas fechadas. Não raro se separam”.

Reitor de extensão do Instituto Federal de Brasília, Gianni Copetti, anunciou que foi criado junto à instituição em 2013 um curso de cuidadores de autistas. Para o curso, com trinta vagas, concorreram 392 candidatos. Como manter esse curso é caro, Gianni disse que para novas turmas será necessário contar com mais recursos.

Pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República falou Antônio José Ferreira. O Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência advertiu se existia por parte dos ativistas da causa autista algum preconceito contra pessoas portadoras de deficiência mental. Antônio Ferreira afirmou ainda que há divergências entre organizações que defendem os direitos dos autistas e negou que o Governo tenha fechado a porta a qualquer das entidades. O secretário anunciou que o decreto regulamentador da Lei 12.764/12 pode sair ainda até o final do mês abril.

HANSENÍASE: APOIO ÀS MEDIDAS LEGISLATIVAS.

Membros da CDHM e da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados e da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, representantes de órgãos do Governo Federal e de movimentos sociais, emitiram Moção de Apoio às iniciativas legislativas no sentido de assegurar a devida reparação aos filhos e filhas de pessoas com Hanseníase que foram separados dos seus pais como medida sanitária adotada no passado pelas autoridades públicas de saúde. O pronunciamento foi resultado de audiência pública sobre doenças evitáveis, requerida pelos deputados Nilmário Miranda (PT-MG) e Antônio Brito (PTB-BA) e da deputada Benedita da Silva (PT-RJ).

Moção de Apoio

Reunidos em audiência pública em 16 de julho de 2014, na Câmara dos Deputados, membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa do Senado Federal, representantes de órgãos do Governo Federal e de movimentos sociais, emitimos esta Moção de Apoio às iniciativas legislativas no sentido de assegurar a devida reparação aos filhos e filhas de pessoas com Hanseníase que foram separados dos seus pais como medida sanitária adotada no passado pelas autoridades públicas de saúde.

Tal reparação é devida pelo poder público, já foi reconhecida como uma dívida pela Presidenta Dilma Rousseff e é objeto de esforços de vários parlamentares.

Defendemos que não haja mais protelação nessa decisão de Estado, por meio da aprovação legislativa e posterior sanção presidencial. A vida dos filhos da Hanseníase, cruelmente separados dos pais, não pode mais esperar.

Que seja atribuída toda a prioridade à tramitação e votação dos projetos que garantam a indenização aos filhos da Hanseníase, além de verbas suficientes para as políticas públicas e programas sociais que atendam às vítimas de doenças evitáveis.

Congresso Nacional, 16 de julho de 2014.

COMPROMISSO CONTRA O RACISMO NO FUTEBOL

Em resposta à Carta Aberta da Comissão de Direitos Humanos e Minorias – emitida mediante aprovação de requerimento de autoria do deputado Assis do Couto (PT-PR), a Confederação Brasileira de Futebol manifestou estar de acordo com os princípios da Carta Aberta da CDHM e comprometeu-se a promover ações efetivas contra o racismo durante a Copa no Brasil.

Carta Aberta a Confederação Brasileira de Futebol e ao Tribunal Superior de Justiça Desportiva em repúdio aos atos de racismo e pela punição dos autores

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, por decisão de seu plenário em sessão de 12 de março de 2014, dirige-se à Confederação Brasileira de Futebol e ao Tribunal Superior de Justiça Desportiva para expressar repúdio aos atos de racismo cometidos por torcedores contra o árbitro Márcio Chagas da Silva, no Rio Grande do Sul, e o jogador Arouca, do Santos, ambos na última semana.

Nos dois episódios, as agressões verbais de cunho racista chocaram a todos os que compartilham os princípios constitucionais da igualdade racial e do respeito às diferenças entre os seres humanos – e isto não pode ser aceito como algo natural.

Estas violações de direitos humanos foram extremamente graves, tanto pelo seu conteúdo censurável quanto por depreciar a imagem do futebol brasileiro. É fundamental que tais violações sejam coibidas de forma exemplar, para inibir sua recorrência, sobretudo às vésperas da Copa do Mundo de Futebol no Brasil.

Nação multicultural e multiétnica, o Brasil deve zelar pelo respeito às diferenças, transmitindo aos jovens e às crianças exemplos edificantes de convivência democrática.

No exercício das atribuições constitucionais e regimentais deste colegiado parlamentar da Câmara dos Deputados, vimos instar a Confederação Brasileira de Futebol e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva para que estenda a aplicação dos princípios constitucionais e legais já existentes ao âmbito do esporte, para que fatos lamentáveis como os mencionados sejam condenados e abolidos do futebol brasileiro.

Brasília, 12 de março de 2014.
Deputado ASSIS DO COUTO
Presidente

CONSTRANGIMENTO A ESTRANGEIROS

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara aprovou solicitação ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de retirada do ar do comercial do Guaraná Antarctica, da Ambev, no qual o jogador Neymar aparecia fazendo pegadinhas de cunho preconceituoso com estrangeiros. “Segundo o Código de Autorregulamentação Publicitária nenhum anúncio deve favorecer ou estimular qualquer ofensa ou discriminação social ou da nacionalidade (art. 20)”, destacou o deputado Marcos Rogério (PDT/RO), autor do requerimento.

Em resposta, o Conar informou ao presidente da comissão, deputado Assis do Couto, que já havia instaurado representação ética sobre a questão em 19 de fevereiro, atendendo a pedidos de consumidores. A entidade informou também que a peça publicitária foi retirada do ar em 11 de março por iniciativa da própria Ambev.

POVOS INDÍGENAS

A CDHM desempenhou importante papel de mediação em conflitos e de defesa dos direitos humanos dos povos indígenas num ano em que eles realizaram grandes mobilizações, com o objetivo de evitar a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. Esta PEC propõe a transferência da Funai para o Congresso Nacional das demarcações de terras indígenas, sujeitando-as assim a critérios políticos e não antropológicos.

A exigência de laudo antropológico, baseados em estudos científicos e jurídicos sobre as ocupações de áreas por povos tradicionais e por fazendeiros e colonos, no decorrer da história, está estabelecida desde os anos 1940, fruto do trabalho das missões indigenistas dos irmãos Orlando,



À esquerda, o cacique Raoni cumprimenta o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves.

Cláudio e Leonardo Villas Boas, o reconhecimento dos direitos indígenas e a criação da Funai.

Os povos indígenas e organizações de direitos humanos entendem que a atribuição das decisões sobre os conflitos fundiários ao Legislativo causará graves danos à sobrevivência desses povos, pois eles passariam a ter contra si a poderosa bancada ruralista e nenhum representante eleito.

O contencioso motivado pela PEC 215 se acirrou em dois momentos em 2014, tendo de um lado as lideranças indígenas e movimentos sociais de apoio e, de outro, a bancada ruralista, interessada na aprovação da PEC.

O primeiro foi em maio, quando houve forte mobilização indígena em Brasília. Diante do impasse criado pelo conflito de interesses, o presidente da CDHM, Deputado Assis do Couto, com a ajuda de outros parlamentares, intercederam junto aos presidentes da Câmara e do Senado para receber as lideranças indígenas. Os dirigentes das duas Casas se comprometeram em não colocar a PEC em votação pelos respectivos plenários nessa legislatura sem consenso entre as bancadas. Com o sucesso dos acordos firmados com as duas Casas, o ambiente de hostilidades foi substituído pela esperança de negociações.

O segundo momento de confrontação política foi em dezembro, quando houve a tentativa de votação da PEC 215 na Comissão Especial criada para este fim. Em razão dos desentendimentos

Presidente da CDHM media negociação entre lideranças indígenas e Presidentes das casas do Congresso Nacional.



Patrícia Soransso

políticos, a votação acabou não ocorrendo. Nos dias de mobilização, representantes de comunidades indígenas de todo o país foram recebidos pela CDHM no auditório Nereu Ramos e no plenário da comissão para audiências abertas, nas quais puderam apresentar seus protestos e suas demandas, além de dialogar com os parlamentares presentes.

As organizações que representam e apoiam a causa indígena atuam a partir desta agenda legislativa

- PEC 215 – demarcação de terras indígenas pelo Congresso Nacional.
- PL 1610/1996 – mineração em terras indígenas.
- PLP 227/2012 – define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas.
- PEC 38/1999 (Senado) – dispõe sobre competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas.
- PL 4740/2012 – arrendamento de terras indígenas.
- PL 3571/2000 – Esta Proposta de Emenda Constitucional é alvo de protestos.
- PL 2057/1991 – Estatuto das Sociedades Indígenas, que aguarda votação desde 1991, é a proposição que os povos indígenas desejam ver debatida no Congresso Nacional, por tratar de forma global os aspectos pendentes de normatização, incluindo punições de crimes contra índios, uso de recursos florestais e proteção ambiental.
- Conselho Nacional de Política Indigenista.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA DEBATE DEMARCAÇÕES E CONFLITOS INDÍGENAS

As Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal se reuniram, em maio, para debater a situação das demarcações de terras indígenas e os conflitos agrários, com

apoio da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas. Depois de ouvir depoimentos e avaliar o quadro dos contenciosos entre indígenas e agricultores, os parlamentares decidiram atuar juntos com o objetivo de mediar negociações sobre situações de crise mais agudas.

“Propusemos uma mesa de discussão para avaliar os casos de demarcações mais adiantados, definir o orçamento para as desapropriações das áreas ocupadas de boa-fé e agilizar os processos, de modo a antecipar-se ao agravamento dos conflitos”, anunciou na ocasião o deputado Assis do Couto (PT-PR), presidente da CDHM.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) propôs o deslocamento de representantes de ambas as comissões às regiões palco de conflitos fundiários envolvendo indígenas, para mediar negociações, com participação da Secretaria Geral da Presidência da República, FUNAI, Defensoria Pública e Ministério Público.

O deputado Padre Ton (PT-RO), presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas e membro da CDHM, anunciou a cobrança aos candidatos às eleições presidenciais compromissos com os direitos indígenas e a implementação de políticas públicas para promoção da qualidade de vida e a segurança desses povos.

Representantes dos povos indígenas, por sua vez, cobraram o princípio constitucional de não haver retrocesso nos direitos dos povos originários e defenderam uma mobilização permanente



dos parlamentares defensores dos direitos humanos contra ofensivas conservadoras visando a redução de direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais.

DENÚNCIAS E AÇÕES SOBRE CONFLITOS FUNDIÁRIOS ENVOLVENDO INDÍGENAS

Em resposta a numerosas denúncias recebidas pela CDHM no decorrer do ano, o colegiado solicitou providências a órgãos governamentais sobre casos de conflitos envolvendo populações originárias, como por exemplo, indígenas e trabalhadores ameaçados por apoiarem demarcações no Estado de Santa Catarina. Em outro litígio, envolvendo a comunidade Tupinambá no Sul da Bahia, a CDHM intermediou para que o cacique Babau, de Olivença-BA, preso em Brasília, não fosse enviado a um presídio na Bahia, onde estaria vulnerável a violências. A liderança foi solta, mediante Habeas Corpus.

PROJETO AMPLIA A EDUCAÇÃO EM LÍNGUA INDÍGENA ATÉ O ENSINO SUPERIOR

O Projeto de Lei (5954/13) que assegura às comunidades indígenas a utilização de sua própria língua em toda a formação, da educação básica ao ensino superior, foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 6 de agosto de 2014.

O direito é assegurado pela Constituição Federal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional garante que sejam desenvolvidos programas de ensino e pesquisa para oferta de educação escolar bilíngue. Ministrada preferencialmente por professores indígenas, em escolas nas aldeias, a educação indígena permite que o ensino escolar preserve as particularidades de cada etnia.

Embora muitas aldeias já promovam a educação bilíngue no ensino básico, a iniciativa parlamentar garante a avaliação de aprendizagem em toda a formação, da educação infantil ao ensino superior, passando pela educação profissional.

CÂMARA E SENADO DEBATERAM A SAÚDE INDÍGENA NO AMAPÁ

Audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, realizada em 5 de agosto, requerida pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) e pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), buscou esclarecer denúncias de atendimento inadequado à saúde indígena no Amapá. Falta de servidores públicos qualificados para receber os indígenas, ausência de profissionais de saúde e de medicamentos, número insuficiente de leitos foram as principais deficiências apontadas.

Os parlamentares questionaram a destinação e aplicação de recursos na CASAI/Macapá. A deputada Janete Capiberibe informou que, apesar da falta de material e serviços para o atendimento aos índios, o Distrito Sanitário Especial Indígena do Amapá recebeu recursos superiores a R\$ 8 milhões em 2013, de acordo com dados obtidos pelo Ministério Público Federal. Ela também afirmou suspeitar de loteamento político de cargos no órgão. O senador Capiberibe pediu informações à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde sobre verbas de R\$ 750 mil utilizadas como diárias em 2013.

A SESAI gerencia o atendimento à saúde indígena através de 66 CASAIs espalhadas pelo país. A CASAI em Macapá atende a uma comunidade de mais de seis mil indígenas que vivem em aldeias do Amapá e norte do Pará.

Nota Oficial de 29 de abril de 2014

Situação crítica em conflitos entre índios e agricultores

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados vem a público lamentar as mortes de agricultores e indígena ontem em diferentes Estados e alertar para a escalada de violência associada a disputas por terras.

Ontem (28), dois agricultores foram encontrados mortos no município de Faxinalzinho, no norte do Rio Grande do Sul. A situação é tensa na região, onde há um antigo contencioso entre índios e produtores rurais pela posse da terra. Segundo testemunhas, indígenas seriam suspeitos dos homicídios. A polícia ainda não concluiu as investigações para apurar a autoria dos tiros que atingiram as duas vítimas, que são irmãos.

Na sexta-feira (25), o sul da Bahia é que foi palco de mais uma morte. Militares do Exército encontraram o corpo de um índio em uma fazenda na zona rural próxima a Ilhéus. A vítima era da aldeia Caramuru Paraguassu e morava com a família na localidade desde 2013, de acordo com o Exército. A causa da morte ainda é desconhecida e o inquérito policial vai investigar se há relação com a disputa por terras com produtores rurais.

Em Brasília, encontra-se em prisão provisória desde o dia 24 último Rosivaldo Ferreira da Silva, o cacique Babau, líder dos povos Tupinambás de Olivença-BA. Ele está sob a custódia da Polícia Federal para investigação sobre mortes relacionadas ao conflito entre indígenas e agricultores. Está prevista para maio a retirada das forças federais de segurança para garantia de lei e da ordem nessa região, embora o clima de hostilidade entre as partes não tenha se arrefecido.

Todos esses fatos e circunstâncias sinalizam para um agravamento dos conflitos fundiários envolvendo indígenas e agricultores, com riscos de confrontos e muitas vítimas.

Esta Comissão defende a instauração imediata de uma mesa de negociação, com a participação de entes do Governo Federal, como a FUNAI, o Ministério da Justiça, o INCRA, a Secretaria Geral e a Casa Civil da Presidência da República, além de representantes do Congresso Nacional.

Propomos também a definição de instrumentos e recursos adicionais para viabilizar tais negociações. Ações como a garantia de força federal onde haja iminência de confronto, desapropriações com justas indenizações de terras indígenas ocupadas de boa-fé e agilização de processos são providências inadiáveis face à situação crítica em alguns locais e o risco de alastramento dos conflitos em outros.

Esta Comissão reafirma seu compromisso de contribuir na mediação dos referidos conflitos e espera sensibilizar as autoridades do Governo Federal, Judiciário e Ministério Público para a busca de soluções num outro patamar, que a situação emergencial está a exigir.

Deputado ASSIS DO COUTO – Presidente da CDHM

DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

A ameaça a defensores de direitos humanos, em decorrência da militância que exercem, é um problema grave a ser enfrentado para a efetivação desses direitos. Não só o assassinato e a ameaça são, evidentemente, crimes, mas no contexto em que operam, visam à desmobilização social da luta pelos direitos humanos. A CDHM tratou três casos específicos em 2014.

AMBIENTALISTA ASSASSINADO

O assassinato do ambientalista baiano Ivo Barreto do Couto Filho, conhecido como Ivo Bacana, foi o tema da audiência pública realizada pela CDHM em Salvador (BA) no dia 18 de junho. O ambientalista foi morto com quatro tiros, sem esboçar qualquer resistência, exatamente no dia em que participou de reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para fazer denúncias contra a empresa Cristal, antiga Millennium.

Presidida pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), autor do requerimento, a mesa do evento teve a participação do vereador Hilton Coelho (PSOL); dos deputados federais Amauri Teixeira (PT-BA) e padre Luiz Couto (PT-PB); dos delegados José Alves Bezerra Júnior e Mariana Ouais; e do representante do Conselho de Entidades Ambientalistas da Bahia, Marcos Mendes.

Os delegados frisaram que as apurações da SSP levam em conta quatro linhas de investigação, inclusive a de crime ambiental. Devido à natureza sigilosa das investigações, muitos detalhes não puderam ser revelados na audiência pública, mas Jean Wyllys solicitou uma oitiva privada da CDHM com as autoridades encarregadas pela apuração para saber quais as linhas de investigação com mais indícios.

O delegado José Alves, que representou a SSP, assumiu o compromisso de não deixar que o crime fique impune: “Traremos à tona os responsáveis”. Chamou atenção a ausência da família da vítima, apesar de ter sido convidada a dar seu testemunho, o que levantou a suspeita de estar havendo algum tipo de ameaça.

Jean Wyllys deixou claro que cada caso apurado pela CDHM torna-se “a ponta do iceberg de uma nova linha de investigação”. O assassinato de Ivo Bacana, portanto, será o início de uma luta tendo como foco a questão ambiental.

O vereador Hilton Coelho destacou que este não foi um caso isolado em Salvador, lembrando os assassinatos de Antônio Conceição Reis, do Grupo Nativo de Itapuã, e do advogado e ambientalista André Cintra, na Paralela. Ele parabenizou a CDHM pela iniciativa e ressaltou a importância das investigações apontarem e prenderem os mandantes dos crimes. A vereadora Ana Rita Tavares (Pros) também participou do evento.

No documento lido na audiência e entregue à Comissão, o ambientalista Marcos Mendes critica a “mídia reacionária e imparcial” por ter “plantado” a tese de que a motivação do crime teria sido unicamente roubo. E defendeu: “O crime praticado tendo por fim a execução sumária, o crime de mando, de emboscada, deve ser ainda ferozmente combatido, visto que a impunidade e a corrupção são algumas das mais atroz mazelas da sociedade”.

ATENTADOS CONTRA ATIVISTAS AMBIENTAIS

Em cumprimento à deliberação plenária que aprovou o Requerimento 61/14, do deputado Nilmário Miranda (PT-MG), foi realizada audiência pública de vistoria em lugares onde houve atentados. Foram ouvidas testemunhas no distrito de Milho Verde, município do Serro-MG, em 10 e 11 de julho de 2014. Nesta localidade, em 27 de março de 2014, o ativista ambiental e dirigente do Instituto

Milho Verde, Luiz Fernando Ferreira Leite, foi alvo de uma tentativa de homicídio. Cinco tiros foram disparados e três atingiram Luiz Fernando que, ferido, foi removido da região para tratamento e, por falta de segurança, não voltou a Milho Verde. Desde então, dois outros atos terroristas tiraram a tradicional tranquilidade do lugar. Uma bomba foi explodida e, dias depois, a casa do ex-secretário de Meio Ambiente do Serro, Paulo Sérgio Torres Procópio, foi totalmente incendiada.

Durante a audiência pública, que contou com cerca de 120 pessoas, moradores relataram a insegurança em que vivem, desde que o distrito foi palco dos três atos criminosos, e cobraram a resolução dos casos. A reunião foi realizada no Instituto Milho Verde em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, estando a primeira representada pelo seu Primeiro Vice-Presidente, Deputado Nilmário Miranda, e a segunda pelo seu Presidente, Deputado estadual Durval Ângelo. Em depoimento às comissões, o ex-secretário de Meio Ambiente do Serro, Paulo Sérgio Torres Procópio, disse acreditar que os atentados têm relação com a demarcação de terras do Monumento Natural Várzea do Lajeado e Serra do Raio. Ele e a outra vítima das ocorrências, Luiz Fernando Ferreira Leite, estiveram envolvidos na criação do monumento.

Diversas autoridades da segurança pública de Minas Gerais participaram da audiência e se colocaram a disposição da população na resolução dos casos. O delegado do Serro, Flávio Vinícius Martins de Castro, disse que a Polícia Civil está empenhada na investigação do crime. Os participantes da audiência também reivindicaram a instalação de um posto policial no distrito. Em resposta, o prefeito do Serro, Epaminondas Pires de Miranda, disse que a prefeitura pode alugar uma casa para o funcionamento do posto policial.

O Deputado Nilmário Miranda, depois de apresentar os objetivos da presença do poder público em Milho Verde, afirmou que a ameaça de morte a defensores de direitos humanos – e assim são qualificados os ativistas ambientais ameaçados – é uma afronta a toda a comunidade. O parlamentar firmou que o objetivo de atos terroristas é intimidar e impedir que os cidadãos exijam seus

direitos. Miranda concitou as autoridades policiais a perseverar nas investigações, para acabar com a impunidade que estava deixando toda a comunidade insegura.

Os representantes das comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa também vistoriaram os locais onde ocorreram os atos criminosos. Encerrada a reunião pública, assessores permaneceram em Milho Verde para ouvir testemunhas que pudessem contribuir no esclarecimento dos fatos.

HOMENAGEM A DOM TOMÁS BALDUÍNO



A Comissão de Direitos Humanos e Minorias realizou, em 07 de maio, uma homenagem ao bispo Dom Tomás Balduino, falecido dias antes. Dom Tomás foi fundador da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, e defensor de causas ligadas aos Direitos Humanos, da reforma agrária, direitos indígenas, dos camponeses e das populações de baixa renda.

Participaram da homenagem os deputados Assis do Couto, presidente da Comissão de Direitos Humanos, Luísa Erundina, Nilmário Miranda, vice-presidente da Comissão, Janete Capiberibe, Chico Alencar, Padre Tom, Padre João, Luis Couto, Dr. Rosinha, Paulo Rubem Santiago, don Maurício Andrade, bispo da Diocese Anglicana de Brasília, e

representantes do MST, Via Campesina, MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), das Mulheres Campesinas, e igrejas.

No início do evento, o presidente da comissão, deputado Assis do Couto, disse que a comissão se sentia honrada em homenagear o grande líder religioso, espiritual, dom Tomás Balduino. “Nós queremos aqui homenagear com a maior espontaneidade possível este grande amigo e companheiro dos brasileiros”, disse o presidente.

Durante o evento o MST fez uma apresentação para relembrar as lutas de dom Tomás Balduino, e cada um dos deputados presentes pode compartilhar suas histórias de conquistas ao lado do homenageado.

DIREITO À INFORMAÇÃO – JULIAN ASSANGE

Os presidentes das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado pediram gestões sobre a situação de um dos fundadores do Wikileaks, Julian Assange. O pedido pela interlocução com a diplomacia brasileira em favor de Julian partiu de entidades ligadas aos movimentos sociais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Julian Assange recebeu asilo político do Equador e está a dois anos impossibilitado de deixar a embaixada equatoriana na Inglaterra sob risco de morte.

DIREITOS DAS MULHERES

Apesar de todo o aparato normativo, previsto em convenções internacionais, na Constituição e na legislação brasileiras – em especial na Lei Maria da Penha –, a violência contra a mulher ainda é

uma realidade. Além do combate à violência doméstica, outras formas de violência tem ganhado mobilização por parte da sociedade civil e reverberaram na CDHM. É o caso da violência obstétrica e da reivindicação de uma política nacional de cuidadores.

UM DIA APÓS EVENTO DA CDHM, MINISTÉRIO DA SAÚDE PUBLICA NORMA SOBRE PARTO HUMANIZADO

Um dia após o Seminário Faces da Violência contra a mulher, que teve entre os eixos temáticos a Violência Obstétrica, realizado no dia 7 de maio, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 371, que institui diretrizes para a organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido. A norma estabelece que ao nascer, o bebê deve ser colocado em contato imediato pele a pele com a mãe, em ambiente aquecido, favorecendo a mamada já na primeira hora de vida. Prevê-se ainda o corte do cordão umbilical apenas após parar de pulsar. As diretrizes fazem parte da organização da atenção integral e humanizada ao recém-nascido no Sistema Único de Saúde (SUS) e oficializam recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do próprio Ministério.

No Seminário foram denunciadas práticas de violência obstétrica que implicam em sequelas emocionais e físicas, chegando até mesmo a óbitos. A presidenta da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, Daphne Rattner, uma das expositoras do evento, comentou que a violência obstétrica faz parte da cultura dos serviços de saúde, é um fenômeno internacional e se insere entre as muitas violências de gênero a que estão sujeitas as mulheres. Para ela, “a violência obstétrica se caracteriza pela desumanização do tratamento e pela apropriação dos processos reprodutivos pelos profissionais da saúde”. A humanização da atenção a nascimentos e partos é uma “resposta à mecanização na organização do trabalho profissional e à violência institucional” cometida contra as mulheres. De acordo com Raquel Marques, presidenta da Associação Artêmis, a atenção humanizada à gestação e ao parto é um direito humano. O presidente Assis do Couto saudou a edição da Portaria, mostrando que a manifestação social e o debate qualificado no Legislativo

podem acelerar uma decisão, como parece ter sido este o caso. Para o presidente da CDHM, “a humanização do parto garante direitos humanos não só da mulher e do bebê. A família inteira e a própria sociedade se beneficiam sem os traumas que a violência obstétrica pode acarretar”.

FACES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Do racismo verificado contra mulheres negras na rede de atendimento de vítimas da violência até a violência sofrida nos atendimentos hospitalares, muitos foram os exemplos citados de práticas cotidianas de violência contra a mulher ao longo do seminário promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias para discutir a questão. Hábitos e atitudes da sociedade e a tolerância das instituições às agressões que são praticadas no cotidiano doméstico foram apontados como fatores de geração da violência contra as mulheres. Na contramão dessa tendência, as feministas querem ampliar as ações contra a violência e torná-las mais visíveis. O evento foi requerido pela deputada Érika Kokay (PT-DF) e pelos deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Luiz Couto (PT-PB).

Estudo do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA) divulgado em março deste ano mostrou um resultado preocupante: 58,5% dos entrevistados concordavam com a expressão “se as mulheres soubessem como se comportar, haveria menos estupros”, revelando grande aceitação social à ideia de culpa da mulher pela agressão da qual é vítima. Números como esse indicam que existe na sociedade aceitação da culpa feminina pelo que pratica o homem, questão reforçada pela tolerância das instituições à violência que se pratica no cotidia-



no doméstico. Foi o que concluiu Daniel Cerqueira, técnico do IPEA, que falou no seminário “Fases da Violência contra a mulher”, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias. “Apesar dos equívocos da divulgação inicial, o resultado final da pesquisa nos enche de orgulho. Foi abordado um assunto tabu para a sociedade, que mostra grande tolerância à violência doméstica no país.”

Essa abordagem introdutória sobre um tema polêmico, segundo o técnico, ainda é insuficiente para amparar políticas públicas sobre a questão da violência contra a mulher.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) afirmou que a falta de dados impede um salto de qualidade nas políticas afirmativas para as mulheres. “Enquanto não houver um diagnóstico completo, as políticas públicas continuarão pontuais”, disse a parlamentar. “Isso nos causa aflição, angústia e impotência. Impede uma posição de enfrentamento jurídico contra os agressores”, concluiu.

Para a professora Lia Zanotta, da UnB, a sociedade apresenta uma dupla moral. “O estupro de um parente é um crime hediondo. Já o estupro de uma desconhecida nada significa.” “Apesar de a opinião pública ser favorável à adoção da Lei Maria da Penha, a culpa da agressão continua recaindo sobre a mulher”, afirmou.

Em defesa de partos mais saudáveis

Violência obstétrica foi o segundo tema abordado no seminário. O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que mediou essa discussão específica, lembrou sua participação na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em Estocolmo, em abril. De acordo com o parlamentar, a violência obstétrica foi reconhecida pelos conferencistas como uma das modernas formas de agressão à mulher.

A presidenta da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento, Daphne Rattner, comentou que a violência obstétrica faz parte da cultura dos serviços de saúde, é um fenômeno internacional e se insere entre as muitas violências de gênero a que estão sujeitas as mulheres. Para ela, a

violência obstétrica se caracteriza pela desumanização do tratamento e pela apropriação dos processos reprodutivos pelos profissionais da saúde. Tal violência retira da mulher paciente a autonomia e capacidade de decidir no processo do parto. “A mulher deve ser protagonista e ter direitos de escolha ao longo do processo do parto”, disse Daphne, que é defensora do parto natural. Ela defendeu também uma formação humanística nos cursos de ensino médico. “Precisamos mudar a cultura das práticas invasivas adotadas pelos profissionais de saúde com uma aprendizagem dos direitos humanos”. Daphne lembrou ainda que em países como Argentina e Venezuela, a violência obstétrica já é reconhecida como crime cometido contra as mulheres.

Raquel Marques, presidenta da Associação Artêmis, lembrou que no ano passado, cerca de 1.800 mulheres perderam a vida no país durante o processo de parto. Ela pediu maior controle social e atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na avaliação de médicos e hospitais. “É preciso colocar em prática a Resolução RDC 208 da Anvisa, cobrar os hospitais pela sua aplicação e propor termos de ajuste de conduta para os estabelecimentos de saúde”, afirmou

Saúde e Justiça: parceiros contra agressões à mulher.

No terceiro bloco de debates, as representantes dos ministérios da Saúde e da Justiça informaram que existe trabalho conjunto dos dois órgãos que aperfeiçoem medidas que ampliem as chances de punir os agressores. Beatriz Cruz, do Ministério da Justiça, informou que trabalha pela melhoria da investigação policial em casos de crime de violência sexual. “Trabalhamos em formas de aprimorar técnicas de colheita de vestígios para provas periciais, no âmbito do SUS”. Além das melhorias no processo investigativo, Beatriz diz que se trabalha também em elaborar forma mais adequada e humanizada do atendimento policial às mulheres que sofreram algum tipo de agressão.

A representante do Ministério da Saúde, Maria Esther de Albuquerque, anunciou que o SUS já trabalha com um sistema de monitoramento do parto, o SISPARTO, que permite avaliar como as mulheres estão sendo atendidas pelo sistema. De acordo com Esther, para ampliar esse sistema

à rede privada de hospitais, será necessário criar uma lei específica. A técnica da saúde lembrou ainda que está sendo ampliada a rede de centros de partos naturais no país, que hoje conta com 130 unidades.

AUDIÊNCIA PÚBLICA DEBATE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES EM PEDRINHAS

Denúncias apresentadas em audiência pública na CDHM – requerida pela Deputada Janete Capibebibe (PSB-AP), realizada no dia 9 de abril – por um juiz e também por outros especialistas no sistema prisional atestam que mulheres e parentes de presos estão sendo submetidas como moeda de troca sexual para evitar atos de violência de líderes de facções contra os mais novos ou os sem proteção dentro do complexo de Pedrinhas, no Maranhão, e em outras cadeias do país. A submissão sexual de mulheres por lideranças de facções criminosas acontece de forma silenciosa e com a omissão moral do sistema penitenciário que vê na prática uma forma de acalmar os ânimos dos internos. A audiência pública debateu ainda o forte crescimento do número de mulheres nas prisões e a questão de gênero no sistema carcerário. Antigos códigos de conduta entre os próprios presos estão sendo subvertidos. O antigo respeito à mulher e aos familiares dos outros presos está sendo substituído pela submissão sexual de mulheres em visitas íntimas ou mesmo fora das prisões.

A denúncia partiu do juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho Nacional de Justiça, em audiência pública. O juiz disse que são enormes as dificuldades em obter denúncias concretas dessa violência praticada contra as mulheres, porque todos têm medo de represálias. Ele mesmo obteve um depoimento que se transformou em tragédia. Segundo informou o juiz, Marco Aurélio Silva, preso em Pedrinhas, teria dito que autoridades carcerárias estariam envolvidas nessa prática de violência. Dez dias depois, o preso foi morto e tempos depois o processo foi arquivado.

Uma forma de pressionar as autoridades para uma solução é repercutir a violência junto à opinião pública, disse o juiz, que foi impedido de fiscalizar todas as dependências do complexo de Pedrinhas. Para Douglas Martins, as autoridades de segurança maranhenses devem garantir a segurança de quem visita os presos e a utilização de dependências individualizadas para a visita íntima. O juiz sugeriu também a inclusão dos presos em um programa de proteção a vítimas e testemunhas contra agentes penitenciários.

A deputada Luíza Erundina (PSB-SP) se disse chocada com as informações, “diante do tamanho da tragédia”. Ela lamentou a ausência do Estado diante da situação de violência e pediu aos parlamentares que utilizem documentos já produzidos por comissões da Câmara, como a CPI do Sistema Carcerário, para propor soluções para esta situação. A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), que requereu a audiência, lamentou a ausência dos secretários de Justiça e de Segurança Pública do Maranhão na audiência pública.

Mas não é apenas no complexo de Pedrinhas que essa violência ocorre. Em Alagoas há denúncias do mesmo tipo. Heidy Cerneka, coordenadora da Pastoral Carcerária, lembrou o caso da mulher presa em cela masculina por mais de 20 dias na cidade de Abaetetuba, no Pará. Fato que teve anuência das autoridades, afirmou a coordenadora. Heidy citou ainda outros casos de denúncias sobre a submissão sexual de mulheres de presos nos estados do Amazonas e Roraima.

Além da questão da visita aos presos, a militante da Pastoral Carcerária também destacou a situação da mulher carcerária. Ela elogiou a postura da Comissão que pretende rever a revista de mulheres que visitam presos, prática que ela considera “vexatória”. Ela pediu às autoridades que evitem o encarceramento feminino, e que procurem dar penas alternativas, evitando o abandono de lares e filhos.

O coordenador da área de saúde do sistema prisional do Ministério da Saúde, Mardem Marques, sugeriu à CDHM que seja criada uma subcomissão para discutir a questão carcerária sob o âmbito dos direitos humanos.

Estudiosa na questão da mulher em situação de prisão, a professora Maria Palma Wolff, da PUC do Rio Grande do Sul, informou que a população carcerária feminina cresceu muito mais do que a população brasileira nas últimas décadas. De 1994 a 2009, enquanto a população brasileira aumentava em 20%, crescia em 290% o número de mulheres presas no país. A população carcerária feminina, que hoje é de 36 mil mulheres, triplicou entre 2001 e 2013, sobretudo em função do tráfico de drogas, disse a pesquisadora.

Deisy Benedito, da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência, lembrou ainda que deve ser asseguradas condições contra a discriminação em visitas íntimas em prisões em relações homoafetivas. A deputada Erika Kokay (PT-DF) avaliou a audiência pública como uma excelente forma de se discutir a identidade de gêneros dentro das cadeias.

CUIDADORES

O papel da mulher – que representa 98% do universo de cuidadores – e as políticas públicas para esse profissional foram debatidos em audiência realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no dia 15 de julho, em atendimento a requerimento do deputado Renato Simões (PT-SP). O debate sobre a Política Nacional de Cuidadores priorizou a necessidade de romper o paradigma patriarcal de que cabe à mulher cuidar gratuitamente de idosos e doentes.

Segundo a representante da Secretaria de Políticas para Mulheres, Vera Soares, evitar que o trabalho do cuidador seja entendido como de natureza feminina e gratuito é um dos desafios dos formuladores da Política Nacional de Cuidadores. Para ela, as atividades desempenhadas pelos cuidadores não podem ser rotuladas como próprias da mulher. “É necessário estimular a profissionalização, por meio de cursos técnicos, que capacite o cuidador a oferecer o serviço com

qualidade. Não podemos alimentar o discurso tradicional, pelo qual o cuidador é uma figura feminina equiparada à empregada doméstica”, afirmou.

Vera Soares mencionou o Japão e a França, onde as políticas públicas atenuaram o caráter “invisível” do cuidador e possibilitaram a criação de nichos de mercados para o setor.

Segundo a deputada Erika Kokay (PT-DF), as mulheres ainda cumprem essa função de forma solitária, sem amparo de políticas públicas. A deputada também enfatizou a necessidade de distinguir o cuidador doméstico do profissional. “Devemos trabalhar numa perspectiva dupla: de um lado, possibilitar que os cuidadores domésticos sejam remunerados; e, de outro, tornar flexível a jornada de trabalho para os cuidadores profissionais”, disse.

Kokay argumentou que a inclusão da categoria no Sistema Único de Saúde (SUS) pode universalizar o serviço.

Já a representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Deusina da Cruz, enfatizou a pluralidade de atribuições dos cuidadores. Segundo ela, é preciso distinguir as diversas demandas exigidas no serviço, que abrange a rotina de exames e o convívio social com os assistidos.

O aspecto de “profissional híbrido” foi apontado pela representante do Ministério da Saúde, Cristina Hoffmann, como fator importante para entender as diferentes realidades de cuidadores de idosos profissionais – que atuam em entidades especializadas – dos cuidadores familiares – dos quais 98% são mulheres.

Em sua exposição, a diretora de Projetos do Instituto Baresi (organização direcionada a atender pessoas com doenças raras), Adriana Dias, defendeu políticas públicas de amparo ao cuidador, nos âmbitos da saúde psicológica, do convívio social e da geração de renda.

Para a diretora, que é portadora de nove tipos de doenças raras, os “profissionais devem ser capacitados para atender às necessidades de 15 milhões de famílias, que sofrem com o alto custo dos diagnósticos e a exclusão social”. Segundo ela, as “famílias raras”, núcleo familiar que convive com o doente, têm o “direito de serem cuidadas” e de dispor de serviços de alta qualidade.

O coordenador-geral de Estudos Previdenciários do Ministério da Previdência Social, Emanuel de Araújo Dantas, disse que a criação de benefício previdenciário para os cuidadores, semelhante ao existente para os aposentados por invalidez, não pode ser feita de imediato, por depender de estudos sobre a disponibilidade orçamentária.

Para a coordenadora de Certificação e Orientação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, Mariângela Coelho, incluir os cuidadores na classificação brasileira de ocupações (CBO) é importante para consolidar o perfil profissional dos cuidadores e direcionar a eles cursos específicos.

O deputado Renato Simões (PT-SP), que solicitou a audiência, afirmou que a criação de grupo interministerial, de que participará a sociedade civil, e a realização de novo debate, em dezembro, são os próximos passos para a criação da Política Nacional de Cuidadores.

VIOLÊNCIA CONTRA PROSTITUTAS

Atendendo à denúncia recebida pelo deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), a presidência da CDHM pediu ao Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, providências sobre violações de direitos humanos por policiais militares contra mulheres que vivem e trabalham em edifício na cidade de Niterói. Agentes policiais teriam invadido e interditado quatro andares de edifício, e desde então teriam praticado agressões físicas, roubos, depredações e diversas outras humilhações. As cidadãs seriam submetidas a procedimentos realizados por agentes do sexo masculino, inclusive expostas a armamento pesado. As pessoas que ali viviam e exerciam a prostituição estão

sem local para morar e para trabalhar. O presidente do colegiado ponderou que “a prostituição livremente exercida não é crime”, motivo pelo qual careceria de fundamento jurídico aparente a ação policial.

SEXO-DIVERSIDADE, ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

A CDHM historicamente apoia o reconhecimento e a ampliação do rol de direitos às lésbicas, aos gays, aos transexuais, aos bissexuais e aos travestis, no sentido da afirmação do direito à diversidade de gênero e orientação sexual, e do combate à homofobia, à lesbofobia e à transfobia. Em 2014 essa postura não foi diferente. Os direitos do segmento LGBT da população foram debatidos numa perspectiva de respeito e garantias devidos a todo o cidadão.

11º SEMINÁRIO NACIONAL LGBT DO CONGRESSO NACIONAL.

Em sua 11ª edição, o Seminário Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) trouxe ao Parlamento temas contemporâneos que afligem a comunidade LGBT e outros grupos historicamente estigmatizados. O evento, realizado em 3 de junho a requerimento do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), teve como lema “Formas de saber, formas de adoecer”, e abriu espaço para a discussão sobre questões relacionadas às DST/HIV/AIDS. O seminário reuniu representantes do governo federal, sociedade





GUSTAVO BERNARDES
Secretário de Desenvolvimento

SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO

civil e aos especialistas em Saúde, Direito, Sexualidade, Psicologia, Sociologia e Cultura, acadêmicos que se dedicam a estudos e pesquisas relacionados, e dezenas de lideranças de todo o Brasil. Especialistas e parlamentares apontaram o enfraquecimento da política do combate à AIDS em decorrência de interferências fundamentalistas e pediram o resgate de ações preventivas.

Logo na abertura do evento, a exibição de vídeos do grupo “Porta dos Fundos” apresentou aos presentes situações cotidianas de relacionamento afetivo entre jovens em que personagens heterossexuais discutiam de forma bem humorada questões relacionadas à AIDS que os afligiam. Logo a seguir, o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), comentando os vídeos, afirmou que o grupo de humor esclarecia os jovens sobre a doença de uma forma que lhes era bastante familiar. “A AIDS não é doença de homossexuais. A presença de personagens heterossexuais nos vídeos indica que atinge quem apresenta comportamentos vulneráveis”, destacou o parlamentar.

Perspectivas diferentes

Jean Wyllys advertiu que o Ministério da Saúde não tem veiculado campanhas de prevenção sobre a AIDS e que a doença está avançando sobre grupos jovens (15 a 25 anos), mulheres, pessoas pouco escolarizadas e ampliando casos pelo interior do país.

Ivo Brito, representante do Ministério da Saúde, discordou. De acordo com o que informou o técnico da Saúde, o grupo de risco informado pelo parlamentar condiz com o período de 1990 à primeira década do século 21. Neste momento, disse Ivo Brito, os boletins estatísticos do Ministério apontam que a tendência de ampliação de pessoas infectadas pelo vírus da AIDS está entre homens jovens e de nível maior de escolarização. “Há dificuldades para identificar com clareza essa mudança de tendência”, disse o representante da Saúde. “E, portanto, de desenvolver políticas focalizadas que não produzam efeitos contrários ou estigmatizem um grupo”.

Lei sancionada combate discriminação

Gustavo Bernardes, representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, lembrou que a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei 12.984/14, que define crimes de discriminação de portadores do HIV e doentes de AIDS. Ele lembrou casos de discriminação de crianças em escolas e adultos e jovens em ambientes de trabalho. “Vai contribuir bastante para o enfrentamento contra o desrespeito aos direitos humanos”. A deputada Manuela D’Ávila (PCdoB-RS) afirmou que a nova Lei é um avanço que pode contribuir para a exclusão de manifestações de preconceito em ambientes escolar e de trabalho, ou até mesmo, levar o preconceituoso para a cadeia. “Mas falta avançar por uma cultura de um mundo sem preconceitos”.

A importância da educação

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ) lembrou ainda das dificuldades nos bastidores políticos em levar a frente um Seminário desse porte e tema. O parlamentar lamentou a não participação da Comissão de Educação na organização do evento.

Já a deputada Lara Bernardi (PT-SP), autora de proposta que criminaliza a homofobia, afirmou que a Câmara já atravessou momentos em que existia maior compromisso político com a luta por essa causa. De acordo com a parlamentar, “a proposta não avançou no Senado, mesmo com a intervenção de três senadores de peso político”.

A deputada Érika Kokay (PT-DF), que também requereu o Seminário, destacou a importância da educação para a construção de mecanismos de combate à discriminação e consciência dos direitos humanos. “Não se faz política pública com preconceito e discriminação”, afirmou. De acordo com a parlamentar existe uma sutil corrosão na sociedade dos recentes avanços progressistas. “São pressões fundamentalistas e expressões fascistas cerceando e corroendo o Estado laico”, afirmou. Para o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), “deveriam existir garantias de que as escolas fossem parceiras na educação sexual das crianças”.

“Retomada política da questão da AIDS é preciso”

Dois especialistas, com linhas diferentes de abordagem sobre a questão da AIDS, promoveram a abertura do Seminário no período da tarde, enfatizando a importância da retomada da AIDS como agenda política. Richard Parker, presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (Abia), advertiu que a política é campo fundamental, sem a qual não há evolução no enfrentamento da epidemia de AIDS. “Mesmo com avanço das técnicas e tecnologias, não existe avanço sem o esforço político”, afirmou. Para o estudioso, o avanço tecnológico é importante, mas sem que exista sua distribuição a quem necessite, uma atitude política, pequeno será seu uso. Richard Parker mencionou como modelo a política de direitos humanos apregoada por Herbert de Souza, o Betinho, adotada pelo Estado nos anos 90.

Valdilea Gonçalves dos Santos, médica infectologista da FIOCRUZ, destacou que foram muitos os avanços científicos alcançados no combate ao vírus HIV. “Por mais que avance (a ciência), é clara a necessidade de se atuar em outras dimensões. É preciso voltar a politizar a questão da AIDS”, concordou. A médica lembrou ainda que o investimento no combate ao HIV é decrescente em todo o mundo. Mas declarou que a combinação dos avanços já conquistados permite reduzir em até 96% as possibilidades de contrair o vírus da AIDS.

O conceito de “vulnerável” contra o estigma da discriminação

O especialista Richard Parker destacou ainda a importante mudança de paradigma no conceito de “grupos de risco” para “pessoas em condições vulneráveis” no combate à discriminação. “É uma mudança do comportamento individual para o contexto social. A epidemia coincide com lugares onde há desigualdade social, discriminação racial e étnica, ou opressão sexual”, afirmou. Parker também lamentou a volta do estigma da discriminação, “apesar de todos os esforços realizados até o momento”.

Aproximação humana com os soropositivos

Rafael Bolacha, responsável pelo blog “www.umavidapositiva.com.br”, disse no Seminário que encontrou parceiros plugados na necessidade de expor e compartilhar sentimentos sobre as dificuldades enfrentadas por outros soropositivos. “Encontrei muitos blogs informativos na rede, mas o blog que sou responsável tem uma dimensão humana. Percebi que não estava sozinho e que os soropositivos têm várias caras. A cara da Patti, de Londrina, do Marcelo de São Paulo, do Caio de Recife.”

O “primo” HTLV

O vírus HTLV (sigla na língua inglesa que indica vírus infectante das células T humanas) é também um retrovírus que foi isolado em 1980, antes ainda do “primo” HIV. Ele se apresenta em duas versões: o HTLV-1, que provoca leucemia e doença neurológica; e o HTLV-2, com efeitos pouco evidentes ainda. Sobre o HTLV, falou Sandra Vale, presidente do Grupo Vitamore. “O vírus HTLV não apresenta sintomas e por não ser identificado, passa facilmente de uma geração a outra”, explicou a portadora do vírus.

Sandra diz que os casos de soropositivos para o HTLV são negligenciados no país, sendo poucos os estados que exigem o teste no pré-natal. Sandra estima que existam no país hoje, dois milhões e meio de brasileiros infectados. “O HTLV-1 pode provocar incapacidade de locomoção. Em 20 anos, podemos ter muitos jovens em cadeiras de roda”, afirmou. As formas de contágio do HTLV são os mesmos do HIV. Ainda no Seminário, outra representante do Ministério da Saúde, Adele Benzaken, anunciou que já se encontra no país, ainda a ser liberado pela aduana, um remédio importado “3 em 1”, que torna mais simples o tratamento do soropositivo, reduzindo a quantidade ingerida diariamente.

Falta informação ao jovem

A segunda Mesa do período da tarde “AIDS, a ilustre desconhecida: subproduto da desinformação”, com mediação da deputada Érika Kokay (PT-DF), teve o objetivo de apresentar prognósticos. Fernando Raphael Ferry, da Faculdade de Medicina da UFRJ, alertou para a mudança no perfil do contágio. Hoje são os pobres, jovens e mulheres os grupos mais atingidos. O início da atividade sexual tem sido momento de contaminação de muitos jovens, revelando falta de informações sobre o risco de contágio.

Uma das razões, é que muitas famílias não permitem que a mídia fale sobre causa de mortes de pessoas famosas que faleceram em decorrência da AIDS. Para o professor, campanhas deveriam começar nas escolas. Mas essa estratégia hoje é dificultada pelo grande desconhecimento do tema entre os professores e pelos tabus religiosos. Entretanto ele considera viável construir modelos educativos para a realidade das crianças. Na UFRJ, onde leciona e pesquisa, o professor participa da organização de um Mestrado e cursos de capacitação de professores em AIDS.

Ele informou que há hoje disponíveis 25 drogas para tratamento, algumas em desenvolvimento. Alertou também que o HPV, com grande incidência no país, também é um tipo de AIDS, e que a sífilis está voltando com força, assim como a gonorreia.

Uma agência de notícias

A jornalista Roseli Tardelli abordou o papel do jornalista e da mídia. A experiência dela com o tema teve início quando o irmão sofreu o contágio da doença. A família entrou com ação contra o plano de saúde Golden Cross, que se recusara a custear o tratamento. Fruto de seu envolvimento com a questão, a jornalista lançou, em maio de 2003, a Agência de Notícias da AIDS, hoje consolidada como fonte de informações com presença também em Moçambique, participação em campanhas internacionais, e sendo acessada em 60 países. Roseli mostrou que, em toda a trajetória da AIDS, a mídia “prestou muitos desserviços, publicando conceitos equivocados”, con-

tribuindo para a desinformação sobre a doença. A primeira notícia a sair em um jornal brasileiro sobre o assunto, em 1981, tinha o título: “Câncer raro ataca homossexuais.” “Faltou questionar: como pode um vírus que só dá em gay?” Em 1989, a revista Veja exibiu, na capa, foto do cantor Cazuza, com o texto “agoniza em praça pública”. “Isso não é verdade, ele lutou com todos os recursos existentes na época, cercado de apoio”, afirmou Tardelli. Em 2013, a revista Superinteressante decretou: “Enfim, a cura da AIDS”. “Muito avançamos, mas não é verdade que a doença está curada”, disse a jornalista.

Senadora preocupada com a onda no sentido contrário

A senadora Ana Rita também saudou a lei sancionada pela presidenta Dilma Rousseff no combate contra o preconceito. Ela mostrou-se espantada com a ofensiva de setores fundamentalistas diante das propostas que visam a proteger o segmento LGBT. “Fizeram de tudo para jogar numa gaveta ou na lata de lixo o Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia”. Diante do ambiente negativo para votação, ela defendeu a suspensão do debate sobre a matéria, retomando a tramitação após o processo eleitoral. A senadora saudou a parceria entre as comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, ressaltando a importância dos valores humanistas que os colegiados defendem.



OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

Essa foi a proposta realizada em audiência pública ocorrida no dia 10 de abril a pedido da deputada Érika

Kokay (PT-DF), que avaliou agressões homofóbicas no Distrito Federal e no Brasil. A CDHM, junto a lideranças e vítimas, sugeriu ao Governador a criação de um Observatório da Violência Homofóbica, para auxiliar no combate a esse tipo de violação de direitos humanos.

CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA

Propostas que criminalizam a homofobia foram discutidas durante a audiência pública realizada em 3 de dezembro pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, a requerimento da deputada Janete Pietá (PT-SP) e Renato Simões (PT-SP). Os deputados defenderam, pelo critério de equivalência, o enquadramento dos crimes de homofobia nas penas previstas para crime racial, como propõe parecer do MPF a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, até que uma nova legislação seja aprovada pelo Congresso. Além dessa defesa, os deputados também apreciaram de forma positiva o PL de autoria da deputada Maria do Rosário (PT-RS), que define crimes de ódio e intolerância.

O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios, defendeu o parecer do Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, encaminhada ao Supremo Tribunal Federal solicitando que crimes de homofobia sejam enquadrados nas penas previstas para crimes raciais, até que seja aprovada Lei específica. Na tese defendida por Janot, a Justiça deve aplicar para os casos de homofobia o artigo 20 da Lei 7716/89, que classifica como crime praticar ou induzir a discriminação ou o preconceito e impõe pena de até três anos de reclusão mais multa. “Há a necessidade de uma Lei efetiva de combate a todo tipo de discriminação. A Lei (que pune crimes raciais) pode ser aplicada para combater a discriminação sexual”, afirmou.

Aurélio Rios destacou o aspecto negativo da discriminação nas redes sociais. Segundo o procurador, “um verdadeiro MMA sem regras, onde todo tipo de ofensa verbal tem sido tolerado e admitido, e onde as pessoas se sentem autorizadas a fazer a discriminação.” O procurador afirmou que o pico dessa intolerância aconteceu recentemente durante o processo eleitoral.

A deputada Erika Kokay (PT-DF) argumentou a favor da proposta. Para ela, não existe hierarquia quando se trata de discriminação. “Não posso dizer que o racismo merece uma grave tipificação penal – ser imprescritível e inafiançável – e a homofobia mereça outro tratamento, como se fosse um crime menos grave. São crimes com o mesmo DNA.” Erika disse que a expressão da homofobia decorre de uma “desumanização simbólica” na sociedade, em que não há o reconhecimento da personalidade diferente da outra pessoa.

Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS) defendeu proposta de sua autoria, o PL 7.582/14, em análise na Comissão de Constituição e Justiça, que define os crimes de ódio e intolerância. De acordo com a proposta, constituem crimes de intolerância aqueles praticados por preconceito ou discriminação em razão de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência.

Pressão social e esquiva

Para o deputado Renato Simões (PT-SP), autor do requerimento pela audiência, “o Congresso tem se esquivado de legislar sobre a criminalização da homofobia, apesar da pressão social para que esses crimes não permaneçam impunes. A Constituição dispõe que não haverá discriminação. Mas, na legislação, não há enquadramento específico para a homofobia, ao contrário do racismo”.

Tramita no Congresso há mais de uma década o projeto da deputada Iara Bernardi (PT-SP), que criminaliza a discriminação de gênero e orientação sexual. A proposta foi aprovada na Câmara em 2006 e tramita no Senado (PLC 122/06) desde então. Mas a proposta acabou sendo inviabilizada, como informou a deputada Maria do Rosário. “Defendemos a proposta, mas ela acabou sendo inviabilizada por manobras que a acoplaram ao novo Código Penal Brasileiro”. A proposta do novo Código criminaliza crimes resultantes de discriminação.

Irina Bacci, coordenadora da Ouvidoria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, informou que o órgão, por meio do Disque 100, recebeu 6.827 denúncias de violação

de direitos contra a comunidade LGBT nos últimos quatro anos. A maior parte (80%) por meio de violência psicológica. Do total de vítimas, 81% são do sexo masculino, sendo 58% da raça negra. A faixa etária mais frequente de vitimados é entre 18 e 24 anos. A violência acontece mais na rua (27%), residência (26%) e local de trabalho (6%). Irina ressaltou o aspecto pedagógico da Lei que pune crimes raciais. A falta de punição para quem assedia a comunidade LGBT impede que essa “pedagogia” se estabeleça nesse setor. A servidora disse que a ministra Ideli Salvatti apoia o parecer de Janot.

Já o ativista LGBT, Julián Rodrigues, diz que “há urgência” no consenso e aprovação de uma proposta de criminalização da homofobia. Ele propôs que, em não existindo consenso, seja editada nova proposta pelo Executivo.

DIREITO HUMANO À SAÚDE

IMPACTOS DA RADIAÇÃO

Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizada em 20 de novembro a requerimento do deputado Luiz Couto (PT-PB), recebeu denúncia de que pelo menos um funcionário da empresa GEA do Brasil, situada na cidade de Franco da Rocha (SP) teria tido sua saúde gravemente afetada pela irradiação e contaminação por elementos minerais no trabalho.

De acordo com o denunciante Paulo da Costa Xavier, engenheiro e ex-funcionário, que tenta provar na Justiça ter sido vítima de falta de cuidados de segurança da empresa GEA, a perspectiva

atual da empresa na área ambiental e funcional não invalida a atuação passada que pode ter afetado ou colocado em risco à saúde dos trabalhadores e de residentes nas cercanias da empresa.

Paulo Xavier informou ter a saúde abalada e acusou a empresa de cometer crimes contra a saúde de seus próprios funcionários, pela exposição à radioatividade e por utilização de água contaminada de alguns poços artesianos que abastecem o estabelecimento, onde foi comprovada a existência de substâncias (tetracloroetano) e minerais (ferro e manganês) em concentrações prejudiciais ao fígado e ao cérebro humano.

O denunciante apresentou à Comissão laudos que atestam as condições de risco. Levou à audiência o médico que acompanha a evolução de seu quadro clínico e também a herdeira de um sítio vizinho à empresa, Ana Oliveira, que vive na propriedade.

O médico Francisco D’Abronzo relatou o risco da perda funcional do fígado do ex-funcionário, mas não confirmou que as complicações funcionais do órgão sejam consequência de contaminação por agentes químicos. Ana relatou à Comissão uma série de problemas de saúde de moradores e funcionários da propriedade, que considerou “estranhos” como abortos e excessiva queda de cabelos.

Os representantes da empresa apresentaram defesa. Informaram que foram realizados amplos investimentos de segurança, obtidos laudos sanitários e ambientais que indicam não haver irradiação excessiva ou risco de contaminação pelos funcionários. Jorge Machado, coordenador-geral de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, avaliou que a possibilidade de ter havido contaminação por minerais e seus possíveis riscos de exposição devem ser investigados pelos danos que podem ter causado e podem provocar em uma eventual reutilização de água contaminada na crise hídrica que afeta São Paulo.

Para o requerente da audiência, deputado Luiz Couto (PT-PB), a CDHM se coloca numa perspectiva de proteção da saúde do trabalhador e do ser humano. “Essa atuação é necessária para que as

empresas tenham responsabilidade social e com o meio ambiente”, afirmou. Luiz Couto disse que apresentaria requerimento no sentido de enviar os documentos apresentados pelas duas partes ao Ministério da Saúde.

RELATÓRIO DA CDHM E DO CFM APONTAM PROBLEMAS NO SUS

Casos de pacientes em macas espalhadas pelos corredores ou em colchões sobre o chão, falta de água em chuveiros e sanitários e cenários que se assemelham aos de uma enfermaria de guerra integram relatório divulgado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) e pela CDHM em 7 de abril. O órgão, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, visitou oito hospitais de urgência da rede pública. A conclusão: problemas estruturais no Sistema Único de Saúde (SUS) ferem a dignidade e os direitos da população.

De acordo com o relatório, os serviços de urgência e emergência enfrentam duplo gargalo. O primeiro trata do atendimento congestionado, provocado segundo o documento pela centralização do atendimento em poucos serviços. O segundo problema envolve a dificuldade em dar solução a casos de usuários que conseguem ser atendidos. A situação, segundo os médicos, gera uma fila também para sair do serviço, agravando a situação de carência e impossibilitando a admissão de novos usuários.



O “*subfinanciamento*” na saúde foi indicado como expressão maior da falta de prioridade dada ao setor. O deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), relator da comissão, lembrou que o Ministério da Saúde deixou de aplicar mais de R\$ 100 bilhões no SUS ao longo dos últimos 13 anos e que, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), apenas 11% das ações previstas para a área foram concluídas, desde 2011. “Não é um problema de agora. Vem se agravando, se acumulando. Não vai haver solução imediata e repentina, ainda que desejada”, disse. “A ideia é fazer com que isso tenha alguma repercussão. Vamos procurar o ministro da Saúde e o presidente do Supremo Tribunal Federal, porque há medidas judiciais que precisam ser tomadas”, completou.

O “*subfinanciamento*” do sistema, segundo o relatório, tem sido agravado pelo baixo nível de ressarcimento de planos de saúde ao SUS, em razão dos atendimentos que deveriam oferecer, mas que são feitos pela rede pública. A estimativa é que 25% dos atendimentos nas urgências envolvem usuários de planos de saúde. O presidente do CFM, Roberto d’Ávila, cobrou do governo federal soluções definitivas e programas de Estado no lugar de programas de governo que, segundo ele, têm prazo de validade. “O Ministério da Saúde é o quinto em gastos para investimentos. Obras em cidades, estádios, tudo isso é maior. E, mesmo pequeno, o orçamento é mal executado e acaba voltando para o Tesouro para abater a dívida. Não é prioridade”, avaliou.

A previsão é que a comissão recomende ao Executivo federal, estados e municípios, que adotem a Política Nacional de Atenção às Urgências, ampliando a participação no financiamento do SUS; ampliem a abrangência do programa SOS Emergência, para incluir todos os serviços públicos; reduzam a carência de quase 200 mil leitos hospitalares; criem mais leitos de apoio e de retaguarda; revisem os valores da tabela SUS para remunerar a prestação de serviços, e evitem a contratação provisória de recursos humanos, privilegiando o concurso público e a contratação pelo regime estatutário.

As informações foram colhidas nas seguintes unidades de saúde: Arthur Ribeiro de Saboya, em São Paulo; Souza Aguiar, no Rio de Janeiro; Hospital Geral Roberto Santos, em Salvador; Pronto-Socorro João Paulo II, em Porto Velho, Pronto-Socorro Municipal Mario Pinotti, em Belém; Hospital de Base, em Brasília; Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Porto Alegre, e Pronto-Socorro

Municipal de Várzea Grande (MT). As visitas contaram com o apoio de conselhos e sindicatos de profissionais da saúde, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil.

SAÚDE INDÍGENA

Uma série de situações que apontam para uma possível má gestão de recursos públicos, tratamento indigno da população indígena, retaliações e demissão de uma funcionária e precariedades de equipamentos envolvendo a Casa de Saúde do Índio (CASAI) de Macapá, capital do Amapá, foram denunciadas em audiência pública realizada em conjunto pelas comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, no dia 5 de agosto. As denúncias foram apresentadas verbalmente, por meio de documentos sonoros, cópias de documentos escritos e fotos, pela ex-funcionária demitida da instituição, Simone Costa, e pela oficial do Exército Silvia Nobre, representante da etnia waiãpi.

A audiência pública para esclarecer as graves denúncias requeridas pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) e pelo senador João Capiberibe (PSB-AP) mostrou que um atendimento adequado à saúde indígena no Amapá requer melhorias. Os parlamentares questionaram a destinação e aplicação de recursos na CASAI/Macapá. A deputada informou que o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Amapá recebeu recursos superiores a R\$ 8 milhões em 2013, de acordo com dados obtidos pelo Ministério Público Federal. Ela afirmou também suspeitar que exista loteamento político de cargos no órgão. O senador Capiberibe pediu informações à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde sobre verbas de R\$ 750 mil utilizadas como diárias em 2013.

A SESAI gerencia o atendimento à saúde indígena através de 66 CASAIs espalhadas pelo país. A CASAI em Macapá atende a uma comunidade de mais de seis mil indígenas que vivem em aldeias do Amapá e norte do Pará. Algumas das denúncias apresentadas foram consideradas recorrentes

pelos parlamentares. Mas algumas das situações denunciadas como, por exemplo, o aguardo por meses para a realização de um procedimento cirúrgico, o descumprimento de práticas médicas adequadas, o pouco interesse em tornar ágil o tratamento de saúde na rede SUS ou a precariedade do transporte entre as aldeias e a capital podem ter precipitado a morte de indígenas.

Ana Maria Quaresma, chefe da CASAI/Macapá, descartou a acusação de tratamento indigno aos indígenas. Como chefe da unidade, observou que há um alto índice de consumo de bebida alcoólica por indígenas alojados no órgão público. Para ela, o atendimento realizado através da CASAI tem melhorado. Ana Maria afirmou ainda que a questão orçamentária deve ser tratada com o DISEI/Amapá.

Já o Secretário Especial da Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Antonio Alves de Souza, esclareceu que as Casas de Saúde do Índio são unidades de apoio ambulatorial e locais de abrigo da comunidade indígena. “Não são hospitais. As unidades não comportam procedimentos cirúrgicos complexos. Se estão sendo praticados na CASAI não é correto”, afirmou. Esses casos são destinados ao sistema SUS, disse ele. De acordo com o secretário, é preciso estreitar o relacionamento com órgãos de saúde municipais e estaduais. Por meio de fotos, o secretário apresentou melhorias realizadas no edifício da CASAI Macapá, mas admitiu que há carência de equipamentos médicos. Ele descartou qualquer tipo de loteamento partidário de cargos no órgão. Sobre o orçamento geral da SESAI, o secretário informou que hoje supera um bilhão de reais. Quanto às diárias, o secretário sustentou que as longas distâncias percorridas no traslado de indígenas e parentes são custosas.

Entre os encaminhamentos propostos na audiência pública estão uma diligência à CASAI de Macapá, um encontro com autoridades responsáveis pelas secretarias de saúde do Estado e do Município, bem como o pedido de auditoria sobre a aplicação de recursos orçamentários pela unidade.

Sobre a violência contra o indígena, a deputada Janete Capiberibe destacou ainda, na audiência pública, que o líder indígena ianomami Davi Kopenawa, de reconhecimento internacional, tem sofrido ameaças de morte por denunciar a invasão de garimpeiros à terra indígena para encontrar ouro.

DOENÇAS EVITÁVEIS

A CDHM, em parceria com a Comissão de Seguridade Social e Família, discutiram, no dia 16 de julho, as políticas públicas sobre prevenção às doenças evitáveis e o atendimento às vítimas, em cumprimento a acordo com a Organização Mundial da Saúde. A iniciativa foi dos deputados Nilmário Miranda (PT-MG), Antônio Brito (PTB-BA) e Benedita da Silva (PT-RJ).

Nilmário Miranda lembrou que, em relação à hanseníase, o Brasil e outros 16 países com maior incidência da doença assinaram um acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para promover o combate à doença (Declaração de Bangkok para um Mundo sem Hanseníase). Uma das principais recomendações do acordo é a articulação dos ministérios da Saúde dos países signatários com as comunidades e os fóruns de pessoas atingidas pela hanseníase.

Participaram do debate Artur Custódio – Representante do Movimento pela Reintegração das Pessoas atingidas pela Hanseníase – MORHAN, Draurio Barreira – Coordenador-Geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde, Magda Levantezi – Coordenadora-Geral Substituta de Hanseníase e doenças em eliminação, do Ministério da Saúde, Cleudson Nery de Castro – Representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical – SBMT, Anete Trajman – Representante da Rede Brasileira de Pesquisas em Tuberculose – Rede TB e Antonio José do Nascimento Ferreira – Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Draurio Barreira, coordenador-geral do Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde, mostrou que a cada ano são 70 mil casos novos da doença no país. Ele considera que existe uma epidemia de tuberculose concentrada nas populações mais vulneráveis, que vivem em bolsões de pobreza ou subpopulações como presidiários, moradores de rua e indígenas.

“Já chegamos, nos últimos anos, a 400 mil mortes. Deste grupo, 2.500 foram com complicações por causa do HIV. A tuberculose é a quarta causa de morte por infecção no país e a primeira com

pacientes de Aids. Também enfrentamos grandes disparidades regionais. O Amazonas lidera o número de doentes e o Distrito Federal tem padrões europeus com relações a tuberculose”, ressaltou Draurio.

Ele informou também que presidiários têm 28 vezes mais chances de contrair a doença. Os moradores de rua têm 44 vezes mais possibilidades. Ele sugeriu criar, dentro do Bolsa Família, um benefício temporário de cerca de um ano, para quem tiver tuberculose ou hanseníase e fizer tratamento. Hoje, ele calcula que seriam dez mil benefícios em tuberculose, no valor total de cerca de R\$ 4 milhões.

Hanseníase

Artur Custódio, do Movimento de Reintegração de Pessoas Atingidas por Hanseníase (Morhan), destacou a presença na audiência de representantes do Acre, Pará, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e São Paulo, além do Distrito Federal. Artur alertou que faltam campanhas de informação sobre a doença. Ele ressaltou que, ainda hoje, o Brasil tem 32 colônias para hansenianos. São pessoas que ficaram morando nesses locais mesmo depois do fim da política de segregação extinta em 1986.

“O Brasil é o primeiro país do mundo em número de pessoas com hanseníase e os maiores índices estão no Norte e Centro Oeste. O menor índice está no Rio Grande do Sul, mas naquele estado têm surgido um número grande de pessoas com seqüelas nos serviços de saúde”, ressaltou Artur.

A coordenadora-geral substituta de hanseníase e doenças em eliminação do Ministério da Saúde, Magda Levantezi, apresentou números de 2013. Nesse ano, foram registrados 28.500 pacientes em tratamento no país e 31.000 novos casos de hanseníase. Ela destacou a realização de uma pesquisa em escolas de municípios mais atingidos pela doença. Foram detectadas 2.430 crianças com a doença.

“Em 2013, nove estados atingiram a meta de eliminação da hanseníase. Por outro lado, Mato Grosso e Maranhão apresentam altos números de doentes”, informou Magda.

O deputado Nilmário Miranda lembrou que, em relação à hanseníase, o Brasil e outros 16 países com maior incidência da doença assinaram um acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) para promover o combate à doença (Declaração de Bangkok para um Mundo sem Hanseníase). Uma das principais recomendações do acordo é a articulação dos ministérios da Saúde dos países signatários com as comunidades e os fóruns de pessoas atingidas pela hanseníase.

Para Antônio José do Nascimento Ferreira, secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, hansenianos e pessoas com deficiências são segregados e discriminados da mesma forma há muitos anos. Ele destacou a indenização aprovada pela administração federal para hansenianos, que já contemplou 9.500 pessoas.

“Agora, temos a necessidade de fazer também uma reparação aos filhos que foram separados dos pais, e para isso já existe uma minuta de Projeto de Lei que deve ser encaminhado ao Congresso. Agora, depende apenas de trâmites burocráticos”, anunciou Antônio José.

Outras doenças

Cleudson Nery Castro, representante da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical (SBMT), apresentou dados sobre outras doenças. De acordo com ele, a malária diminuiu e os casos graves são cada vez mais raros e 99% dos registros são na região amazônica. O técnico afirmou que o diagnóstico e o tratamento precoce têm reduzido os casos. Nos últimos dez anos houve uma queda de 50%. Em 2013 foram 178 mil casos e 36 mortes, contra 176 mortes em 2002.

Já a doença de Chagas chega no máximo a 200 casos por ano, graças a melhorias nas residências e a vigilância sanitária. Hoje, em todo país, seriam dois milhões de pacientes crônicos. Mas a

falta de exames radiológicos e determinados medicamentos nos hospitais públicos dificultam o tratamento desses pacientes.

“Doenças endêmicas mesmo e consideradas extintas merecem vigilância permanente” alerta.

Também participou da audiência pública Anete Traitman, da Rede Brasileira de Pesquisa em Tuberculose. Ela afirmou que o encontro foi um exercício da cidadania, e ainda destacou a falta de conhecimento da população sobre doenças como a hanseníase e a tuberculose.

A deputada Benedita da Silva (PT-RJ), que também sugeriu a audiência, quer debater o planejamento e as ações executadas pelo Ministério da Saúde no combate a essas doenças.

“O acesso à saúde é um direito reconhecido mundialmente e, no Brasil, as políticas públicas têm sido aprimoradas, a exemplo da implantação do programa Mais Médicos. Ainda é preciso garantir, no entanto, um planejamento e execução de medidas que contribuam para extinguir as doenças evitáveis no País”, afirma a deputada.

SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

A preocupação com o aumento da violência e da criminalidade – o país convive com cerca de 50 mil homicídios dolosos por ano – e os abusos cometidos pelos agentes de segurança pública contra o cidadão de segmentos sociais mais pobres – uma média de três mortes ao dia em alegados confrontos – induziram o tema da segurança pública a balizar, em grande parte, o debate, o posicionamento e a atuação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em 2014.



SEMINÁRIO CAMINHOS DA PAZ

No evento, requerido pelos deputados Assis do Couto (PT-PR) e Nilmário Miranda (PT-MG), promovido em 4 de junho, em parceria com a Comissão de Direitos Humanos do Senado, a Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), com participação de ativistas e especialistas, além de representantes governamentais, concluiu que a redução da violência depende, além das forças de segurança, do envolvimento das mídias e da dinâmica política e da judicial. Na opinião deles, a deflagração de um processo de redução da violência deve incluir a autocrítica da mídia em conteúdos criminais veiculados em programas jornalísticos e de ficção que banalizam a violência, mudanças na forma de atuação da polícia e também na dinâmica política e judicial. Como resultado do Seminário, a Comissão de Direitos Humanos pediu a parceria da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, da Associação Brasileira de Rádio e Televisão, e da Associação Nacional de Jornais em ações que efetivem a responsabilidade dos meios de comunicação no sentido de promover a cultura da paz e não a da violência. Também foram acionadas a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Ministério da Justiça em relação à efetivação do Plano Nacional de Direitos Humanos no que diz respeito à formação de agentes de polícia na temática. Um dos fatores apontados no Seminário é a dissociação entre sociedade e polícia. De acordo com números de uma pesquisa citada pela ONG “Fórum Brasileiro de Segurança Pública”, 70% dos brasileiros não confiam na atuação da polícia. A desconfiança está relacionada à violência policial e ao sistema carcerário. A “espiral de violência” se amplia com mais doses de violência aplicada. “Da mesma forma como as pessoas são tratadas sociedade responde com a mesma intensidade”, destacou o subprocurador geral da República, Aurélio Rios. “Conseguimos implantar a disciplina de direitos humanos na formação dos policiais, mas não conseguimos mudar a cultura de violência na polícia”, afirmou.

O colegiado da Comissão denunciou a utilização da força policial de forma essencialmente repressiva, com o tratamento seletivo e a negação de direitos a segmentos sociais mais pobres, prática enraizada na realidade cultural brasileira que, ao negar direitos de cidadania à parcela da

sociedade, e ao vê-los como “inimigos”, impede a consolidação do Estado de Direito. A maioria das vítimas de morte é constituída de jovens negros.

EXTERMÍNIO DE JOVENS NEGROS

Em audiência pública, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizada em 19 de novembro, representantes do movimento afro-brasileiro enfatizaram a grave situação que enfrentam jovens negros no país, alvos de violência, principalmente da polícia e milicianos. Com base em estudos publicados por agências com credibilidade, está comprovado que jovens negros têm quase três vezes mais possibilidade de serem vítimas fatais da violência, como chacinas, assassinatos e atos de brutalidade das forças de segurança. Em uma perspectiva diversa, outros debatedores analisaram como positivos os avanços dos últimos quatro anos em políticas públicas direcionadas à igualdade racial nos campos social e econômico.

CLÁUDIA SILVA FERREIRA

A CDHM pediu, em 19 de março, explicações ao secretário de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, sobre as condições que envolveram a morte chocante de Claudia Silva Ferreira. Ela foi baleada, jogada no porta-malas de viatura da Polícia Militar e arrastada por mais de 200 metros. De acordo com a resposta fornecida por Beltrame, as medidas para a punição dos responsáveis foram tomadas, e foi paga indenização à família da vítima.

RAFAEL BRAGA VIEIRA

Por meio de Nota pública, de 17 de julho, o presidente da CDHM, deputado Assis do Couto (PT-PR), manifestou preocupação quanto à situação de Rafael Braga Vieira, jovem que completara um ano de prisão por supostamente ter participado das manifestações de junho de 2013. O parlamentar assim se pronunciou: “Que tenhamos conhecimento, é a única pessoa julgada e condenada – a expressivos cinco anos de reclusão – por crime relacionado aos protestos de junho de 2013. Seu pecado foi portar água sanitária e desinfetante. Mas essa conduta não é um crime; é atípica. Tampouco as garrafas, que eram de plástico, poderiam funcionar como algum tipo de explosivo. Sr. Rafael foi preso com outros quatro manifestantes. Apenas ele seguiu recluso. Centenas de milhares de pessoas participaram das manifestações, muitas delas agindo de forma extremamente violenta. Seria coincidência o único condenado ser negro e viver em situação de rua? O caso denota inaceitável seletividade dos sistemas de segurança pública e de justiça. A medida da condenação desse jovem de 25 anos é inversamente proporcional à quantidade e qualidade dos produtos que carregava, o que, por si só, já demonstra, com todo respeito, fragilidade da sentença proferida”.

DILIGÊNCIA PARA VERIFICAR INVESTIGAÇÕES SOBRE JOVEM ASSASSINADO POR POLICIAL

De acordo com denúncia feita à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, o jovem Paulo Henrique Moraes, de 16 anos, que não tinha passagens pela polícia, foi atingido por dois disparos da arma do policial Joílson Macedo e não resistiu aos ferimentos, em Valparaíso de Goiás. A deputada Erika Kokay (PT-DF) e funcionários da CDHM e da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República visitaram familiares do jovem assassinado e o Grupo de Investigação de Homicídios de Valparaíso, em 10 de novembro. De acordo com a parlamentar, “a conduta criminosa do policial caracteriza grave violação contra os direitos humanos, além de evidenciar violência gratuita contra mais um jovem brasileiro.” Erika Kokay afirmou ainda que “a

Comissão de Direitos Humanos, procurada e provocada pela denúncia, enfatiza a necessidade de se investigar o caso a fundo, para que a impunidade não aconteça”.

FEDERALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA

O tema foi debatido em audiência pública conjunta da CDHM e Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado realizada em 9 de dezembro, mediante requerimento dos deputados Domingos Dutra (SD-MA) e Fernando Francischini (SD-PR). Discutiu-se a viabilidade jurídica, econômica e constitucional da federalização da segurança pública e da criação de um eventual Ministério da Segurança Pública.

O deputado Carlos Alberto (PMN-RJ) defendeu a criação do ministério e teve apoio de outros parlamentares. “As polícias não têm recursos e estrutura para suportar a demanda. Acho importante ter um órgão centralizador de segurança pública”. O deputado, que liderou o Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, órgão criado para integrar as polícias estaduais, lembrou que a tentativa foi malsucedida devido às desavenças entre as corporações. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Pedro Paulo de Medeiros, afirmou que “o populismo penal não garante melhores resultados contra o crime. A legislação que existe é suficiente e o problema é que não há estrutura suficiente para aplicá-la”. O representante da OAB afirmou ainda que é preciso modificar o conceito de segurança pública junto à opinião pública, porque está associada à ideia de presídios e de “higienização social”. “Não se pensa na ressocialização, que é fundamental para a redução da criminalidade”, afirmou.

O encarceramento massivo de pessoas elevou a população carcerária do país a 564 mil. Há 20 anos, eram 126 mil presos. O enorme contingente de presos e o déficit penitenciário, hoje estimado em 200 mil vagas, conflagraram motins em penitenciárias e acirraram conflitos internos, onde a tragédia dos homicídios se deu de forma selvagem, como no caso do Complexo Penitenciário

de Pedrinhas (MA). Muitos condenados por pequenos delitos, tratados de forma degradante pelo sistema carcerário, misturados a criminosos perigosos e sem perspectivas de ressocialização, acabam por se submeter aos grupos do crime organizado.

REBELIÕES DE PRESOS EM CASCAVEL (PR)

Na rebelião de internos da Penitenciária Estadual de Cascavel, o presidente da CDHM, Deputado Assis do Couto (PT-PR), manteve-se alerta ao longo das 45 horas em que durou o motim carcerário, no mês de agosto. Assis do Couto colocou a CDHM à disposição para colaborar na garantia do respeito dos direitos fundamentais da população carcerária e dos trabalhadores do sistema prisional. Contatos foram feitos pelo presidente da CDHM com dirigentes do sistema para a garantia de procedimentos nos padrões de respeito aos direitos humanos.

DENÚNCIA CONTRA SUBMISSÃO SEXUAL DE MULHERES DE PRESOS

Denúncias apresentadas em audiência pública da Comissão, realizada em 9 de abril, por um juiz e também por especialistas no sistema prisional, atestaram que mulheres e parentes de presos estão sendo submetidas como moeda de troca sexual para evitar atos de violência de líderes de facções contra os mais novos ou os sem proteção dentro do complexo penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, e em outras cadeias do país. A submissão sexual de mulheres por lideranças de facções criminosas acontece de forma silenciosa e com a omissão moral do sistema penitenciário que vê na prática uma forma de acalmar os ânimos dos internos. A audiência pública, requerida pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP), debateu ainda o forte crescimento do número de mulheres nas prisões e a questão de gênero no sistema carcerário. A denúncia partiu do juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Conselho

Nacional de Justiça. O juiz disse que são enormes as dificuldades em obter denúncias concretas dessa violência praticada contra as mulheres, porque todos têm medo de represálias. Ele mesmo obteve um depoimento que se transformou em tragédia. Segundo informou o juiz, Marco Aurélio Silva, preso em Pedrinhas, teria dito que autoridades carcerárias estariam envolvidas nessa prática de violência. Dez dias depois, o preso foi morto e tempos depois o processo foi arquivado. Para Douglas Martins, a questão deve ser tratada com cautela, pela dificuldade que existe na oferta de proteção aos denunciante. Uma forma de pressionar as autoridades para uma solução é repercutir a violência junto à opinião pública, disse o juiz, que foi impedido de fiscalizar todas as dependências do complexo de Pedrinhas. Para Douglas Martins, as autoridades de segurança maranhenses devem garantir a segurança de quem visita os presos e a utilização de dependências individualizadas para a visita íntima. O juiz sugeriu também a inclusão dos presos em um programa de proteção a vítimas e testemunhas contra agentes penitenciários.

PELO FIM DA REVISTA VEXATÓRIA EM PRESÍDIOS

Deputados da Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovaram de forma unânime, em 5 de novembro, o Projeto de Lei (PL 7764/14) que suprime tratamentos degradantes na revista pessoal de visitantes de presos, funcionários públicos de segurança e prestadores de serviços em estabelecimentos prisionais. Estabelece que a revista será feita através do uso de equipamentos eletrônicos detectores de metais, aparelhos de raio-X ou similares. A revista manual se tor-



Lúcio Bernardo Junior

na exceção, prevista em alguns casos, sempre mediante contato físico superficial sobre a roupa da pessoa visitada, realizada por pessoa do mesmo sexo e de forma individual. Originária do Senado, a proposta aprovada visa garantir a dignidade humana, regular a matéria no território nacional e suprimir o tratamento humilhante e vexatório do desnudamento, do uso de espelhos, esforços físicos e manipulação de cavidades corporais que atualmente são utilizados a fim de comprovar a entrada de objetos ilegais em presídios. “Tal situação, além de ofender os direitos fundamentais assegurados na Constituição e nos tratados internacionais, também ofende frontalmente a regra da revista indireta, que deveria prevalecer nesses casos”, destacou o deputado Nilmário Miranda (PT-MG) em seu relatório.

SISTEMA PRISIONAL DO DISTRITO FEDERAL E VISITA À PENITENCIÁRIA DA PAPUDA

Diligência ao Complexo Penitenciário da Papuda



Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados

Os deputados que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias aprovaram, na reunião de 23 de abril, requerimento do deputado Nilmário Miranda (PT-MG) para realização de diligência ao complexo penitenciário da Papuda, em Brasília, para verificar a real situação penal do ex-deputado José Dirceu, bem como a regularidade dos processos e execução penitenciária dos presos, de modo a saber se o sistema penal a que foram condenados está sendo cumprido e se há regalias ou não.

Em 29 de abril, realizou-se diligência ao complexo penitenciário. Participaram da comitiva os deputados Nilmário Miranda (PT-MG), Jean

Wyllys (PSOL-RJ), Luiza Erundina (PSB-SP), Mara Gabrilli (PSDB-SP), e Arnaldo Jordy (PPS-PA). Na primeira parte da visita, os parlamentares participaram de uma reunião com dirigentes do Centro de Internamento e Reeducação. Após o encontro, que durou cerca de duas horas, os parlamentares puderam conhecer algumas celas, tradicionais e especiais, dentro do Centro de Internamento e Reeducação, dentre elas, a do ex-deputado, José Dirceu. Os deputados saíram com visões divergentes sobre o tratamento dos presos. A CDHM aprovou o seguinte relatório.

Conclusões da diligência

a. Situação do Sr. José Dirceu

O Sr. José Dirceu cumpre pena em estabelecimento prisional destinado a presos que se encontrem no regime semiaberto, sujeito às mesmas condições oferecidas aos demais detentos do CIR. Nada indica seu acesso a benefícios não usufruídos por outros na mesma unidade. Ele cumpre as condições exigidas para trabalho externo, recebeu oferta de emprego e aguarda autorização da Vara de Execuções Penais para assumir o cargo ofertado.

b. Situação dos detentos condenados ao regime semiaberto que estão sem trabalho

O sistema penitenciário do Distrito Federal adota procedimentos para buscar inserir os detentos condenados ao regime semiaberto no mercado de trabalho, política que, entretanto, deve ser aprimorada para que os condenados possam efetivamente usufruir do benefício do trabalho externo, permitindo sua ressocialização, conforme princípio que orienta o sistema penal brasileiro.

c. Situação das pessoas com deficiência

O sistema penitenciário do Distrito Federal não possui uma política clara para atender aos detentos com deficiência. Precisam ser desenvolvidas estratégias de formação em direitos humanos voltada para servidores do complexo penitenciário e políticas carcerárias específicas para o tema.

d. Situação dos detentos LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

O sistema penitenciário do Distrito Federal não possui uma política clara para atender aos detentos que se identificam como pertencentes ao grupo LGBT.

Precisam ser desenvolvidas estratégias de formação em direitos humanos voltada para servidores do complexo penitenciário e políticas carcerárias específicas para o tema.

A Comissão solicitou ainda a vários órgãos informações sobre a correspondência entre o determinado na sentença condenatória e o efetivo regime do cumprimento de pena dos presos no Complexo Penitenciário da Papuda. Em resposta, a Defensoria Pública do Distrito Federal, informou que existem cerca de 800 sentenciados a regime semiaberto cumprindo pena em condições análogas ao regime fechado, alocados na Penitenciária do Distrito Federal II. Considerando sua necessária alocação em estabelecimentos adequados, quais sejam o Centro de Progressão Penitenciária e o Centro de Internamento e Reeducação, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos indagou ao Secretário de Segurança do Distrito Federal quais medidas estavam sendo tomadas para solucionar o problema.

LINCHAMENTOS SÃO REPUDIADOS PELA CDHM

No ano, comunidades brasileiras viveram situações dramáticas, em que populares acuados e inseguros alimentaram a crescente onda de violência, extravasando seu sentimento de vingança punindo pessoas pelas próprias mãos, em linchamentos públicos. Prática contrária à legalidade que foi prontamente repudiada pelos parlamentares da CDHM.

CHACINA NO PARÁ

Em nota oficial, a CDHM repudiou o assassinato do cabo da Polícia Militar, Antônio Figueiredo, e as retaliações e chacina que se seguiram em Belém, capital do Pará, entre os dias 4 e 5 de novembro, que vitimaram 10 pessoas. A Comissão condenou os acontecimentos e conclamou a população brasileira que não deixe extravasar o sentimento de vingança, que já havia vitimado 20 pessoas de fevereiro a junho de 2014. Em nota, a Comissão advertiu: “Tais homicídios, com características de execução por grupo de extermínio, reveste-se da maior gravidade, inclusive

expondo a risco outros servidores públicos não envolvidos em execuções sumárias. Por isso, o episódio que chocou a população da capital paraense é objeto de atenção deste colegiado parlamentar e de outras entidades no acompanhamento da apuração, para que essas violações dos direitos humanos não resultem em impunidade”.

JUSTIÇA PREOCUPADA COM A ONDA DE VIOLÊNCIA

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Assis do Couto (PT-PR), recebeu, em 7 de maio, o presidente e o vice-presidente da Associação de Magistrados Brasileiros, para uma conversa sobre a onda de violência no Brasil. Preocupados com os episódios recentes de linchamentos públicos, os juízes João Ricardo dos Santos Costa e Sérgio Luiz Junkes entregaram ao presidente Assis do Couto um ofício solicitando uma audiência pública para debater o tema. “A questão dos justicamentos tem nos preocupado, e muito, pela brutalidade. Com o componente das redes sociais, isto tem sido estimulado e divulgado. A magistratura está aqui para que possamos discutir o que está acontecendo no Brasil e fazer com que a sociedade tenha um olhar para isso.”, afirmou o presidente da AMB, João Ricardo.

Repúdio aos linchamentos

Em 6 de maio, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias redigiu seu primeiro posicionamento público contra os linchamentos, em razão da morte da dona de casa Fabiana Maria de Jesus, espancada por populares na cidade de Guarujá (SP). “A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados conclama a população brasileira que não deixe extravasar o sentimento de vingança, que já vitimou 20 pessoas desde fevereiro deste ano. Este sentimento apenas alimenta a crescente onda de violência observada nos últimos meses no Brasil. O colegiado lembra que, numa sociedade democrática, o processo e a punição são feitos exclusivamente pelo Estado.

Neste sentido, quando há “justiça” pelas próprias mãos, há também um novo crime. Se o sistema de justiça e segurança está falho, a tarefa de todos nós é lutar para melhorá-lo, e não piorar ainda mais a situação”. De fevereiro a maio, ocorreram linchamentos em 15 unidades da Federação, de acordo com o jornal “Correio Braziliense”.

ATINGIDOS POR GRANDES OBRAS E PELA MINERAÇÃO

Se as grandes obras e a exploração de recursos naturais são necessárias ao desenvolvimento, também é preciso prevenir e reparar os danos causados por essas atividades. Os impactos dos grandes projetos econômicos foram objeto de debate em diversos momentos na CDHM em 2014. Embora o olhar dos direitos humanos para essas questões seja ainda pouco usual no Brasil, o país é signatário do Pacto Internacional de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, estabelecido pela ONU, e que prevê cautelas e compensações face aos danos causados por projetos econômicos.

Em 2011, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou por consenso os 31 Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos. Eles foram elaborados com base em normas de direitos humanos preexistentes e representam parâmetros com três pilares. 1. Proteger: a obrigação dos Estados de proteger os direitos humanos; Respeitar: a responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos; Reparar: a necessidade de que existam recursos adequados e eficazes, em caso de descumprimento destes direitos pelas empresas.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE
LEGISLAÇÃO DE MINERAÇÃO
09/09/2014
NA CÂMARA DOS DEPUTADOS:
AUDIÊNCIA PÚBLICA DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
09/09/2014

COMISSÃO DE
**Legislação
Participativa**



ROSA ENRIQUE MORAES
Deputada Federal - PT

MARILENE FERREIRA
Deputada Federal - PT

ROSANGELA FERREIRA
Deputada Federal - PT

ANTONIO CARLOS MORAES
Deputado Federal - PT

ANTONIO CARLOS MORAES
Deputado Federal - PT



IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS DO MODELO MINERADOR

A construção de um novo modelo de mineração no país que contemple o controle social dos cidadãos das áreas afetadas e que seja sustentável ecologicamente foi proposta por sindicalistas, expositores e trabalhadores do setor em audiência pública pelas Comissões de Legislação Participativa e de Direitos Humanos e Minorias, realizada no dia 2 de setembro. As propostas apresentadas serão encaminhadas pelas comissões para aproveitamento no processo legislativo. Além do que foi discutido na audiência, os trabalhadores querem influir sobre o que dispõe o texto substitutivo ao projeto de “Código da Mineração” (PL 5807/13), que tramita na Câmara. Para isso, pretendem promover uma primeira Conferência Nacional da Mineração.

Luis Guimarães e Lúcio Pimenta, representantes de comunidades mineiras atingidas pela atividade empresarial de extração de minérios, denunciaram a conduta “predatória” e “truculenta” das empresas sobre antigos moradores locais. “As negociações se dão conforme a capacidade econômica do morador”, disse Luis Guimarães.

Frei Rodrigo Peret disse aguardar que a proposta do novo Código da Mineração contemple normas e diretrizes que imponham respeito à integridade dos povos, culturas tradicionais e ao meio ambiente. O religioso afirmou que as empresas mineradoras agem com “perversidade” sobre os povos e à natureza. “Vão fazendo com que os homens se tornem estranhos à própria terra.” Frei Peret informou que a Igreja Católica trabalha para disseminar junto às pastorais a realidade que vem sendo praticada pelas mineradoras junto às populações. “É preciso que o povo brasileiro tome consciência dessa realidade predadora”, afirmou.

O ambientalista Gustavo Gazinnelli apresentou críticas ao novo “Código de Mineração” proposto em Substitutivo. Para ele, é absurdo nivelar a atividade de exploração mineral como se tivesse perfil “único” no território nacional. Ele propõe o controle social e a absoluta transparência sobre a Agência Nacional de Mineração a ser criada. Gustavo propõe ainda que a atividade mineradora sofra reduções em ambientes já longamente explorados.

Outra denúncia ambiental apresentada na audiência pública é referente à enorme quantidade de água empregada pelos chamados “minerodutos” para o transporte dos minérios, em uma época em que há uma forte crise de gerenciamento hídrico na região Sudeste do país.

Pela manhã, foram discutidas condições de saúde e segurança do trabalho na mineração brasileira. Pesquisa inédita foi apresentada pelo Fundacentro, reunindo dados dos ministérios da Saúde, do Trabalho e Emprego e da Previdência Social.

O pesquisador Celso Salim, da Fundacentro, explicou que a pesquisa envolveu 34 municípios de Minas Gerais, na região conhecida como “Quadrilátero Ferrífero”. Para ele, se trata de uma primeira iniciativa dentro de um setor ainda sem estatísticas de saúde e segurança do trabalhador. Paula Werneck, que atuou como consultora da pesquisa, destacou as perdas de audição diagnosticadas, além dos traumas verificados em mãos e pés. O alto índice de redução auditiva além de provocar problemas de socialização para o trabalhador, não lhe garante a aposentadoria, informou a pesquisadora.

Celso Salim apresentou ainda valores do prejuízo econômico das doenças na atividade mineradora, estimado em R\$ 71 bilhões. Já os prejuízos sociais são o desamparo, a dependência e a exclusão social. Para o pesquisador, “a atividade mineradora brasileira ignora os direitos sociais.” O pesquisador citou ainda os números da mortalidade de trabalhadores em mineração, superiores em mais de três vezes à média nacional.

A médica Andreia Silveira, da Universidade Federal de Minas Gerais, afirmou que a pesquisa é importante porque localiza o problema. Para ela, a pesquisa é um primeiro passo no sentido de traçar uma política pública para a saúde e a segurança do trabalho do minerador. A engenheira de segurança Marta Freitas, da Confederação nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), disse que a pesquisa permite traçar “um perfil do adoecimento”. Ela destacou ainda que a compatibilização dos dados de diversos ministérios evidenciou que há grande subnotificação do número de acidentes e doenças à autoridade previdenciária, em prejuízo dos trabalhadores.

Para o militante José Carlos do Vale, que informou ter deixado a luta sindical no setor, predominam as relações de informalidade no trabalho de mineração, beirando o patamar dos 70%. Para ele, a subnotificação previdenciária constitui-se em sonegação fiscal. Com o que classifica como “judicialização” das ações previdenciárias, “é a sociedade quem paga, o que deveria estar sendo pago pelo empresário”, afirmou.

Para o deputado Amauri Teixeira, do PT baiano, três desafios estão colocados ao país diante de uma atividade empresarial de mineração bastante agressiva: a identificação de situações de risco e a preservação da saúde do trabalhador, a preservação do meio ambiente, e a geração de riquezas e manutenção de atividade produtiva diversa na região onde a mineração predomina como atividade econômica.

Durante reunião da CDHM em Conceição do Mato Dentro (MG), atingidos por projeto de mineração relataram danos sociais e ambientais.



O diretor presidente da empresa mineradora Vale, Murilo Ferreira, foi convidado e sua empresa informou que ele não poderia comparecer. A audiência pública foi presidida e requerida pelo deputado Nilmário Miranda (PT-MG).

MINERODUTO CAUSA DANOS A COMUNIDADE EM MINAS

Violações de direitos humanos resultantes dos impactos sociais e ambientais da mineração em Minas Gerais foram tema de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) em Conceição do Mato Dentro (170 km ao norte de Belo Horizonte), no dia 9 de agosto, com representantes da comunidade,

ativistas e autoridades públicas. O vice-presidente da CDHM, deputado Nilmário Miranda (PT-MG) representou o colegiado no evento, realizado no fórum de justiça local com a presença de 90 pessoas.

A audiência concentrou-se na avaliação dos problemas surgidos com a instalação, pela empresa Anglo American, da mina e do mineroduto que transportará minério de ferro do município para o porto de Açú, no norte do Estado do Rio de Janeiro. Parte dos escassos recursos hídricos da região será usada para conduzir o minério e, do que restou dos córregos próximos à mina e ponto de partida do mineroduto, parte importante foi assoreada e degradada, segundo informaram moradores, representantes da comunidade, do município e pelo representante do Ministério Público na Comarca.

Uma ampla auditoria foi feita em novembro de 2013 por uma equipe do Ministério do Trabalho e do Emprego, atendendo à solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. O coordenador da equipe de auditores fiscais do trabalho, Marcelo Campos, depois de entregar cópia do relatório da auditoria à CDHM, relatou que foi verificado trabalho em condições análogas à escravidão. Na ocasião foram liberadas 172 vítimas, sendo 100 haitianos e 70 originários da região Nordeste do país. Eles estavam em alojamentos precários, com alimentação imprópria, jornadas excessivas e casos de terceirização ilícita. “Não havia dúvidas de que estava caracterizado trabalho degradante, que tinha sido retirada a dignidade do trabalho dessas pessoas”, informou o coordenador dos auditores fiscais. A equipe analisou documentos de 23 empresas terceirizadas e foram expedidos mais de 800 autos de infração, sendo mais de 100 à própria Anglo American. No caso dos haitianos, ficou caracterizada, ainda, a associação com o tráfico internacional de pessoas.

Segundo Marcelo Campos, já há entendimento de instância superior de que todos os casos de verificação de trabalho escravo com terceirizadas são de responsabilidade da matriz que tiver terceirizado os serviços. O relatório da auditoria foi encaminhado ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais e ao Ministério Público Federal, que ainda não se pronunciaram. Uma das consequências dos ilícitos encontrados pela auditoria do MTE será a inclusão das empresas citadas no

cadastro conhecido como “lista suja do trabalho escravo”, o que veda essas empresas de obterem crédito oficial.

O promotor de Justiça da comarca de Conceição do Mato Dentro, Marcelo Matta Machado, criticou o modelo adotado por esse e outros megaprojetos econômicos. “Os moradores das comunidades atingidas não são consultados nem beneficiados. Os impactos são enormes, nada é feito para prevenir ou remediar os impactos. Em Conceição do Mato Dentro, foram 11 homicídios em 2014. É generalizado o medo da violência, aumentou a violência doméstica contra a mulher e a gravidez na adolescência, entre outros problemas sociais.” Matta Machado alertou para projetos semelhantes que, segundo ele, “seguem a mesma cartilha”, como o da mineradora Manabi, distante cerca de 30 km da área do projeto da Anglo American.

O representante do Ministério Público sublinhou a importância dos direitos humanos para a sociedade, mesmo quando não são por ela compreendidos. “Falamos dos direitos humanos, mas é graças a eles que podemos ir e vir, é graças aos direitos humanos que temos a garantia da nossa dignidade, que temos a liberdade e podemos lutar por ela.”

Representante do Movimento Reaja, a ativista Patrícia Generoso disse que “a invisibilidade, a manipulação e a exploração vieram junto com o mineroduto, causando a neoescravidão do trabalhador, da comunidade, do cidadão, retirando direitos, causando violações de direitos humanos”. Ela citou, entre as consequências do aumento não planejado da população no município, o aumento insuportável do aluguel, a transformação de muitas casas familiares em alojamentos.

Denise Pereira, professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, abordou as distorções da relação entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. Segundo os estudos realizados por ela, se por um lado parte da população foi beneficiada pela circulação de recursos advindos da implantação do projeto, outra parte foi prejudicada. Alguns proprietários de terras atingidas receberam indenização, outros não. Dos segmentos prejudicados, a pesquisadora apontou primeiramente os trabalhadores rurais atingidos. “Embora continuem em suas terras, foram expulsos

da condição de trabalhador, pois perderam meios de produção, os rios estão assoreados, pomares enlameados, a água foi poluída. Ou seja, esses trabalhadores foram destituídos da condição de reproduzir sua própria vida”.

Nas residências – prossegue a acadêmica da PUC – convive-se com “água contaminada, fossas mal construídas exalando mau cheiro, causando proliferação de pernilongos e contaminação”. As comunidades atingidas reclamam que já não podem andar livremente, pois os numerosos caminhões dirigidos por motoristas em jornadas de trabalho excessivas representam perigo de atropelamentos, frequentes na região. A pesquisadora apontou a degradação das condições de trabalho no empreendimento, com “o confinamento nos alojamentos, a comida insuportável, a falta de condição de visitar parentes.” Diante da situação, afirmou a professora Denise Pereira, há um sentimento que imobiliza a sociedade local, “os problemas são naturalizados, muitas pessoas estão se acostumando com a destituição do direito de escolha”.

O representante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, Gustavo Tostes Gazzinelli, chamou a atenção para o novo empreendimento que chegará à região. O ativista ambiental denunciou a “cultura de violência empresarial das empresas da mineração”, alertando que, no caso do projeto da MMX e a sucessora Anglo American, ocorreu acompanhamento, monitoramento, assédio e ameaças veladas a participantes de reuniões para avaliar o projeto com a comunidade. Ele defendeu um debate sobre medidas preventivas para os novos licenciamentos de projetos de mineração, e que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias recomende participação ativa do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente para que tais situações não mais ocorram. Também foi cobrado do Ministério Público Estadual a revelação dos agentes e casos ilícitos que vêm sendo investigados desde 2013, especialmente no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e das mineradoras que atuam na região.

Convidados pela CDHM, agricultores atingidos pelas atividades do mineroduto registraram seus testemunhos. O Sr. Zé Pepino contou que ele e outros vizinhos foram afetados pela contaminação das fontes de água que tradicionalmente os abasteciam. “O Córrego da Ferrugem virou uma

imundície e a represa onde os animais bebiam água e era lugar de pesca e lazer da comunidade virou depósito de lixo, a água está secando, a lama de minério já matou vacas, porcos e galinhas. Agora tenho de buscar água a 1,5 km de distância”. Muito aplaudido pela audiência, o Sr. Zé Pepino afirmou que o mineroduto é uma desgraça que veio para Conceição do Mato Dentro.

Dona Rita, por sua vez, queixou-se de que sua família não consegue circular nas terras que lhe pertencem e que funcionários da empresa já foram vistos jogando dejetos perto da nascente do rio que abastece a área.

O agricultor Lúcio Pimenta alertou que a água que já está faltando na zona rural em breve vai faltar na cidade, porque o projeto de mineração está localizado acima da captação da água. Pimenta também denunciou que a Anglo American aciona a Polícia Militar para pressionar agricultores, sem mandados judiciais. O agricultor pediu respeito à lei.



Antes do término da audiência, foram entregues ao vice-presidente da CDHM: um abaixo assinado de moradores da zona rural de Conceição do Mato Dentro e Alvorada de Minas, um manifesto com denúncias sobre o projeto Minas-Rio e um estudo realizado pelo projeto Cidade e Alteridade, sediado na Faculdade de Direito da UFMG.

ATINGIDOS POR BARRAGENS NO PARANÁ

Membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias debateram supostas violações de direitos humanos na construção da Usina Baixo Iguaçu (PR). A audiência

pública, realizada no dia 2 de julho, proposta pelo presidente do colegiado, o deputado Assis do Couto (PT-PR), pôs lado a lado representantes da empresa, atingidos pela construção, e os governos estadual e federal. Isto porque a Usina Baixo Iguaçu está inserida entre as obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Foram organizadas duas mesas. A primeira foi composta por representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dos agricultores das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, da empresa NEO Energia, da Presidência da República e dos prefeitos da região. Na segunda mesa foram representados o Ministério de Minas e Energia, o governo do Paraná e a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O representante do MAB, Rodrigo Zancanaro, abriu o debate expondo a situação das comunidades atingidas pelo projeto. Zancanaro defendeu que se construa um entendimento entre as comunidades e a empresa responsável pelo empreendimento para assegurar, o mais rápido possível e de forma justa, o direito das famílias atingidas pela construção da usina. O representante do MAB também fez uma denúncia sobre uma tentativa de coação dos atingidos para impedir o direito à organização. “Precisamos dar passos mais rápidos e concretos para resolver os problemas dos atingidos pela construção da usina Baixo Iguaçu”, resumiu.

O agricultor Sidnei Martini também usou seu espaço na mesa para mostrar o lado dos agricultores familiares. “A usina é um bem pra nação. Mas essas famílias não podem ficar numa situação pior do que estavam. Vamos deixar nosso patrimônio para que uma empresa explore e lucre com a água? A gente sabe o valor da energia no mercado. E também sabemos que o preço oferecido pelas terras não pode ser totalmente técnico. A discussão primordial é política para que se chegue a um consenso”, afirmou. Para Sidnei, a ausência de uma indenização justa pode gerar um êxodo rural na região atingida pela construção da barragem.

Ivar Barea, prefeito de Capitão Leônidas Marques, falou em nome dos prefeitos dos cinco municípios que sofreram mudanças em suas rotinas com a chegada do empreendimento. “Não há

dúvida que é necessária a construção da Usina Baixo Iguaçu, por isso somos rigorosamente a favor que a obra aconteça”, deixou claro. Mas também cobrou um maior apoio aos municípios na oferta de serviços públicos, como saúde e educação, que ficam mais caros com o aumento da população local com a vinda de trabalhadores para a construção da usina.

Roberto Fontes, representante da NEO Energia, afirmou que a empresa tem conduzido as negociações com transparência. Na sua visão, não são todos os agricultores que estão descontentes com as negociações, mas uma parcela da população. “Temos muito cuidado em tratar os verdadeiros atingidos, porque se disponibilizarmos um real para quem não tem direito, estaremos tirando um real daqueles que, realmente, tem direito”, considerou.

Juliana Gomes Miranda, representando a Secretaria Geral da Presidência da República, e Maria Cecilene Aragão, no Ministério de Minas e Energia, falaram sobre as premissas do setor de energia elétrica e os esforços para conciliar os desafios de ofertar energia para o País e garantir o direito das comunidades atingidas.

Hamilton Serighelli, representando o Governo do Paraná, disse que o Estado acompanha as negociações e esteve presente nas mais de 20 reuniões entre atingidos e empresa para chegar a um denominador comum.

Já o deputado Assis do Couto (PT-PR) e o superintendente da Anel, Humberto Cunha Santos, destacaram a importância da audiência pública para a sociedade brasileira e a agência reguladora acompanharem os processos de negociação. “A audiência pública expõe o fato para a sociedade”, afirmou o deputado.

Assis também cobrou do governo federal mais presença no acompanhamento das negociações. Como encaminhamento da audiência pública, e também por sugestão do deputado Domingos Dutra (SD-MA), será discutida a possibilidade de se criar uma subcomissão para tratar não apenas deste caso, mas da situação de outras famílias atingidas pela construção de hidrelétricas no Brasil.

RESPONSABILIZAÇÃO DE EMPRESA QUE CONTAMINOU O VALE DO RIBEIRA E SANTO AMARO DA PURIFICAÇÃO COM METAIS PESADOS

Durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, realizada no dia 30 de abril, sobre contaminação por chumbo e outros materiais pesados, o procurador da República no Distrito Federal Peterson Pereira, assinalou que o governo precisa medir a dimensão dos efeitos da contaminação por chumbo e outros metais pesados, para responsabilizar a empresa exploradora. Foram examinados na ocasião dois casos desse tipo de contaminação: a de Santo Amaro da Purificação (BA) e do Vale do Ribeira, na divisa entre os estados de São Paulo e Paraná.

Na opinião do procurador, a Sociedade Mineira e Metalúrgica de Peñarroya – que hoje tem sede na Europa – deve assumir os custos de descontaminação da região e tratamento médico para a população atingida.

Foram debatidos na ocasião os trabalhos do GT da Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) 149/13, aprovada pela CDHM com a finalidade de fiscalizar os atos de gestão de órgãos da administração direta e indireta da União responsáveis por atender a população atingida por contaminação por metais pesados, promover a recuperação ambiental das áreas degradadas e para responsabilizar as empresas vinculadas à empresa responsável e suas sucessoras pelo passivo socioambiental deixado no Brasil. O deputado Roberto de Lucena (PV-SP), requerente da audiência, é o responsável pelo GT.

Durante mais de 50 anos uma refinaria de chumbo esteve em atividade nas duas regiões. A contaminação do solo ainda afeta os moradores, principalmente as crianças. “A ideia é que a partir de informações que a comissão já reuniu, como pesquisas científicas, esse histórico das pessoas que foram vitimadas, o levantamento desse prejuízo, se apresente essa conta à empresa que causou o problema”, disse Peterson.

A representante da população atingida no Vale do Ribeira, Alessandra Galli, destacou que existem milhares de ações individuais que pedem ressarcimento por danos morais porque as pessoas que vivem próximas à usina ficaram estigmatizadas e não conseguem arranjar emprego em outras cidades. “É isso que a população espera, ela espera ter reconhecido o seu direito de ser tratada de forma igualitária. O reconhecimento do dano moral deles também é importante por ser uma valorização deles enquanto cidadãos.”

O representante do Ministério de Minas e Energia, Edson Mello, explicou que hoje em dia há um estudo de impacto ambiental antes da concessão de novas licenças de lavra, mas, no caso específico da cidade de Adrianópolis (Vale do Ribeira), a exploração de chumbo começou em 1932, ou seja, “quase cinco décadas antes do mundo começar a se preocupar com o meio ambiente”.

O deputado Roberto de Lucena (PV-SP), autor do requerimento para a realização da audiência, explicou que antes da criação do grupo de trabalho que analisou a contaminação por chumbo na Bahia, no ano passado, não havia dados sobre o número de atingidos. “A partir desses dados, estamos constatando aquilo que tínhamos informalmente: a existência dessa contaminação. Estaremos catalogando e organizando essas informações para fazermos os encaminhamentos necessários para oficializar os dados e dar sequência ao trabalho.”



CRIANÇA E ADOLESCENTE

ADOÇÃO

Em audiência pública que discutiu casos de devolução de crianças em processo regular de adoção e em guarda provisória às famílias biológicas por decisão judicial, a deputada Liliam Sá (Pros-RJ) informou que apresentou Projeto de Lei (PL 7632/14), que tem o objetivo de evitar essa devolução. Com a proposta, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a deputada quer evitar que crianças e adolescentes passem por desestruturação psicológica resultante do afastamento da família afetiva.

Durante o debate, realizado no dia 29 de maio, foram lembrados 12 casos desse tipo. Na oportunidade, a deputada Liliam Sá anunciou que vai propor a constituição de uma subcomissão no âmbito do colegiado para tratar do problema das devoluções de adoções.

O projeto de lei – sugerido pela Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção (Angaad) e encampado por Liliam Sá – deixa claro no ECA que os processos de guarda definitiva devem ser concluídos em no máximo um ano. Esse prazo já está previsto em resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 29 de abril de 2014, e a ideia é inclui-lo na lei. Na audiência, a diretora jurídica da Angaad, Silvana do Monte Moreira, explicou que uma das causas para a retirada das crianças adotivas dos pais em adoção durante a guarda provisória é a morosidade da Justiça em concluir os processos de guarda definitiva, que chegam a demorar cinco anos.

Pela proposta, as Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça ficarão incumbidas de fiscalizar o tempo de tramitação dos processos de adoção (360 dias), devendo investigar disciplinarmente os

magistrados que, de forma injustificável, tiverem sob sua condução ações desse tipo tramitando há mais de um ano sem emitir sentença.

Representantes da Associação Nacional de Grupos de Apoio à Adoção afirmaram que os processos de devolução judicial, após longos períodos de guarda, estão provocando angústia e desestimulando a adoção.

VINCULAÇÃO HORÁRIA DA PROGRAMAÇÃO DA TV ABERTA À CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

A CDHM defendeu, em manifestação da data de 12 de novembro, perante o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandovsky, a vinculação de horário da programação da TV aberta à classificação indicativa. A Comissão explicou o posicionamento por defender resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. A CDHM solicitou também a realização de audiência pública antes de a questão ser julgada pela Corte Suprema.

O artigo 254 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que estabelece penalidades ao descumprimento da vinculação horária, está tendo sua constitucionalidade questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2404, no Supremo Tribunal Federal. A ADI pretende que seja considerada inconstitucional a expressão “em horário diverso do autorizado” constante no referido artigo. De acordo com a manifestação dos parlamentares, não há nenhum registro de penalização em razão do art. 254 do ECA de 2007 a 2014, e esta penalização só acontece mediante processo judicial de autoria do Ministério Público, não do Ministério da Justiça (MJ). A ausência de qualquer penalização deve-se ao fato de que a Classificação Indicativa se constituiu e vem se consolidando como instrumento democrático com critérios claros e objetivos, determinados com intensa participação da sociedade.

Desde 2007 a programação de radiodifusão é classificada pelas próprias emissoras e monitorada pelo MJ. De acordo com o presidente do colegiado, deputado Assis do Couto (PT-PR), e com seu vice-presidente, deputado Nilmário Miranda (PT-MG), a “Comissão de Direitos Humanos defende a vinculação horária da programação de TV aberta à classificação indicativa, em cumprimento ao texto constitucional e em cumprimento a Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990. Para além das questões legais, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias prioriza o direito à vida, à saúde, à dignidade, bem como o dever de colocar crianças e adolescentes a salvo de qualquer forma de violência, crueldade e opressão”.

O presidente da CDHM lembrou, ainda, que a proteção devida à criança e ao adolescente não acarreta nenhum prejuízo ao exercício da liberdade de expressão.



Patrícia Soransso

20 ANOS DO FÓRUM NACIONAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A secretária-executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Maria Oliveira, afirmou que será um retrocesso para o País se o Congresso aprovar as Propostas de Emenda à Constituição (PECs 35/11; 18/11 e 274/13) que reduzem a idade mínima para o trabalho infantil. Em audiência pública da CDHM que comemorou os 20 anos do Fórum, realizada no dia 27 de novembro a requerimento do deputado Nilmário Miranda (PT-MG), Isa

Oliveira destacou que o Estado brasileiro tem que enfrentar o desafio de retirar 3,178 mil milhões de crianças que se encontram trabalhando em vários setores.

Votação na CCJC

As PECs já tiveram parecer pela admissibilidade e aguardam votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). “Eu acredito que nós temos a força de uma mobilização social muito grande para impedir esse retrocesso social de reduzir a idade mínima para o trabalho”, disse Isa Oliveira.

“Nós temos força e estamos dispostos a enfrentar o desafio de impedir esse retrocesso, porque seria violar uma conquista de toda a sociedade brasileira e a dignidade das crianças e dos adolescentes”, acrescentou a secretária-executiva do Fórum.

OIT

A diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Laís Abramo, afirmou que, apesar de o Brasil ser referência na área e ter retirado mais de cinco milhões de crianças em situação de trabalho infantil nos últimos 20 anos, a aprovação dessas PECs é uma ameaça às convenções internacionais.

“Isso seria um retrocesso e contrariaria a própria convenção da OIT que foi ratificada pelo Brasil”, disse Laís Abramo. “E o Brasil tem um papel central. Não apenas pelos números, que sempre influenciam a média da América Latina, mas porque as políticas e as boas práticas que são desenvolvidas aqui são referências para outros países. Foi no Brasil que surgiu a ideia da América Latina e Caribe livres do trabalho infantil”, ressaltou a representante da OIT na comissão.

Constituição

Atualmente, a Constituição proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre ao menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16 anos, salvo se aprendiz, a partir de 14 anos. Já o decreto 6481/08, que regulamenta a Convenção 182 da OIT, lista 93 diferentes atividades que oferecem riscos para a saúde e desenvolvimento das crianças e adolescentes, como trabalhos domésticos e os que exigem esforços físicos intensos, isolamento, abuso físico, psicológico e sexual, longas jornadas de trabalho e sobrecarga muscular.

A deputada Flávia Moraes (PDT-GO), que presidiu a audiência pública, ressaltou que ainda hoje muitos pais acreditam que quanto mais cedo a criança trabalhar, mais estará preparada: “Nós que trabalhamos e convivemos com esse importante desafio sabemos que, dependendo do tipo de trabalho e da fase em que isso é imposto a uma criança, o trabalho pode deformar não formar a criança. Por isso, o papel do Fórum de mobilizar a sociedade é muito importante”.

Fórum

O Fórum foi criado em 1994, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Participam do FNPETI, 27 Fóruns Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil e do Distrito Federal, e membros do governo federal, de organizações da sociedade civil, dos empregadores, dos trabalhadores, do sistema de Justiça e de agências internacionais.



SR JEAN CHARLES MOHRE
President of the Board

MARCO BONINI
Representative of the Board

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Tendo em vista a universalidade dos direitos humanos e a determinação constitucional de que as relações internacionais do Brasil se fundamentam também nos direitos humanos, a cooperação entre estados e organizações sociais para a promoção desses direitos é parte das atividades da CDHM. O colegiado tem recebido delegações parlamentares interessadas na experiência brasileira na área, além de representantes de organismos internacionais e ONGs para a troca de informações.

HAITI: CDHM RECEBE DENÚNCIA DE SENADOR

A força militar internacional que integra a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, foi enviada àquele país em 2004 para proteger a população das violações massivas dos direitos humanos causadas por grave crise política e social. Com sua permanência prevista para seis meses, há dez anos encontra-se no país caribenho, “sem que tenha dotado o país de uma força de segurança estável e, portanto, sem que se estabeleça uma perspectiva de retirada”. Essa denúncia foi apresentada em audiência pública na CDHM, realizada no dia 21 de maio a requerimento do deputado Renato Simões (PT-SP), pelo senador haitiano de oposição, Jean Charles Moise. Ele solicitou a retirada dos 1.200 soldados brasileiros que compõem a tropa de paz no Haiti e a substituição do apoio militar brasileiro na Minustah por maior apoio em áreas sociais.

SOLIDARIEDADE CONTRA A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS SAHARAUÍ

O povo saharauí vive hoje, em sua maior parte, como refugiado na Argélia depois da anexação de seu território pelo Marrocos. Realizou-se audiência pública promovida em parceria com a

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 29 de abril, a requerimento dos deputados Assis do Couto (PT-PR) e Alfredo Sirkis (PSB-RJ), em que se defendeu o direito à autodeterminação do povo saharauí. A CDHM se disponibilizou a contribuir por uma solução de paz para o conflito.

Organizações internacionais, como as Nações Unidas, por meio de resoluções, assim como a União Africana, reconhecem que é assegurado à República Saharauí o legítimo direito à autodeterminação de seu povo e à independência.

A pressão internacional pelo reconhecimento da nação Saharauí engrossa. Na América Latina, o Equador adota uma postura de vanguarda. Reconhece e estabelece relações diplomáticas com a República Saharauí.

O Brasil, de acordo com o embaixador Paulo Roberto da Fontoura, dialoga com autoridades saharauís, mas ainda não reconhece a república soberana. Contrário à posição diplomática brasileira, um manifesto apresentado durante a reunião e assinado por diversas entidades sindicais e sociais brasileiras, como a CUT e o MST, solicita à presidenta Dilma Rousseff o reconhecimento da República Saharauí pelo país.

Mesmo o embaixador marroquino no Brasil Larbi Moukharig, destacou na audiência que seu país entende ser justa a autodeterminação saharauí. Mas o envolvimento político da Argélia na questão impede uma solução pacífica, disse ele.

O representante diplomático dos saharauí em Brasília, Mohamed Laharosi, destacou que o Marrocos tenta impor à força a tática do fato consumado. E que os ocupantes do território saharauí foram expulsos da União Africana por ocupar à força essa terra.

Samir Abujamra, diretor do documentário “Sahara, deserto do deserto”, em fase de finalização, afirmou ter percorrido durante janeiro grande parte da zona de conflito em busca de depoimentos de velhos e novos saharauí para seu filme. Abujamra denunciou o “Muro da Vergonha”, de 2700

quilômetros, construído pelos marroquinos para separar os territórios e também a enorme quantidade de minas terrestres enterradas nas areias do deserto. O cineasta disse ter sido vítima de um desses explosivos durante as filmagens. O carro em que estava foi totalmente destruído, mas os ocupantes tiveram apenas ferimentos leves. Com o documentário, que deve chegar ao público no início de 2015, Abujamra espera levar aos brasileiros um pouco mais de conhecimento sobre a situação dramática de um povo nômade confinado por um conflito sem fim.

Além dos saharauí e marroquinos, representantes diplomáticos do Quênia, Nigéria, Espanha, Angola, Argélia e Namíbia estiveram presentes à audiência na Câmara dos Deputados.



VIETNAM

Parlamentares e assessores do Poder Legislativo vietnamita visitaram, em 07 de agosto, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Recebidos pela assessoria técnica, dialogaram sobre os mecanismos de funcionamento CDHM. O principal interesse da delegação estrangeira foi na política de cotas, adotada pelo Brasil para ingresso no ensino superior e em cargos públicos, e para candidaturas eleitorais. Os mecanismos são desconhecidos naquele país, segundo informaram. O chefe da delegação, Dinh Xuan Thao, parlamentar e diretor do Instituto de Pesquisas de Leis, mostrou-se interessado em levar ao conhecimento do parlamento vietnamita esses mecanismos de promoção dos direitos humanos.

MOÇAMBIQUE

Delegação composta de nove deputados e um assessor parlamentar de Moçambique visitou a CDHM em 29 de abril. Compunham o grupo parlamentares da Comissão de Assuntos Sociais, de Gênero, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da República de Moçambique. O principal objetivo da delegação foi o de conhecer os mecanismos brasileiros de promoção e proteção dos direitos da criança e juventude, assim como estratégias relativas ao empoderamento da mulher e igualdade de gênero, dentre outros segmentos vulneráveis da sociedade. Os programas brasileiros de promoção da igualdade racial também foram tema do encontro, assim como as atribuições específicas da CDHM e outras instituições públicas com responsabilidades na área de direitos humanos.

PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA AIDS NA ÁFRICA

A CDHM recebeu, em 15 de outubro, representantes do governo e da sociedade civil de Zâmbia, para tratar da cooperação técnica na prevenção e no tratamento da AIDS.

Foi apresentado o atual panorama das políticas públicas de enfrentamento à epidemia no Brasil, as ações da CDHM no enfrentamento da discriminação e prevenção de pessoas vivendo com HIV/Aids, além do trabalho da Comissão em fiscalizar e orientar a execução dos programas por parte do governo brasileiro.

No Brasil, de acordo com o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que recebeu a comitiva, é rejeitada a expressão “gru-



Fernando Brito

po de risco”, e se adota a noção de “vulnerabilidade”, por existirem populações mais vulneráveis à epidemia.

Como jovens homossexuais e a população negra, Zâmbia é um país que criminaliza a homossexualidade com pena de prisão. Os participantes do encontro ponderaram que a homofobia e a intolerância são fatores que dificultam o enfrentamento da epidemia na África.

DESAPARECIMENTO DE 43 ESTUDANTES NO MÉXICO

Preocupado com o grave episódio do desaparecimento – que se confirmou posteriormente ter sido ocasionado por assassinato – de dezenas de estudantes no México, o presidente da CDHM se dirigiu a autoridades daquele país.

Nota Pública às Autoridades Mexicanas sobre o Desaparecimento de 43 Estudantes

México vive há mais de um mês uma crise em razão do desaparecimento de 43 estudantes da Escola Normal Isidro Burgos, da localidade de Ayotzinapa, no estado de Guerrero, no sul do País.

Em 26 de setembro, estudantes que se manifestavam foram duramente reprimidos. Três pessoas morreram e 43 estudantes foram sequestrados e entregues a um grupo de narcotraficantes denominado Guerreiros Unidos. Segundo denunciam organizações sociais com base em fortes indícios, o Prefeito da cidade e sua esposa são os mandantes do crime. Com ordem de prisão decretada, os dois encontram-se foragidos.

Estudantes, professores, sindicatos e organizações sociais mexicanas mobilizam-se e exigem do Governo elucidação e apresentação dos estudantes sequestrados, com a efetiva responsabilização dos culpados. Mães e pais dos 43 jovens querem ser ouvidos pelo Presidente Enrique Peña Nieto. Manifestações nacionais e internacionais ocorrem diariamente. A sociedade civil do México se solidariza com as famílias dos desaparecidos e expressa apoio às seguintes reivindicações:

Nota Pública às Autoridades Mexicanas sobre o Desaparecimento de 43 Estudantes

1. Apresentar imediatamente e com vida os 43 estudantes;
2. rechaçar categoricamente a vinculação dos estudantes sequestrados com grupos do crime organizado;
3. que o governo de Peña Nieto reconheça publicamente que a escola Normal Isidro Burgos é um centro de formação e educação para a população pobre do País;
4. que a Polícia Federal Mexicana redirecione as linhas de investigação segundo os indícios e provas apresentados pelos estudantes e comunidade;
5. que o presidente da República escute diretamente a voz dos pais de família e dos estudantes de Ayotzinapa.”

Tendo em vista a universalidade dos direitos humanos, e sensíveis aos apelos das famílias dos desaparecidos e da sociedade mexicana, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados dirige-se respeitosamente às autoridades mexicanas, em especial à Presidência da República dos Estados Unidos de México, ao Congresso Nacional Mexicano e à Comissão Nacional de Direitos Humanos do México, por meio da Embaixada do México no Brasil, para expressar sua solidariedade ao povo mexicano e ao mesmo tempo apoiar as reivindicações das famílias dos desaparecidos, solicitar informações oficiais sobre as denúncias, bem como providências do poder público do México no sentido de assegurar a devida apuração e responsabilização por essa emblemática violação de direitos humanos, com importante repercussão internacional.

Brasília, 29 de outubro de 2014

Deputado Assis do Couto

*Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias
Câmara dos Deputados do Brasil*

OUTROS TEMAS

TERMO DE COMPROMISSO DE CANDIDATOS COM PAUTA DE DIREITOS

A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos, com apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, promoveu no dia 4 de junho Ato Público de assinatura de termo de compromisso com a pauta dos movimentos sociais pelos candidatos à próxima legislatura.

FUSÃO ENTRE AS MAIORES EMPRESAS DO RAMO DE BEBIDAS

Em parceria com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, a CDHM promoveu audiência pública, realizada em 20 de maio, para debater a fusão entre as maiores empresas do ramo de bebidas no Brasil, por requerimento dos Deputados Erika Kokay, Domingos Dutra e Sebastião Bala Rocha.

Participaram do debate Valdemir de Oliveira Machado Filho, Presidente da Federação Nacional das Empresas Distribuidoras Vinculadas aos Fabricantes de Cerveja, Refrigerante e Água Mineral – FENADIBE, Irina Karla Bacci – Coordenadora-Geral da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Renato Artero – Representante da Associação dos Distribuidores e ex-Distribuidores dos Produtos AMBEV do Estado de São Paulo e Região Sudeste – ADISC/SP, Maristela Basso – Advogada da Federação Nacional das Empresas Vinculadas aos Fabricantes de Cerveja, Refrigerante e Água Mineral – FENADIBE e Victor Rufino – Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

Nos debates foi destacado o descumprimento de contratos com antigos distribuidores no processo econômico de fusão entre as maiores empresas do ramo de bebidas do país. A audiência evidenciou os efeitos perversos dessa falta sobre os direitos humanos das pessoas prejudicadas com a fusão das grandes empresas. A audiência foi motivada pelo forte impacto sobre os direitos humanos resultante do processo de fusão. De acordo com o relato da deputada Erika Kokay, mais de 60 mil pessoas tiveram seus direitos prejudicados e mais de mil empresas distribuidoras faliram.

“Lágrimas não podem ficar invisíveis. Houve nítida violação de direitos humanos que não pode ser desconsiderada. Não podemos achar normal uma fusão que fez com que milhares de pessoas não se reconheçam mais”, afirmou a parlamentar que representou a CDHM referindo-se ao clima de comoção entre antigos distribuidores presentes ao evento.

A deputada Erika Kokay sugeriu que um grupo de parlamentares trabalhe sobre a perspectiva de criar um Projeto de Lei que priorize o impacto social em processos econômicos de fusão de empresas.

PARCERIA INSTITUCIONAL: PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PFDC DESTACA FISCALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Parceria entre procuradores da República e promotores públicos estaduais, o Programa Ministério Público para a Educação (MPeduc) foi destacado na prestação de contas da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) junto à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, em audiência pública realizada no dia 5 de junho. O procurador federal dos Direitos do Cidadão, Aurélio Rios,



informou que o projeto, de apenas um ano de existência, apresenta grande potencial de transformação social no país. O evento da CDHM teve como objetivo dar transparência à atuação da PFDC na defesa dos direitos humanos e de ampliar o diálogo para a construção de uma agenda cooperativa de trabalho.

O MPeduc consiste em visita às escolas do país, principalmente as de menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e verificar junto à escola o funcionamento e a qualidade do ensino praticada. Posteriormente, procuradores ou promotores buscam um contato com prefeitos e secretários da educação para receber informações sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados àquela escola que está sendo fiscalizada. “Estamos convencidos de que o problema não é o recurso financeiro, mas sua aplicação e fiscalização através do controle social. O MPeduc permite empoderar a sociedade. Há escolas que em um ano saíram de Ideb 2,2 para 4. E os professores se sentem empoderados com a proximidade de um promotor ou procurador”, afirmou o procurador federal Aurélio Veiga Rios.

A Procuradoria Federal Dos Direitos do Cidadão (PFDC) é órgão do Ministério Público Federal que zela pela eficácia dos dispositivos constitucionais de defesa da cidadania e eficiência dos organismos públicos na aplicação desses dispositivos legais.

A obrigação de prestar contas ao Legislativo surgiu a partir da entrada da PFDC, em 2013, como integrante da Federação Ibero-Americana de Ombudsman, órgão que congrega todas as defensorias do povo dos países que a constituem. “Com o ingresso, nos obrigamos a prestar esclarecimentos periódicos ao Parlamento. E é uma satisfação prestar contas à Comissão de Direitos Humanos e Minorias, pela sua importância histórica”, afirmou Aurélio Rios.

Aurélio Rios falou ainda sobre o trabalho que vem sendo realizado pela Procuradoria pela responsabilização dos meios de comunicação em relação à violência que veiculam. “Precisamos fazer alguma coisa pelo enquadramento ou pelo desestímulo da mídia em veicular programas de violência ao longo do dia. E isso é um fator indutor de violência”, afirmou. A PFDC atuou também

em parceria com o Conar, no sentido de proibir o merchandising infantil dentro da publicidade veiculada em TV. A proibição foi garantida através de autorregulamentação do Conar.

Ainda em 2013, a Procuradoria inspecionou o trabalho realizado por manicômios e comunidades terapêuticas junto às pessoas com problemas mentais. “Procuramos verificar se os valores de dignidade e solidariedade humana foram aplicados a essas pessoas”, concluiu o procurador Rios.

Além da apresentação das principais atividades, constantes do Relatório de Atividades PFDC 2013, o evento reuniu diversas instituições que têm atuado em parceria com a PFDC na busca pela promoção e proteção dos direitos humanos.

A deputada e ex-ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário (PT-RS), destacou a parceria encontrada na PFDC para o efetivo avanço de agendas vinculadas ao enfrentamento ao trabalho escravo, à segurança pública e a políticas como o Sistema Nacional de Enfrentamento à Tortura. “Não teria sido possível avançar da maneira como avançamos em diversas frentes dos direitos humanos sem esse trabalho conjunto e integrado com a PFDC”.

O trabalho de diálogo e cooperação também foi ressaltado por nomes como o deputado Nilmário Miranda (PT-MG), ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos e ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; Erika Kokay (PT-DF), integrante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara; e Domingos Dutra, ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos; “A iniciativa de prestar contas à sociedade é um exemplo de transparência que deveria inspirar todas as instituições públicas”, destacou.

ATENDIMENTOS

A CDHM, no exercício de sua competência regimental, recebe e atende entidades e cidadãos com denúncias de violações a direitos humanos. O serviço é prestado pela secretaria do colegiado, que recebe denúncias escritas, verbais (das quais são feitas reduções a termo) ou as recebe por meio do correio eletrônico institucional da Comissão e cartas. Todos os que procuram o Colegiado são recepcionados pelos servidores e orientados sobre como proceder com relação à denúncia e sobre quais os encaminhamentos que serão dados. As soluções ou respostas posteriormente obtidas pela Comissão são informadas ao denunciante formalmente.

Ao todo foram 207 denúncias registradas no ano de 2014. As denúncias cadastradas no sistema processual da CDHM receberam, nesse período, as seguintes classificações:

Classificação dos casos	Número de denúncias
VIOLÊNCIA URBANA	
(agressões, ameaças, ameaças de morte, assassinatos, atentados, maus tratos, torturas, violência policial, desaparecidos políticos, violência contra presos, etc.);	61
VIOLÊNCIA NO CAMPO	
(áreas em litígio, assentamentos, conflitos agrários, violência de autoridades, etc.);	11
CRIANÇAS E ADOLESCENTES	
(exploração sexual, arbitrariedades de autoridades, constrangimento, maus tratos, menores infratores, solicitação de intervenção, etc.);	8

Classificação dos casos	Número de denúncias
DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS	
(arbitrariedades administrativas e judiciais, brasileiros no exterior, criminalização de movimentos sociais, meio ambiente, comunicação, saúde pública, sindicatos, internet, INSS, irregularidades trabalhistas, presos e prisões, refugiados, discriminação, etc.);	75
DIREITOS DOS IDOSOS	
(maus tratos, solicitação de intervenção, presos idosos, etc.)	5
DIREITOS INDÍGENAS	
(ameaças, saúde, educação, solicitação de intervenção, violações de direitos específicos, arbitrariedades de autoridades, etc.)	12
CASOS FORA DA COMPETÊNCIA DA CDHM	
(arquivados, orientados, encaminhados a outros órgãos, etc.)	34
TOTAL	206



Conheça outros títulos da Edições Câmara no portal da Câmara dos Deputados:
www.camara.leg.br/editora